

DADOS PÚBLICOS PARA DIAGNÓSTICOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL:

UMA PROPOSTA METODOLÓGICA
DE APOIO AO PLANEJAMENTO
DOS MUNICÍPIOS NO SISAN

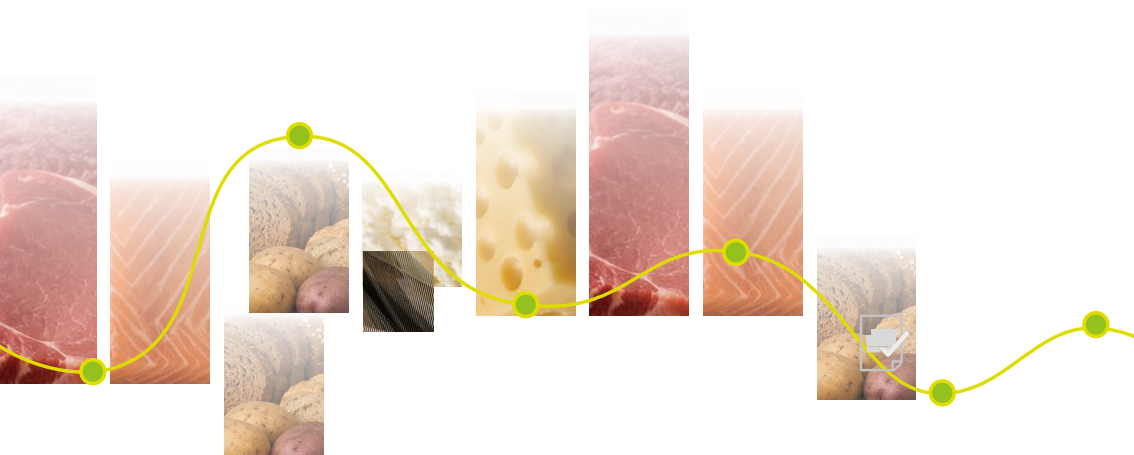
Organizadores
Fábio Resende de Araújo
Marconi Neves Macedo

 editora
CAULE DE PAPIRO®



DADOS PÚBLICOS PARA DIAGNÓSTICOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL:

**UMA PROPOSTA METODOLÓGICA
DE APOIO AO PLANEJAMENTO
DOS MUNICÍPIOS NO SISAN**



Editora	<i>Rejane Andréa Matias Alvares Bay</i>
Conselho editorial	<i>Alessandro Dozena</i> <i>Breno Trajano de Almeida</i> <i>Francisco Fransualdo de Azevedo</i> <i>José Mateus do Nascimento</i> <i>Louize Gabriela Silva de Souza</i> <i>Luzia Guacira dos Santos Silva</i> <i>Maria Aparecida Vieira de Melo</i> <i>Sibele Berenice Castellã Pergher</i> <i>Tânia Maria de Araújo Lima</i> <i>Oscar Federico Bauchwitz</i>
Revisão	<i>Ricardo Alexandre de Andrade Macedo</i>
Capa	<i>José Marinho</i>
Projeto Gráfico e Diagramação Eletrônica	<i>Caule de Papiro</i>



DADOS PÚBLICOS PARA DIAGNÓSTICOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL:

**UMA PROPOSTA METODOLÓGICA
DE APOIO AO PLANEJAMENTO
DOS MUNICÍPIOS NO SISAN**

Organizadores
Fábio Resende de Araújo
Marconi Neves Macedo

 editora
CAULE DE PAPIRO®

Natal, 2026



©2026. Fábio Resende de Araújo e Marconi Neves Macedo (orgs.). Reservam-se os direitos e responsabilidades do conteúdo desta edição aos autores(as). A reprodução de pequenos trechos desta publicação pode ser realizada por qualquer meio, sem a prévia autorização dos autores(as), desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei n. 9610/1998) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal. Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei N° 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Catálogo da Publicação na Fonte.

Bibliotecária/Documentarista:

Rosa Milena dos Santos - CRB15 / 847

A663d Araújo, Fábio Resende de.

Dados públicos para diagnósticos de segurança alimentar e nutricional: uma proposta metodológica de apoio ao planejamento dos municípios no SISAN / Fábio Resende de Araújo; Marconi Neves Macedo (Orgs.). – Natal: Caule de Papiro, 2026.

143 p. : il.

ISBN 978-65-5477-198-6

DOI 10.66933/9786554771986/cauledepapirobook

1. Segurança alimentar. 2. Nutrição. 3. Segurança nutricional. I. Macedo, Marconi Neves. II. Título.

CDU 614.31

Editora Caule de Papiro
Rua Serra do Mel, 7989, Cidade Satélite
Pitimbu | 59.068-170 | Natal/RN | Brasil
Telefone: (84) 3218 4626
www.cauledepapiro.com.br



Sumário

Introdução	8
-------------------------	----------

Fábio Resende de Araújo

Marconi Neves Macedo

Capítulo 1

O DIAGNÓSTICO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL COMO FUNDAMENTO DA TOMADA DE DECISÃO NO SISAN	16
---	-----------

Fábio Resende de Araújo

Nila Patrícia Freire Pequeno

Dinara Leslye Macedo Silva Calazans

Capítulo 2

SISTEMAS PÚBLICOS DE DADOS EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: portfólio de portais com nível de desagregação municipal	32
--	-----------

Andréia Santos da Silva

Marconi Neves Macedo

Capítulo 3

TUTORIAIS E EXERCÍCIOS DE BANCOS PÚBLICOS DE DADOS SOBRE SAN	65
---	-----------

Alexandre das Chagas Brito

Andréia Santos da Silva

Any Leonarda Sampaio Souza

Dandara Alves Garcia Borges

Iris Alessandra de Lima Silva

Juciane Gomes de Matos Souza

Julier da Silva Santos

Luisa Catarina de Santana Gomes Moreira

Maria Beatriz Franca do Nascimento

Sabrinna Silva Menezes

Vitoria do Nascimento Torres

Wendyanne Dantas Candido da Silva

Marconi Neves Macedo

Fábio Resende de Araújo



Capítulo 4

GOVERNANÇA, EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DA ÁREA DE SAN NO TERRITÓRIO LOCAL: dados em nível de desagregação municipal do Censo Sisan, da plataforma Alimenta Cidades e do Mapa OSC... 110

Fábio Resende de Araújo

Sobre os autores137



Introdução

Fábio Resende de Araújo

Marconi Neves Macedo

*Departamento de Administração Pública e Gestão Social (DAPGS)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

Este material foi desenvolvido com um objetivo fundamental: apoiar gestores municipais e o controle social na formulação de diagnósticos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) de seu território com vistas à adesão e permanência dos municípios ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Neste livro apresentamos uma metodologia acessível e gratuita para que profissionais possam conhecer mais a realidade de SAN das localidades que atuam e monitoram por meio de dados públicos em diversos portais governamentais. Esperamos que o conjunto de informações aqui fornecidas possa se tornar base da estruturação de diagnósticos de SAN para os municípios, peça fundamental na elaboração dos seus Planos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional.

A produção apresentada neste livro é fruto de um longo percurso de aprendizados adquiridos na prática em experiências diversas que demandaram do grupo do projeto de extensão Observatório das Desigualdades do Departamento de Administração Pública e Gestão Social (DAPGS-UFRN)¹ expertise na área de diagnósticos e planejamentos na área de SAN. Desde

1 O Observatório das Desigualdades é um projeto iniciado em 2020 no curso presencial de Bacharelado em Administração Pública da UFRN pela professora Dra. Mariana Mazzini Marcondes, fruto da articulação de departamentos da UFRN, outras instituições de ensino e pesquisa e movimentos sociais.



a sua criação, o projeto vem sendo renovado sob diferentes coordenações dos professores do DAPGS-UFRN.

O nosso projeto, desde o ano de 2024, tem tido uma agenda intensa na temática do planejamento em políticas sociais. As edições de 2024, 2025 e a de 2026, que é a atual do projeto, nos possibilitaram uma interlocução com gestores principalmente das áreas de Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional em diferentes níveis governamentais. Em 2024, o projeto firmou uma parceria exitosa com Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social do RN (SETHAS-RN) que coordena as políticas de Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional no estado do Rio Grande do Norte.

Entre os anos de 2024 e 2026, as atividades do projeto aproximaram bastante a equipe do Observatório das Desigualdades (DAPGS-UFRN), composta por professores e alunos, com gestores estaduais e municipais atuantes nas áreas de assistência social e SAN de diversas formações (assistentes sociais, nutricionistas, administradores, gestores de políticas públicas entre outras). Em 2024, o objetivo do projeto foi apoiar a gestão estadual na avaliação dos instrumentos de planejamento da Política de Assistência Social no RN. Os esforços do grupo de pesquisa se somaram aos esforços das equipes dos setores da SETHAS (Coordenadoria de Estudos, Pesquisas e Inovação – COEPI, Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social – COPAS e Subcoordenação de Vigilância Socioassistencial – VIGSO) na implementação do Plano Estadual de Apoio Técnico da Política de Assistência Social do Rio Grande do Norte.² O trabalho da equipe da UFRN avaliou a qualidade dos Planos Municipais de Assistência Social dos municípios potiguares, assim como realizou análise de qualidade dos planos de providências da política. Como principais

2 O detalhamento desta etapa do projeto consta no artigo: O detalhamento desta etapa do projeto consta no artigo: NEVES, A. N. R. *et al.* Parceria entre a SETHAS e o Observatório das Desigualdades (DAPGS-UFRN): inovação social e gestão pública baseada em evidências na SETHAS – RN. *In: CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA DO RIO GRANDE DO NORTE*, 17., 2023, Natal. *Anais [...]*. Natal: EGRN, 2023. Disponível em: <https://congesp.rn.gov.br/anais/v-17/gestao-publica-tecnologia-e-inovacao/parceria-entre-a-sethas-e-o-observatorio-das-desigualdades-dapgs-ufrn-inovacao-social-e-gestao-publica-baseada-em-evidencias-na-sethas-rn.pdf>.



produtos, foram produzidos pela equipe do Observatório: Formulário de Análise dos Planos Municipais de Assistência Social³ e um manual para elaboração dos planos municipais de providências de assistência social⁴.

No segundo semestre de 2024, foram oferecidas capacitações para gestores da área de assistência social pela equipe do Observatório com participação dos estudantes de componentes curriculares do curso de Administração Pública da UFRN que possuem carga horária extensionista (APS1063 – Extensão Universitária em Políticas Públicas e APS1021 – Diversidade e Desigualdades). Esse grupo ofertou naquele semestre dois cursos, intitulados: Curso de extensão para gestores – Desigualdades Sociais no RN: o papel da Administração Pública (dezembro de 2024) e Curso de extensão para gestores – Conhecendo os sistemas de informação do SUAS (dezembro de 2024).

O segundo curso ofertado em dezembro de 2024, foi realizado em laboratório de informática da UFRN, com participação de profissionais sendo capacitados em sistemas públicos de informação na área de assistência social pelos estudantes do componente extensionista APS1063 – Extensão Universitária em Políticas Públicas. Neste curso os sistemas estudados foram: CECAD, VISDATA, Aplicações Cidadania (Bolsa Família e

3 O detalhamento dessas ações consta nos seguintes produtos acadêmicos: SILVA, J. *et al.* Desenvolvimento de metodologia para avaliação dos Planos Municipais de Assistência Social do Rio Grande do Norte (2022-2025). In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO CCSA, 26., 2024, Natal. **Anais [...]**. Natal: UFRN, 2024. Disponível em: <https://seminario.ccsa.ufrn.br/anais2024>; BORBA, A. F. M. B. **A influência do porte dos municípios nas capacidades estatais**: um estudo de caso com os Planos Municipais de Assistência Social do Rio Grande do Norte (2022-2025). 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.; CÂMARA, R. S. **Avaliação dos objetivos estratégicos da Assistência Social**: um estudo sobre a formulação dos planos municipais no Rio Grande do Norte. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025.

4 O detalhamento dessas ações consta nos seguintes produtos acadêmicos: SILVA, T. C. *et al.* Planejamento estratégico no combate às desigualdades: análise da implementação dos Planos de Providência nos municípios do Rio Grande do Norte. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO CCSA, 26., 2024, Natal. **Anais [...]**. Natal: UFRN, 2024. Disponível em: <https://seminario.ccsa.ufrn.br/anais2024>; ILVA, T. C. X. **Planos de providências do Sistema Único de Assistência Social no Rio Grande do Norte**: uma proposta de implementação efetiva para os municípios prioritários. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração Pública) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.



Cadastro Único), RI Social, e o Monitora MDS. De forma complementar, esses alunos juntamente com os alunos do componente APS1021 – Diversidade e Desigualdades, produziram a série de vídeos “Compreendendo as desigualdades sociais por portais públicos” com o objetivo de disseminar conhecimento técnico-científico sobre indicadores públicos sobre desigualdades sociais no RN. Foram produzidos pelas duas turmas um total de 11 vídeos para o Instagram e 11 vídeos para o Youtube do projeto.

Na experiência do ano de 2024, a equipe do projeto percebia o grande potencial que as ações de formação na área de sistemas de informação têm para instrumentalizar gestores e o controle social. Refletimos que presente livro consolida os processos iniciados nessa etapa do projeto. Em 2025, foi proposto pela SETHAS que a renovação do projeto se concentrasse em outra política gerida pela secretaria, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). A articulação desta edição do projeto aconteceu com articulação com os setores da SETHAS, principalmente a COPEI e a Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (COSAN).

O semestre de 2025.1 se concentrou na formulação da minuta do 1º Plano de Segurança Alimentar e Nutricional do RN (I PESAN). A equipe do Observatório das Desigualdades (DAPGS-UFRN) foi designada pela Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan-RN) compondo uma comissão especial para elaboração do PESAN-RN 2025-2028. Juntamente com Observatório compuseram essa comissão a COPEI e a COSAN⁵, e respectivamente profissionais e bolsistas de seus quadros técnicos. Como coordenadores do processo foram designados à COPEI e ao Observatório. O Consea-RN teve papel fundamental na elaboração do plano, estabelecendo uma interlocução entre governo e sociedade civil.

A experiência interdisciplinar na construção do PESAN-RN trouxe novos aprendizados a equipe do Observatório. Para elaboração dos

5 O relato da construção desse processo consta em ARAÚJO, F. R. *et al.* Extensão universitária e a formação de competências para o planejamento em políticas públicas: a experiência do Observatório das Desigualdades (DAPGS-UFRN) na elaboração do I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Norte. *In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*, 13., 2026, Brasília. *Anais [...]*. Brasília, DF: EBAP, 2026.



diagnósticos de SAN do RN, uma série de sistemas foram utilizados, valendo-se da expertise adquirida por meio dos sistemas da Assistência Social nos cursos ministrados no ano anterior e plataformas outras após um período de capacitações do grupo. O trabalho do I PESAN-RN mostrava a amplitude de sistemas públicos com informações de SAN de nível de agregação estadual. Existia um novo desafio no horizonte para o projeto, como pensar metodologias de apoio os diagnósticos de SAN para os municípios. No segundo semestre de 2025, nosso foco foi em ofertar formações e produzir materiais que pudesse viabilizar que os municípios potiguares pudessem se valer dos dados secundários como base para seus diagnósticos de SAN.

O segundo semestre de 2025 também foi o período do início das atividades do projeto Sisan em Movimento na UFRN, uma continuidade do projeto Sisan Universidades que ocorreu entre 2016 e 2020. O projeto que conflui extensão e pesquisa é viabilizado por parceria entre Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). A UFRPE coordena o projeto que tem a UFPB, UFAL e UFRN como universidades integrantes. Na UFRN, o projeto tem coordenação do Departamento de Nutrição com apoio do DAPGS, DEPAD e da FACISA. O Consea-RN é também um parceiro do projeto. As ações do Observatório receberam apoio do projeto a partir desta data na mobilização de gestores municipais para capacitações.

Em 2025.2 com a participação dos alunos dos componentes do curso de Administração Pública com carga horária extensionista APS1063 – Extensão Universitária em Políticas Públicas e APS1021 Diversidade e Desigualdades, foram promovidos 3 cursos e um evento conectado diretamente a temática dos indicadores de SAN:

- CR490-2025 Segurança Alimentar e Nutricional no RN: conhecendo indicadores e iniciativas;
- CR491-2025 Sistemas Públicos e indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN): práticas em laboratório de informática;



- CR536-2025 Sistemas Públicos e indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) - FORMATO REMOTO;
- EV1294-2025 Mostra Indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional em TELA(s).

Com metodologias diversas (aulas práticas em laboratório de informática, conferências, mostra de vídeos, aulas remotas síncronas, livros tutoriais entre outros), as ações de extensão foram aprofundados conhecimentos sobre os seguintes sistemas: Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN; Triagem para Risco para Insegurança Alimentar (TRIA); Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA; Plataforma de Políticas Públicas e Inovação Cidadã – POLI; Brasil Sem Fome; Mapa Social MDS; Plataforma Relatório de Informações Sociais (RI Social); DataSUS e DATA 3 Beta. Nessas atividades ficava claro que profissionais, apesar de especialistas em suas áreas de atuação, sempre tinham algo a aprender em sistema de outras áreas.

Ao fim de 2025, o Observatório tinha entregado como produtos principais a minuta do I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do RN, 3 eventos sobre o tema, 3 cursos sobre indicadores, uma websérie de 21 vídeos verticais para redes sociais com tutoriais curtos de como gerar indicadores de SAN e uma websérie de 4 vídeos horizontais com apresentação de portais públicos com dados de SAN. Os vídeos estão disponíveis nos canais do Observatório, no Youtube e no Instagram⁶.

A habilidade de manejar dados públicos de SAN em sua amplitude é uma construção continua em virtude do aperfeiçoamento dos sistemas e de novos indicadores que podem ser agregados nas análises, como por exemplo a TRIA. As capacitações do tema não têm apenas uma perspectiva aplicada, mas também formativa do entendimento do que é SAN e do uso de dados para uma discussão qualificada sobre o tema. As formações desse tema, levam o conceito de Política Pública Baseada em Evidência (PPBE) na prática, uma vez que mobiliza os que participam a entender seu

6 <https://www.instagram.com/observadesigualdades/>. <https://www.youtube.com/@observatoriodasdesigualdad4130>.



território, compreender os desafios locais para alcance de um dos direitos humanos mais fundamentais que é o da alimentação.

A elaboração do diagnóstico, apesar de evidentemente estar associada à etapa inicial de elaboração do Plano Municipal de SAN, não se limita a essa finalidade. A possibilidade de elaborar um diagnóstico de SAN é fundamental para a mobilização técnica e política necessária para criação da Caisan e Consea no município. A própria conferência terá uma discussão que acompanhará a qualidade das informações de diagnóstico que estiverem ao alcance. Este livro trata de um ponto fundamental para qualquer tomada de decisão no que diz respeito a adesão e permanência no SISAN nas localidades: as evidências em SAN.

Para pesquisadores e estudantes, pensamos que o envolvimento na temática, além dos óbvios resultados sociais, também reverbera na formação de competências do campo de saber de políticas públicas, planejamento público, estratégia organizacional e indicadores sociais. Ao longo desses anos, além dos produtos técnicos entregues à sociedade, formamos um grupo de alunos de graduação e pós-graduação aptos a realizar trabalhos de qualidade na temática.

O presente livro se organiza em 4 capítulos, além deste texto introdutório. O primeiro capítulo aborda como o diagnóstico de SAN é peça fundamental na tomada de decisão do SISAN. O capítulo 2, é um produto derivado do Trabalho de Conclusão de Curso em Administração Pública de Andréia Santos da Silva, que foi bolsista de extensão do Observatório por 1 ano e meio. Neste produto é apresentado um portfólio de sistemas com nível de desagregação municipal que possuem informações de para o diagnóstico em SAN. O terceiro capítulo foi produto dos cursos de sistemas ofertados em 2025.2 pelo Observatório das Desigualdades, e na autoria estão os alunos de Administração Pública da UFRN que produziram tutoriais e exercícios sobre os sistemas apresentados no capítulo 2. Por fim no quarto capítulo, apresentamos outros 3 sistemas para uso de informações municipais em SAN: o Censo Sisan do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Plataforma Alimenta Cidades do Ministério



do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e o Mapa OSC do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Com essa produção, se espera fortalecer o Sisan no RN, quebrando a barreira que é expressa em uma pergunta recorrente no início do processo nos municípios “Não temos recursos e pessoal para realizar um diagnóstico de SAN com dados primários. Como fazemos nesse caso?”.

Diante dos resultados que já produziu, essa metodologia em que apostamos se provou potente e capaz de fundamentar uma discussão técnica, qualificada e científica sobre a SAN nos municípios. Apesar de nossa experiência ter ocorrido no RN, temos ciência que essa realidade pode se concretizar em outras localidades. Acreditamos que essa formação é igualmente necessária às instâncias de controle social, para que elas continuem construindo o Sisan no país com toda sua potência. O material é gratuito, e isso tem uma finalidade: de que seja amplamente utilizado e divulgado. Vamos fazer o Sisan mais forte no país.



O DIAGNÓSTICO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL COMO FUNDAMENTO DA TOMADA DE DECISÃO NO SISAN

Fábio Resende de Araújo

Nila Patrícia Freire Pequeno

Dinara Leslye Macedo Silva Calazans

O conceito de Políticas Públicas Baseadas em Evidência (PPBE) é datado de 1990, no Reino Unido. Este termo aplica uma perspectiva, em que a decisão pública deve fundamentar-se em dados consistentes previamente. No contexto das políticas públicas, os dados são fundamentais em todas as etapas do *policy cycle* (formulação, implementação e avaliação). Por evidência, entende-se que é um recurso informacional verificável em um contexto específico de uso (Koga *et al.* 2023).

Entre as políticas públicas, um conjunto delas é particularmente fundamental na garantia da dignidade humana, são as políticas sociais. Entre essas políticas se destacam aquelas que visam assegurar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). O conceito de SAN é definido pela Lei Orgânica de SAN, a Losan (Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006), em seu Artigo 3º:

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares



promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

As diferentes dimensões do conceito de SAN, repercutem nos desafios do seu diagnóstico e monitoramento. Kepple e Segall-Corrêa (2011) indicam que o conceito de SAN é interdisciplinar, convergindo teoricamente diferentes áreas do conhecimento e na prática diversos setores de atuação. Para os autores três grupos de determinantes compõe as dimensões do conceito:

- Determinantes macrosocioeconômicos (por ex. políticas econômicas, sociais, agrícolas, ambientais e assistenciais).
- Determinantes regionais e locais (por ex. preços de alimentos, programas assistenciais, emprego, cultura alimentar).
- Determinantes domiciliares (por ex. escolaridade, saúde dos moradores, comportamento e hábitos alimentares entre outros).

Sobre o tratamento e apresentações de tantos dados que a análise de SAN demanda, é importante considerar que muitas perguntas só serão respondidas avaliando estes indicadores ao longo do tempo, em série histórica. Bahia (2021) destaca que informações em séries históricas podem nos proporcionar comparação de metas compreendendo a alocação territorial das ocorrências entendendo as diferenças em grupos específicos. Para o autor, as informações fundamentam o processo gerencial e os dados usados devem ser de fontes confiáveis. É função dos indicadores traduzir de forma mensurável, aspectos da realidade possibilitando tornar operacional seu monitoramento e avaliação.

A análise dos indicadores de SAN no Brasil é fundamental para a viabilização da estrutura de governança presente no Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Sobre ela discorreremos a seguir.



INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA EM SAN: CAISAN E CONSEA

A Losan instituiu o Sisan. O Sisan é um sistema de governança de políticas de SAN que estão difusas em diversas áreas setoriais. Em 2026, o Sisan completou 20 anos de criação, e apesar da data que aponta sua longevidade, a adesão dos municípios no sistema tem sido gradual ao longo dos anos. O VisData indica que em 2025, a adesão nacional contabilizava apenas 32,8% dos municípios brasileiros. Em 2023 esse número ainda era menor, 10,77%, o que indica uma retomada expressiva nos últimos anos da sensibilização para a adesão.

Para estabelecer essa coordenação nas políticas de SAN que estão difusas em várias agendas, o Sisan está estruturado nos três entes federativos em instâncias fundamentais de governança: uma câmara intersetorial/interministerial de SAN (Caisan) e um conselho de SAN (Consea). Essas duas instâncias, em diálogo e após processo conferencial, elaboram o plano de SAN, que será a formalização governamental do compromisso público com a pauta.

CONSEA: CONTROLE SOCIAL E CONFERÊNCIAS

Nesse arranjo de interação entre as instâncias de governança do Sisan, em que a Caisan representa o espaço de coordenação governamental e articulação intersetorial entre as diferentes secretarias responsáveis pelas políticas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) constitui a principal instância de participação e controle social do ciclo da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

O Consea tem caráter consultivo e possui uma regra de composição única estabelecida por lei (Brasil, 2023), com presidência do Conselho exercida obrigatoriamente por um representante da sociedade civil, garantindo a independência do órgão:



- 2/3 (Dois terços) dos membros devem ser representantes da Sociedade Civil organizada (como associações comunitárias, sindicatos de trabalhadores rurais, igrejas, ONGs, cooperativas de agricultura familiar, articulação de povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais e conselhos profissionais e universidades).
- 1/3 (Um terço) dos membros deve ser composto por representantes do Poder Público (indicações das secretarias municipais que compõem a Caisan).

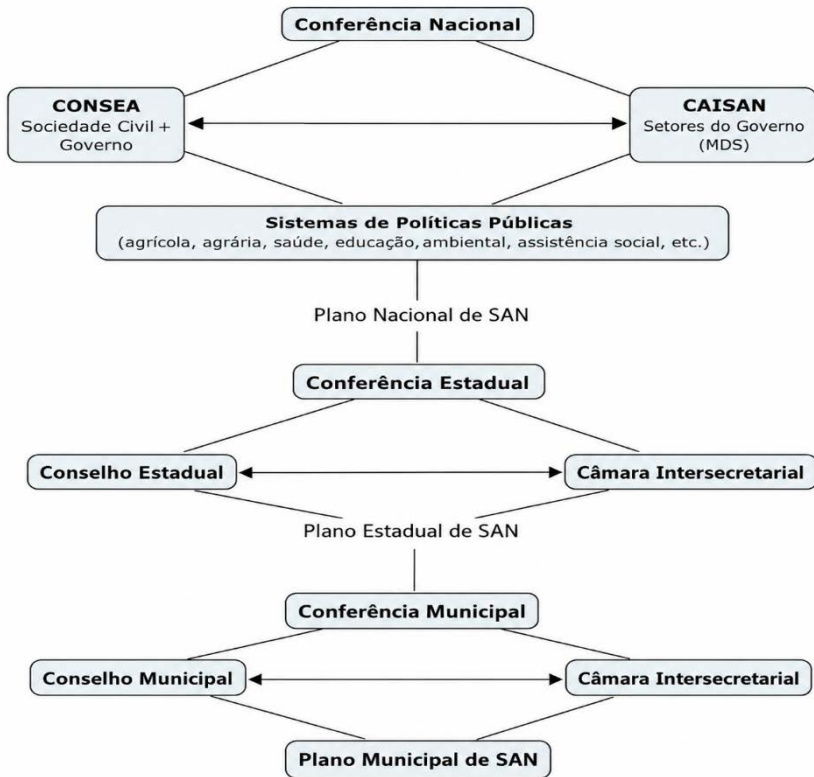
Essa configuração favorece a incorporação de múltiplas perspectivas na definição das prioridades da política de SAN, fortalecendo seu caráter democrático e intersetorial, constituindo um espaço de diálogo e de negociação com o Estado.

Mesmo sendo um órgão de natureza consultiva, sua importância na governança da política de SAN é estratégica, pois essa composição, que assegura a participação majoritária da sociedade civil, confere legitimidade à construção de agendas, à formulação de diretrizes e ao monitoramento das ações públicas. As decisões colegiadas tomadas pelo conselho reúnem e organizam as necessidades e reivindicações de diversos grupos da sociedade, são encaminhadas como proposições aos órgãos do governo, por meio das recomendações, exposições de motivos e resoluções, destacando seu poder de assessoramento ao Poder Executivo.

Entre as funções do Consea está a de convocar e organizar as Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional, que constituem o principal mecanismo de deliberação participativa do sistema. Previstas na LOSAN e regulamentadas pelo Decreto nº 7.272/2010 (Brasil, 2010), as conferências são realizadas de forma periódica (a cada 4 anos) e articulada, reunindo representantes do poder público e da sociedade civil; desenvolvem-se em um processo ascendente, iniciando-se nos municípios, passando pelas etapas territoriais ou regionais (quando previstas), seguindo para as conferências estaduais e culminando na Conferência Nacional (figura 1).



Figura 1 – Estrutura do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil



Fonte: Adaptada de Leão e Maluf (2012, p. 32).

Esse fluxo possibilita que as propostas aprovadas nas etapas municipais subsidiem as conferências estaduais e nacionais, formando um processo ascendente de construção das prioridades da política pública. Ao mesmo tempo, as deliberações nacionais orientam a elaboração dos Planos Nacional, Estaduais e Municipais de SAN, fortalecendo a articulação entre os diferentes entes federativos e assegurando que o planejamento governamental incorpore as demandas expressas pela sociedade civil.

No Sisana, as Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional funcionam como a expressão máxima da democracia participativa. Elas têm o papel de convocar a sociedade para avaliar a situação



do município e ditar os rumos da política pública nessa área. Essa ampla participação social na avaliação das políticas em curso, na identificação dos desafios e das prioridades e na formulação de propostas que orientam o aperfeiçoamento da agenda pública de SAN faz das conferências momentos estratégicos de pactuação social (Brasil, 2006), pois legitima as demandas da população e gera as diretrizes que orientam e subsidiam a elaboração e revisão dos Planos de SAN, consolidando um ciclo permanente de participação, pactuação e monitoramento.

Nesse contexto, os diagnósticos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) constituem um insumo imprescindível para a realização das Conferências, pois permitem que o debate seja fundamentado na realidade do território construídas sobre evidências e prioridades reais, ao tempo que proporciona que as discussões realizadas durante as conferências qualifiquem a interpretação dos indicadores incorporando conhecimentos produzidos pelos diferentes atores sociais, especialmente aqueles diretamente afetados pelas situações de insegurança alimentar e nutricional. “A apreciação da situação conduz aos objetivos, e os objetivos à seleção de problemas e ao aprofundamento da explicação situacional.” (Matus, 1991, p. 41).

Assim, os diagnósticos municipais oferecem, por meio de dados públicos consolidados em evidências (primários e secundários) um retrato atualizado da situação da SAN no município, subsidiando a definição de prioridades e a elaboração de propostas que percorrem todo o processo conferencial, chegando às etapas estadual e nacional com maior legitimidade e capacidade apoiar a tomada de decisão pelos gestores e de influenciar as políticas públicas. Conforme consta no Manual Orientador das Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional: “O diagnóstico é um ponto basilar para qualificar a definição de prioridades para o planejamento.” (Consea, 2011, p. 15).

No âmbito do Sisan, portanto, o diagnóstico e a participação social constituem dimensões complementares. Enquanto o primeiro permite identificar a magnitude, a distribuição e a evolução dos problemas



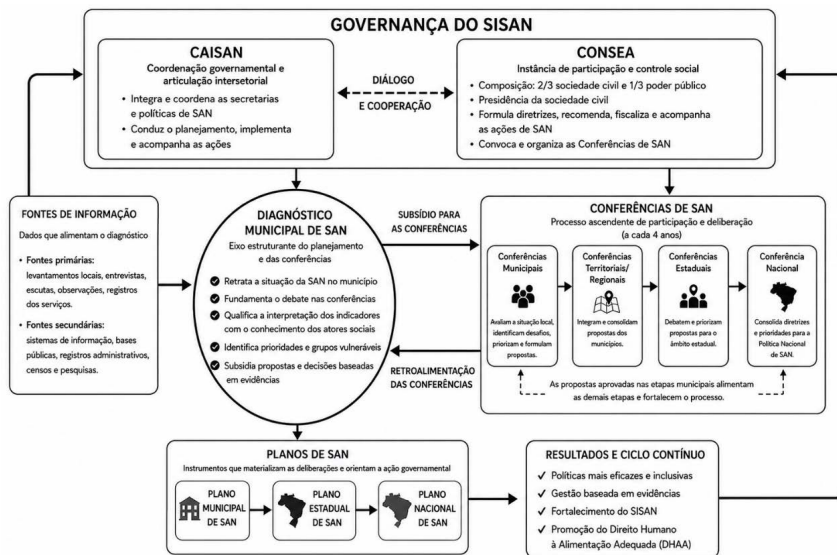
relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional por meio dos dados, o controle social contribui para interpretar esses resultados, identificar prioridades, reconhecer grupos populacionais mais vulneráveis e pactuar estratégias de enfrentamento, além de apoiar o governo a justificar tecnicamente suas decisões.

A produção desses diagnósticos municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) constitui um componente estruturante da gestão baseada em evidências, subsidiando a elaboração dos Planos Municipais de SAN, o acompanhamento das ações de SAN, além de qualificar os processos conferenciais e a atuação dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional. Ao transformar dados públicos em evidências para a definição de prioridades e a tomada de decisão, o diagnóstico fortalece a capacidade técnica dos municípios, apoia a atuação das instâncias do SISAN e promove uma gestão alinhada aos princípios da intersetorialidade, da participação social e da realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Sua construção deve ser intersetorial e participativa, conforme arranjo esquematizado na figura 2, coordenada pelo município, preferencialmente pela Caisan ou, na sua ausência, pela comissão organizadora da conferência em articulação com o Consea Municipal.



Figura 2 – Diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional como eixo estruturante do planejamento no SISAN



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Nota: Edição gráfica realizada com auxílio de inteligência artificial (ChatGPT/OpenAI), limitada à inclusão de elementos gráficos ilustrativos e conversão do tamanho da escala, sem alteração do conteúdo original.

Nesse arranjo institucional, por meio do Consea em suas diferentes esferas de atuação, o controle social, compreendido como o conjunto de mecanismos que asseguram a participação da sociedade na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas (Correia, 2008; Gurgel; Justen, 2013), constitui um dos pilares da governança democrática do Sisan.

A interação contínua entre conferências, conselhos e instâncias governamentais amplia a transparência, incentiva o uso eficiente dos recursos públicos e contribui para que os Planos de SAN expressem prioridades pactuadas socialmente e orientadas pela realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (Brasil, 2006; Brasil, 2010). Ao incorporar diferentes perspectivas sociais ao processo decisório, o conselho amplia a legitimidade das ações governamentais e fortalece



a capacidade do poder público de formular políticas mais aderentes às necessidades do território (Moraes; Machado; Magalhães, 2021).

Para os gestores municipais, compreender o papel do Consea é particularmente importante, para evitar uma interpretação reduzida do seu papel como órgão consultivo, compreendo-o como espaço permanente de escuta qualificada da sociedade, capaz de identificar demandas dos diferentes segmentos populacionais, acompanhar a implementação das políticas públicas, monitorar seus resultados e contribuir para a definição das prioridades que orientarão os Planos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional.

Os Planos de SAN materializam, em cada esfera de governo, os compromissos assumidos entre poder público e sociedade civil, transformam prioridades socialmente pactuadas em objetivos, metas, ações, responsabilidades e mecanismos de monitoramento, constituindo o principal instrumento de planejamento do Sisan.

A CAISAN E OS PLANOS NACIONAIS DE SAN

No âmbito do governo federal, a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) composta por representantes governamentais de diversos setores e ministérios, tem por atribuições elaborar, coordenar e monitorar a política e o plano nacional de SAN, estimular a articulação das políticas e planos de SAN estaduais e municipais, assegurar o encaminhamento das recomendações do Consea aos órgãos de governo e, definir em colaboração com o Consea, os critérios e os procedimentos de participação no Sisan (Brasil, 2023).

A intersectorialidade proposta é o princípio fundamental para a consecução da SAN e expressa-se também na composição da Caisan. Atualmente, 24 ministérios contribuem para a implementação das ações de SAN, integrando políticas que envolvem saúde, assistência social, agricultura, educação, abastecimento, entre outras (Brasil, 2023).

As diretrizes que orientam a elaboração dos planos de SAN estão dispostas no Decreto 7.272 de 25 de agosto de 2010, que regulamenta a



LOSAN, cria o sistema (SISAN) e institui a Política (PNSAN). Essas diretrizes abrangem a promoção do acesso universal à alimentação adequada, com prioridade para famílias em insegurança alimentar; o fortalecimento de sistemas sustentáveis e descentralizados de produção e distribuição de alimentos; a implementação contínua de educação alimentar, pesquisa e formação em SAN e no direito humano à alimentação; a coordenação de ações voltadas a quilombolas, povos indígenas, comunidades tradicionais e assentados; o reforço das ações de alimentação e nutrição na atenção à saúde; a garantia de acesso universal à água de qualidade, especialmente para famílias em insegurança hídrica e para a produção da agricultura familiar, pesca e aquicultura; o apoio a iniciativas internacionais alinhadas aos princípios da Losan; e o monitoramento permanente da realização do direito humano à alimentação adequada.

Desde a publicação da PNSAN, foram formulados três (3) planos nacionais: I Plansan (2012-2015) e II Plansan (2016-2019), construídos com base nas diretrizes e deliberações do Consea e das Conferências Nacionais, e o III Plansan (2025-2027), construído a partir das conferências municipais, estaduais e da 6ª Conferência Nacional de SAN.

A participação integrada entre as instâncias do Sisan reforça que o Plano depende de diagnóstico e de dados territoriais. A Caisan, sendo a instância do Sisan que converte dados/diagnóstico em decisão formal (Plansan), opera o *policy cycle* do sistema, necessitando de aporte e diálogo institucional junto ao Consea e às Conferências de SAN, fortalecendo a governança participativa do Sisan.

Os planos nacionais elaborados refletem a evolução da Política de SAN no Brasil e das prioridades governamentais em cada período. Apesar de todos terem como fundamento as diretrizes do SISAN e a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada, os planos diferem no contexto político, objetivos, governança e temáticas prioritárias. O quadro 1 resume as principais características de cada plano.



Quadro 1 – Características dos Planos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasil, 2012-2027

CARACTERÍSTICAS	I PLANSAN (2012- 2015)	II PLANSAN (2016-2019)	III PLANSAN (2025-2027)
Prioridade	Implantação do Sisan	Ampliação da agenda de SAN	Reconstrução da política de SAN
Ênfase	Direito humano à alimentação e estrutura institucional	Alimentação saudável e sustentabilidade	Combate à fome, equidade e sistemas alimentares sustentáveis
Grupos vulnerabilizados	Transição do foco em extrema pobreza	Inclusão produtiva e rural de povos e comunidades tradicionais	Enfrentamento da fome sob a ótica de raça e gênero
Governança e Sisan	Consolidação da intersectorialidade Estágio inicial da adesão municipal ao Sisan	Aperfeiçoamento e consolidação da gestão	Fortalecimento da participação social e da articulação federativa Marco de 3.000 municípios aderidos ao Sisan
Monitoramento	Indicadores iniciais	Indicadores mais robustos	Gestão baseada em evidências e inteligência territorial
Temas prioritários	Fortalecimento da agricultura familiar e circuitos locais	Evolução para a agroecologia e redução de agrotóxicos Enfrentamento da obesidade	Resiliência climática dos sistemas alimentares

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Nota: Quadro elaborado a partir de inteligência artificial ChatGPT/OpenAI e Gemini Notebook, limitado ao resumo das principais características.

É importante pontuar que o período de 2019 a 2022 foi marcado pela descontinuidade institucional e pela não elaboração de plano nacional de SAN. A extinção do Consea, em âmbito federal, no ano de 2019, enfraqueceu a governança do Sisan, interrompendo a elaboração de um



novo plano nacional, reduzindo as ações da coordenação intersetorial e repercutindo no esvaziamento de recursos das políticas e ações de SAN.

Após a recriação do Consea em 2023, a configuração do sistema foi reestruturada, propiciando a elaboração do III Plansan em 2025, marcando a retomada das políticas públicas de combate à fome. Atualizado e mais consistente, o plano incorporou a abordagem dos sistemas alimentares sustentáveis, ampliou o foco nas mudanças climáticas, valorizou a biodiversidade brasileira, promoveu a equidade racial e de gênero e reforçou os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Também fortaleceu a participação social, aprimorou o monitoramento baseado em evidências e intensificou a integração entre saúde, assistência social, educação, agricultura e meio ambiente.

Cabe também à Caisan formular as resoluções que regulamentam a adesão de estados e municípios ao Sisan com base no arcabouço legal do sistema, mencionado na Resolução nº 7/2024 (BRASIL, 2024), e baseado na Losan. A adesão dos municípios ao SISOAN constitui um processo formal que requer a implantação de instâncias locais de governança que assumam a responsabilidade pela coordenação e implementação das políticas de SAN. Espera-se, com esse processo, que o município possua capacidade institucional para promover o Direito Humano à Alimentação Adequada de forma intersetorial e com participação social.

Para a adesão de um município ao Sisan, é necessária, obrigatoriamente, a institucionalização de uma governança local de segurança alimentar que inclua a criação e o funcionamento de três componentes: um Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), com dois terços de representantes da sociedade civil; uma Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), composta por secretarias de governo para articular as ações; além do compromisso formal de elaborar um Plano municipal de SAN. A formalização será realizada após a verificação de todos os requisitos, permitindo que o município participe da gestão compartilhada e tenha prioridade no acesso a recursos e programas federais. A elaboração do plano municipal deve ser intersetorial e



participativa, alinhando as demandas locais às diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O plano deve incluir ações voltadas à ampliação do acesso aos alimentos, ao fortalecimento da agroecologia e ao apoio à agricultura familiar e aos povos tradicionais.

A elaboração dos planos municipais de SAN é um desafio para gestores locais, pois o documento é composto por um diagnóstico da situação de SAN na localidade e a estratégia de enfrentamento aos problemas diagnosticados. Quanto ao diagnóstico, segundo o documento Orienta Plansan (Ministério do Desenvolvimento Social, 2017) os planos de SAN devem conter uma análise da situação de SAN da localidade por meio de um conjunto de informações de diferentes dados que sejam capazes de fundamentar a tomada de decisão de gestores com relação às ações e programas de SAN.

Quanto aos prazos, para fins de permanência no SIsAN, a Resolução nº 7/2024 afirma no Capítulo IV, art. 9º-B que o município deverá encaminhar à Caisan Estadual e/ou anexar na plataforma AdeSAN no prazo máximo de 12 meses, a contar da formalização da adesão ao sistema, os documentos obrigatórios: Plano Municipal de SAN e as atas das últimas reuniões do Consea e da Caisan municipais. Esse prazo poderá ser prorrogado mediante justificativa do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados para o diagnóstico de SAN expressam a intersetorialidade da temática, sendo necessários dados de diversos como: abastecimento alimentar, sociodemográficos da população, políticas de programas de setores diversos (saúde, educação, assistência social), rede socioassistencial, indicadores de consumo alimentar e estado nutricional da população, indicadores de mortalidade entre outros. Os dados ainda devem aprofundar que populações mais vulneráveis e precisa de atenção específica, considerando as desigualdades em SAN.

A Resolução CAISAN nº 7, dispõe sobre os procedimentos e o conteúdo dos termos para a adesão dos entes federativos para o SIsAN, e em



seu artigo 9º explicita a relevância do plano municipal de SAN, condicionando a permanência do ente no sistema do ente a sua publicização em 12 meses. O prazo pode ser prorrogado por igual período, se houverem justificativas do Consea municipal a respeito. Considerando o volume de dados de diferentes áreas que o diagnóstico em SAN demanda, e o curto prazo destinado a esse fim, os capítulos seguintes buscam apresentar bases de dados públicas com nível de desagregação municipal que sejam úteis para formulação dos diagnósticos em SAN dos municípios brasileiros.



Referências

BAHIA, L. O. **Guia referencial para construção e análise de indicadores**. Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Brasília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6154>. Acesso em: 04 jun. 2021.

BRASIL. Decreto nº 11.421, de 28 de fevereiro de 2023. Altera o Decreto nº 6.272, de 23 de novembro de 2007, que dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 1 mar. 2023.

BRASIL. Decreto nº 11.422, de 28 de fevereiro de 2023. Dispõe sobre a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 28 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010**. Regulamenta a LOSAN e institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Orienta Plansan**: curso de orientações para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais de segurança alimentar e nutricional. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Resolução CAISAN nº 7, de 26 de Julho de 2024**. Altera a Resolução Nº 9 - CAISAN, de 13 de dezembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos e o conteúdo dos termos para a adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/Sisan/Sisan>.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. PNSAN. DECRETO Nº 7.272, DE 25 DE AGOSTO DE 2010.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Caderno de Orientações da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.



CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Manual Orientador da IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Alimentação Adequada e Saudável: Direito de Todos. Brasília, DF: CONSEA, 2011

CORREIA, M. V. C. Controle social. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. (org.). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2008.

GURGEL, C.; JUSTEN, A. Controle social e políticas públicas: a experiência dos Conselhos Gestores. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p. 357–378, mar./abr. 2013. DOI: 10.1590/S0034-76122013000200004.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 187–199, jan. 2011.

KOGA, N. M. *et al.* Uso, mediação e construção de evidências pela burocracia federal: quem está e o que acontece na interface entre a gestão e a academia? **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 41, p. e264059, 2023.

LEÃO, M. **A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional**: a experiência brasileira. Brasília: Abrandh, 2012.

MATUS, Carlos. O plano como aposta. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 28–42, out./dez. 1991

MORAES, V. D.; MACHADO, C. V.; MAGALHÃES, R. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: dinâmica de atuação e agenda (2006-2016). **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 12, p. 6175-6187, dez. 2021. DOI: 10.1590/1413-812320212612.33262020.

VISDATA 3 BETA. **Municípios com adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN) – Acumulado**. 2025. Disponível em: [https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q\[\]=oNOtlcPavaarrLFsr2vJf7OfwN2U2Kyv2ff-JpA%3D%3D&ag=e&sag=24&codigo=99](https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q[]=oNOtlcPavaarrLFsr2vJf7OfwN2U2Kyv2ff-JpA%3D%3D&ag=e&sag=24&codigo=99). Acesso em: 23 jan. 2026.



SISTEMAS PÚBLICOS DE DADOS EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: portfólio de portais com nível de desagregação municipal¹

Andréia Santos da Silva
Marconi Neves Macedo

Os planos de Segurança Alimentar e Nutricional constituem instrumentos estratégicos para a operacionalização da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) nos territórios, expressando o compromisso dos entes federados com a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Para que cumpram esse papel, esses instrumentos devem atender a um conjunto de requisitos normativos e técnicos estabelecidos no arcabouço do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

Conforme Machado (2017), os planos de SAN devem conter a análise de situação de segurança alimentar e nutricional, ter vigência correspondente ao plano plurianual (PPA), consolidar programas e ações, indicando prioridades, metas e requisitos orçamentários, definir responsabilidades

¹ Uma primeira versão deste texto, focado no recorte territorial do Rio Grande do Norte, foi apresentada como SILVA, Andréia Santos da. **Diagnósticos de SAN: cartilha para elaboração dos Planos Municipais de Segurança Alimentar**. Trabalho de conclusão de curso do Bacharelado em Administração Pública. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2026.



dos órgãos e entidades, atender às especificidades dos diversos grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional, e definir mecanismos de monitoramento e avaliação da situação de SAN e do próprio plano.

A autora ainda ressalta que a adequação do plano às normas e critérios pré-estabelecidos contribui para a execução local da PNSAN, conferindo ao instrumento uma função de elo entre as diretrizes nacionais e a realidade municipal (Machado, 2017). Portanto, os planos de SAN não se configuram apenas como documentos formais, mas como ferramentas efetivas de gestão que, quando bem estruturados, orientam decisões, mobilizam recursos e produzem resultados concretos para a população em situação de vulnerabilidade alimentar.

A elaboração de um instrumento de planejamento tecnicamente qualificado pressupõe, como ponto de partida, o conhecimento aprofundado da situação alimentar e nutricional da população a que se destina. Silva (2019) afirmar que, para elaborar e implementar os Planos de SAN, é fundamental que os gestores conheçam a situação de insegurança alimentar e nutricional vivida pela população, conforme determina o artigo 19 do Decreto 7.272/2010. A autora destaca que as pesquisas com o objetivo de quantificar e identificar onde estão os grupos populacionais mais vulneráveis são imprescindíveis para que os gestores municipais, estaduais ou federal possam tomar decisões e planejar as ações específicas da política de SAN (Silva, 2019).

A implementação dos planos municipais de SAN não é uma tarefa que os municípios devem realizar de forma isolada. O fortalecimento das instâncias estaduais do SISAN é condição necessária para que os municípios recebam o suporte técnico e institucional de que necessitam. Nessa perspectiva, Silva (2019) argumenta que é necessário fortalecer os componentes estaduais do SISAN a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), pois eles têm papel na mobilização dos municípios, devendo estar aptos a auxiliar na implementação do Sistema nos territórios locais. A autora complementa que o fortalecimento dessas



instâncias em âmbito federal e estadual poderá auxiliar na consolidação e superação dos diversos desafios que a implementação da política local de SAN impõe (Silva, 2019).

A Segurança Alimentar e Nutricional é, por natureza, um campo de política pública de caráter intersetorial, cuja complexidade demanda abordagens que superem a lógica setorial tradicional. Silva (2019) destaca que o Plano de SAN deve ser elaborado levando em consideração todo um planejamento estratégico, e que sua adoção deverá cumprir com o preceito da legislação nacional na garantia da SAN da população, possibilitando uma articulação e pactuação de diversas ações e programas já existentes, geralmente implementados de maneira setorial.

Reforçando esse entendimento, Galesi (2009) afirma que, no âmbito da segurança alimentar e nutricional e pelo seu caráter intersetorial ou transversal, diversos aspectos da realidade social devem ser abordados e analisados simultaneamente, estabelecendo correlações. Essa perspectiva implica que os diagnósticos dos Planos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional sejam capazes de captar a multidimensionalidade da SAN, contemplando aspectos relacionados à saúde, nutrição, acesso à alimentação e à água, produção agrícola, renda, proteção social e condições institucionais dos municípios. Para isso, torna-se necessária a utilização integrada de diferentes fontes de informação capazes de representar essas diversas dimensões da realidade social.

Galesi (2009) aponta que existe grande demanda pela construção de indicadores, pelo levantamento de diagnósticos e pela produção de informações que contribuam para a focalização e o direcionamento das políticas públicas. Nessa mesma direção, Lima (2025) ressalta que o aprimoramento dos indicadores garante a qualificação de ferramentas estatísticas na área da SAN, o que possibilita avaliações ao nível nacional e regional dos determinantes que podem atenuar ou agravar a fome e a insegurança alimentar, bem como a mensuração dessas condições em indivíduos.



Pessanha (2008), por sua vez, alerta que a abordagem de um problema multifacetado como a segurança alimentar e nutricional demanda o emprego de diferentes métodos, o que requer o envolvimento de profissionais de diferentes áreas regidos por uma técnica de pesquisa que vise à qualidade final das estatísticas. O conjunto dessas contribuições evidencia que a construção de um diagnóstico de SAN não é tarefa trivial: ela exige metodologia, diversidade de fontes e perspectivas, e comprometimento com a qualidade das informações produzidas.

Panelli-Martins, Santos e Assis (2008) desenvolveram e aplicaram, em um município de pequeno porte da Bahia, um protocolo composto por 20 indicadores abrangendo as dimensões da SAN, demonstrando a factibilidade de sistemas locais de monitoramento a partir de fontes de dados secundárias disponíveis nos municípios. O estudo evidenciou que a identificação das dimensões conceituais da SAN e a seleção criteriosa de variáveis mensuráveis e sensíveis ao território são etapas fundamentais para a construção de protocolos aplicáveis em municípios com limitações de recursos técnicos e financeiros (Panelli-Martins; Santos; Assis, 2008).

A pesquisa aqui proposta parte de uma necessidade prática percebida no Rio Grande do Norte, que também pode refletir a realidade de outras localidades. Ao demonstrar que é possível construir sistemas locais de diagnóstico a partir de fontes de dados já existentes e acessíveis, iniciativas como o Observatório das Desigualdades (DAPGS/CCSA/UFRN) evidenciam o potencial de capacitação técnica voltada a esse público.

Vinculado ao Departamento de Administração Pública e Gestão Social desde 2020, o Observatório atua como espaço de pesquisa, ensino e extensão tendo incorporado a Segurança Alimentar e Nutricional como uma de suas frentes de atuação. Em 2025, no âmbito do projeto “Apoiando Estratégias para Fortalecimento das Ações Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional no RN”, o Observatório ofertou aos gestores municipais um conjunto articulado de cursos e eventos voltados à qualificação técnica em SAN, um curso introdutório sobre indicadores e iniciativas de SAN no Estado, seguido de capacitação prática



em laboratório de informática oferecida tanto em formato presencial quanto remoto sobre o uso de sistemas públicos e ferramentas de acesso aberto para a construção de diagnósticos territoriais, além de uma mostra dedicada à apresentação desses indicadores à comunidade acadêmica e aos gestores públicos.

Essa atuação consolida o Observatório como interlocutor entre a produção acadêmica e a gestão pública municipal na área de SAN no Rio Grande do Norte, ao traduzir, em arranjo formativo e acessível, conteúdos técnicos que de outro modo permaneceram restritos ao ambiente acadêmico.

A construção de um diagnóstico de SAN em nível municipal requer, além de um referencial conceitual sólido, a identificação de fontes de dados adequadas ao contexto local sensíveis às particularidades de cada território, reconhecendo que os 167 municípios potiguares apresentam realidades socioeconômicas, demográficas e institucionais distintas que devem ser consideradas na interpretação e no uso das bases de dados.

Dessa forma, os diagnósticos municipais de SAN configuram-se como instrumentos para a identificação de vulnerabilidades, definição de prioridades e monitoramento das ações governamentais. Considerando as limitações técnicas e financeiras enfrentadas por grande parte dos municípios potiguares, o acesso e a utilização qualificada de bases de dados públicas representam uma alternativa viável para subsidiar a elaboração desses diagnósticos, fortalecendo o planejamento baseado em evidências e contribuindo para a implementação dos Planos Municipais de SAN.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste trabalho fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e documental. A pesquisa foi estruturada com o objetivo de mapear, selecionar e organizar bases de dados públicas capazes de subsidiar diagnósticos locais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), etapa preliminar para a futura elaboração dos Planos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional.



A opção por uma abordagem documental justifica-se pelo próprio contexto dos municípios potiguares, do qual derivou a necessidade prática da pesquisa. A realização de coletas de dados primários, como censos locais, inquéritos domiciliares ou pesquisas de campo em larga escala, tende a demandar recursos financeiros, técnicos e logísticos muitas vezes indisponíveis para as gestões municipais. Em contrapartida, o Estado brasileiro dispõe de sistemas de informação públicos, oficiais e de ampla abrangência territorial. Nesse sentido, o desafio central se encontra na sua dispersão em diferentes plataformas, órgãos e formatos de consulta.

UNIVERSO DE ANÁLISE: ENTES MUNICIPAIS

O universo de análise desta pesquisa concentra-se nos municípios tendo como lente principal o nível de estruturação local frente ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

O mapeamento preliminar indicou um cenário marcado pela fragilidade dos instrumentos municipais de governança em SAN. Até o período de realização do levantamento nas bases oficiais consultadas, não foram identificados municípios potiguares com Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional aprovado, vigente e em execução. Para além da ausência dos planos, observou-se também a necessidade de fortalecimento das estruturas locais de gestão, articulação intersetorial e participação social relacionadas à política de SAN.

Esse cenário reforça a necessidade da construção de instrumentos de apoio técnico que auxiliem os municípios na etapa inicial de diagnóstico, uma vez que a elaboração de um Plano Municipal de SAN exige o reconhecimento prévio das condições sociais, econômicas, alimentares, nutricionais, produtivas e territoriais da população.

COLETA DOS DADOS

A coleta dos dados ocorreu por meio de pesquisa documental e consulta direta a sistemas de informação e plataformas públicas disponibilizadas



por órgãos governamentais. O foco da coleta foi identificar fontes que disponibilizassem indicadores com possibilidade de desagregação em nível municipal, permitindo a construção de diagnósticos locais.

A fase de coleta foi organizada em duas frentes metodológicas complementares. A primeira consistiu no levantamento do panorama institucional dos municípios potiguares em relação ao SISAN, com atenção à existência de instrumentos de governança, como conselhos, câmaras intersetoriais e planos municipais de SAN. Essa etapa permitiu dimensionar a vulnerabilidade institucional da rede de SAN no estado.

A segunda frente correspondeu à busca ativa de sistemas de informação governamentais. Nessa etapa, a coleta não se limitou à extração de tabelas numéricas, mas envolveu a navegação exploratória nas plataformas, a identificação dos filtros disponíveis, a verificação do nível territorial dos dados e a avaliação da utilidade dos indicadores para diagnósticos municipais de SAN.

Entre os sistemas e plataformas selecionados, destacam-se: SIDRA/IBGE, IBGE Cidades, RI Social, VIS DATA, TRIA, SISVAN, DATASUS, Brasil Sem Fome e Mapa Social. A escolha dessas bases considerou a disponibilidade de dados por município, a abrangência dos indicadores, a possibilidade de comparação entre os municípios e a relevância das informações para a compreensão dos múltiplos elementos de diagnóstico da Segurança Alimentar e Nutricional.

ANÁLISE DOS DADOS

A etapa de análise dos dados consistiu na triagem e avaliação das fontes de informação mapeadas. O objetivo foi filtrar o amplo conjunto de sistemas públicos disponíveis e selecionar aqueles com maior potencial para subsidiar a elaboração dos diagnósticos municipais de SAN. Para que uma base de dados fosse validada e incorporada ao escopo do estudo, foram adotados dois critérios analíticos principais.

O primeiro critério foi a desagregação em nível municipal. A plataforma analisada deveria permitir o recorte dos dados por município,



uma vez que o objetivo do estudo é apoiar diagnósticos locais. Bases que apresentavam apenas dados agregados em escala estadual ou nacional foram descartadas da seleção final, por não atenderem à necessidade de leitura territorial.

O segundo critério foi a aderência aos elementos de SAN. As variáveis disponibilizadas pelas plataformas precisavam dialogar com aspectos tais como disponibilidade de alimentos, produção agropecuária, renda, pobreza, acesso a políticas sociais, estado nutricional, saúde, abastecimento, vulnerabilidade social e condições de vida da população. Cabe destacar que os sistemas públicos selecionados coincidem com aqueles trabalhados nas capacitações “Sistemas Públicos e indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN): práticas em laboratório de informática” e sua respectiva oferta em formato remoto, promovidas pelo Observatório das Desigualdades (DAPGS/CCSA/UFRN) em 2025, o que reforça a importância e a validade formativa desses instrumentos junto a gestores municipais.

Esse processo garantiu que o produto final da pesquisa não se configurasse apenas como um catálogo de links institucionais, mas como um instrumento metodológico orientador. Ressalta-se, ainda, que a lógica de seleção e organização das variáveis aqui apresentada foi desenvolvida a partir da metodologia do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Norte (PESAN/RN), a qual inspirou a construção dos Resultados e da Discussão desta pesquisa. Embora ancorada na experiência do PESAN/RN, a estrutura metodológica proposta não se restringe ao contexto potiguar, por se basear em sistemas públicos de abrangência nacional, com dados disponíveis para a totalidade dos municípios brasileiros, as proposições desta cartilha são replicáveis e válidas para qualquer município do país, independentemente da região ou do porte populacional.

USO DE IA

Em conformidade com a Política de Integridade na Atividade Científica do CNPq (Portaria nº 2.664, de 6 de março de 2026), especificamente em



seu Art. 9º, alínea “c”, que estabelece como diretriz de integridade na pesquisa a obrigatoriedade de “declarar o uso de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa (IAG), de qualquer espécie e em qualquer fase do desenvolvimento da pesquisa (concepção, redação, análise de dados, submissão), especificando nos respectivos textos e exposições eletrônicas a ferramenta utilizada e a finalidade”, declara-se que este Trabalho de Conclusão de Curso utilizou recursos de Inteligência Artificial Generativa em etapas específicas, preservando integralmente a autoria intelectual e a responsabilidade acadêmica da pesquisadora.

A plataforma ChatGPT, desenvolvida pela OpenAI, foi empregada exclusivamente para revisão textual, correção ortográfica, revisão gramatical e aprimoramento da coesão, da clareza e da fluidez da redação dos textos produzidos pela autora. Sua utilização não envolveu a geração de conteúdo teórico, conceitual, metodológico ou analítico, tampouco a elaboração de argumentos ou conclusões científicas. O comando (prompt) utilizado para essa finalidade seguiu o seguinte padrão: “Atue como um revisor de textos acadêmicos. Realize a correção ortográfica e a revisão gramatical do trecho a seguir, aprimorando a coesão textual e adequando o vocabulário à norma-padrão da língua portuguesa, sem alterar os argumentos e o sentido original da autora.”

Ademais, utilizou-se o Gemini, modelo de Inteligência Artificial desenvolvido pelo Google DeepMind, para auxiliar na criação e no refinamento de elementos visuais e imagens presentes neste trabalho. Seu uso teve finalidade exclusivamente ilustrativa, visando representar visualmente informações relacionadas ao conteúdo desenvolvido, sem interferência na produção científica, na análise dos dados ou nas conclusões apresentadas. Para a elaboração de uma das imagens, foi utilizado o seguinte comando (prompt): “Gere uma imagem que ilustre, de maneira clara, os benefícios da adesão municipal ao SISAN” e na criação da capa da cartilha “Crie a capa de uma cartilha institucional em formato A4, com design moderno, limpo e profissional, voltada para gestores públicos municipais e profissionais da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)”.



O uso dessas ferramentas ocorreu unicamente como recurso de apoio técnico, não substituindo a contribuição intelectual nem a responsabilidade autoral sobre o conteúdo, as interpretações, as análises e as conclusões apresentadas neste Trabalho de Conclusão de Curso.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta os resultados obtidos ao longo da pesquisa e a intervenção proposta a partir deles, organizados em seções complementares que percorrem desde o diagnóstico institucional até a proposição do produto técnico.

A subseção 3.1 organiza os sistemas de informação públicos identificados na pesquisa a partir de cinco elementos de diagnóstico analítico da SAN: perfil socioeconômico e demográfico do município, vulnerabilidade social e acesso à proteção social, risco e insegurança alimentar, disponibilidade e produção local de alimentos e condições nutricionais da população. Para cada elemento de diagnóstico, são apresentadas as plataformas selecionadas com descrição de sua finalidade, órgão responsável, filtros disponíveis, tipos de dados e variáveis diretamente relacionadas à SAN, acompanhadas de exemplos práticos de extração.

A subseção 3.2 encerra essa etapa com uma síntese da organização dos sistemas, discutindo as potencialidades e os limites do uso das bases para a construção de diagnósticos municipais orientados por evidências.

BASES DE DADOS COM DESAGREGAÇÃO EM NÍVEL MUNICIPAL

O Brasil dispõe de um volume expressivo de dados sobre diferentes aspectos sociais, econômicos e ambientais da realidade dos municípios, os quais, no entanto, precisam ser tratados adequadamente para se transformar em informação útil à gestão municipal na implementação e no acompanhamento de programas sociais (Brasil, 2008).



A desagregação dessas informações em nível municipal é relevante quando se considera que é nessa escala que as demandas sociais se manifestam de forma mais concreta e que as respostas governamentais precisam ser mais sensíveis às especificidades locais. Compreender o território significa buscar melhores condições de governabilidade, enfrentando problemas cotidianos e valendo-se dos avanços das novas tecnologias cadastrais e de espacialização de dados (Antunes; Desengrini; Silva, 2017).

Felizmente, há um conjunto amplo de instituições que disponibilizam indicadores para diversos níveis territoriais, sendo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a principal referência nacional nesse campo (Brasil, 2008). O IBGE atua tanto na produção de pesquisas de grande abrangência quanto no desenvolvimento de levantamentos específicos voltados ao planejamento governamental (Antunes; Desengrini; Silva, 2017).

Entre seus instrumentos mais relevantes para os estudos populacionais, destaca-se o Censo Demográfico, que oferece amplas possibilidades para análise da quantificação, composição, estrutura e distribuição político-administrativa da população (Oliveira; Simões, 2005). Complementarmente, o IBGE realiza a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), cujo propósito é atualizar informações nacionais, estaduais e de regiões metropolitanas (Brasil, 2008; Antunes; Desengrini; Silva, 2017).

No âmbito municipal especificamente, ganha destaque a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), também conduzida pelo IBGE, que abrange aspectos como estrutura administrativa, participação e controle social, escopo legislativo, instrumentos de planejamento e orçamento, além de informações sobre educação, saúde, saneamento, coleta de resíduos, comércio e indústria, compondo um retrato detalhado de cada localidade (Brasil, 2008; Antunes; Desengrini; Silva, 2017). Especificamente para o campo da SAN, merece destaque a incorporação do Suplemento de Segurança Alimentar e Nutricional à MUNIC. O suplemento representa um avanço importante para o acompanhamento da institucionalização da SAN.



No campo da segurança alimentar e nutricional (SAN), a pluralidade de métodos de mensuração disponíveis reflete a complexidade inerente ao fenômeno. Existem diversos métodos que podem ser utilizados para medir a Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN), sendo que cada um capta o fenômeno segundo uma escala e uma ótica própria, tornando-os, por princípio, complementares entre si. Alguns avaliam a questão em nível nacional, outros se aproximam do nível domiciliar ou individual, alguns abordam a disponibilidade de alimentos, enquanto outros focam no acesso ou na estabilidade das famílias (Brasil, 2008).

O principal instrumento de mensuração direta adotado no Brasil é a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), aplicada pelo IBGE. Trata-se de uma escala que mede a percepção e a vivência de insegurança alimentar e fome no nível domiciliar, expressando o acesso aos alimentos com alta confiabilidade, pois traduz a experiência concreta dos moradores com a fome e a insegurança alimentar (Sardinha, 2014).

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO ORGANIZADOS POR ELEMENTOS DE DIAGNÓSTICO ANALÍTICO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Essa etapa teve como finalidade sistematizar as bases públicas capazes de subsidiar diagnósticos municipais de SAN, considerando sua utilidade para a leitura da realidade local.

O levantamento realizado identificou nove plataformas e repositórios públicos com dados desagregados, disponibilizados gratuitamente por órgãos governamentais federais. As bases identificadas estão vinculadas, principalmente, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao Ministério da Saúde (MS) e ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

Os sistemas foram agrupados em cinco elementos de diagnóstico analítico: perfil socioeconômico e demográfico do município, vulnerabilidade social e acesso à proteção social, risco e insegurança alimentar, disponibilidade e produção local de alimentos e condições nutricionais da



população. Essa organização operacionaliza, de forma prática, o princípio defendido por Galesi (2009) de que a Segurança Alimentar e Nutricional, por seu caráter intersetorial e transversal, exige que diversos aspectos da realidade social sejam abordados e analisados simultaneamente, estabelecendo correlações entre si, não apenas à presença ou ausência de alimentos, mas também às condições de renda, proteção social, produção, abastecimento, saúde, nutrição e organização territorial.

Esse achado corrobora o alerta de Pessanha, Vannier-Santos e Mitchell (2008) quanto à necessidade de diferentes métodos e fontes para abordar um problema multifacetado como a SAN. Nenhuma das nove plataformas mapeadas, isoladamente, seria suficiente para subsidiar um diagnóstico municipal completo, o que reforça a pertinência da proposta de integração de bases adotada nesta pesquisa e antecipada teoricamente pelos autores.

Perfil socioeconômico e demográfico do município

O elemento de diagnóstico Perfil Socioeconômico e Demográfico do Município constitui o ponto de partida para o diagnóstico territorial, pois permite compreender as características gerais da população, incluindo tamanho populacional, distribuição urbano-rural, estrutura etária, escolaridade, renda e dinâmica econômica local. No Rio Grande do Norte, marcado pela coexistência de municípios de grande porte, como Natal e Mossoró, e de numerosos municípios de pequeno porte, essas informações são usadas para identificar diferenças territoriais e orientar a formulação de políticas adequadas às características de cada realidade e os aspectos territoriais e os indicadores estruturais que influenciam direta ou indiretamente a Segurança Alimentar e Nutricional.

Foram selecionados o IBGE Cidades e o SIDRA, ambos vinculados ao IBGE. Essas plataformas fornecem dados para a leitura inicial do território, permitindo identificar diferenças entre municípios quanto ao porte populacional, renda, escolaridade, saneamento, trabalho, economia e produção agropecuária.



IBGE Cidades

- Endereço eletrônico: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>;
- Órgão responsável: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística);
- Finalidade: Disponibilizar um panorama sintético dos municípios, estados e do Brasil por meio de indicadores demográficos, sociais, econômicos e ambientais;
- Filtros disponíveis: Unidade territorial (Brasil, estado ou município) é tema de interesse;
- Tipo de dados: Indicadores agregados, tabelas resumidas, gráficos, mapas e infográficos;
- Dados relacionados à SAN: Indicadores de população residente, densidade demográfica, escolarização, PIB per capita, salário médio dos trabalhadores formais, percentual da população ocupada, percentual da população com rendimento de até meio salário mínimo, indicadores de saneamento básico (abastecimento de água e esgotamento sanitário), produção agrícola municipal, efetivo de rebanhos e além de informações territoriais e ambientais que influenciam as condições de vida e o acesso à alimentação.

Figura 1 – Painel de panorama populacional do município de Caicó (RN)



Fonte: IBGE (2026).



Exemplo prático de extração: Ao buscar o seu município (por exemplo, “Caicó - RN”), ao clicar na aba “POPULAÇÃO” vai ser possível encontrar dados da população de acordo com o último Censo de 2022.

SIDRA/IBGE

- a) Endereço eletrônico: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo>;
- b) Órgão responsável: IBGE;
- c) Finalidade: Disponibilizar acesso detalhado às bases estatísticas produzidas pelo IBGE;
- d) Filtros disponíveis: Pesquisa estatística, variável, período, localidade e nível territorial;
- e) Tipo de dados: Tabelas dinâmicas, séries históricas, dados agregados e exportação para diferentes formatos;
- f) Dados relacionados à SAN: Resultados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), despesas familiares com alimentação, aquisição domiciliar de alimentos, consumo alimentar, indicadores de renda e trabalho, dados do Censo Agropecuário sobre agricultura familiar, estabelecimentos rurais, pessoal ocupado na agropecuária, produção agrícola municipal por cultura, área plantada, quantidade produzida, condições de abastecimento de água e saneamento e além de indicadores socioeconômicos utilizados para análise da insegurança alimentar.



Figura 2 – Tabela de moradores em domicílios particulares

The screenshot shows the SIDRA Censo Demográfico web interface. At the top, there is a navigation bar with links: PESQUISAS, ACERVO, TERRITÓRIO, CONTATO, AJUDA, and a user icon. Below the navigation bar, the page title is "CENSO DEMOGRÁFICO". A description of Table 10206 is provided: "Tabela 10206 - Moradores em domicílios particulares permanentes ocupados em setores censitários selecionados para a Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios, por cor ou raça e existência e características do entorno, em Favelas e Comunidades Urbanas e fora de Favelas e Comunidades Urbanas - Municípios com presença de Favelas e Comunidades Urbanas (Verde Notas)". Below the description, there are tabs for "Quadro" and "Cartograma". A message states "A seleção atual não possui erros." and the layout is "Layout: 1 tabela [1 x 1] - 1 valor". A selection instruction says "Selecione e arraste uma dimensão para definir sua posição". A table is shown with the title "Moradores em domicílios particulares permanentes ocupados em setores censitários selecionados para a Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios, por cor ou raça e existência e características do entorno, em Favelas e Comunidades Urbanas e fora de Favelas e Comunidades Urbanas - Municípios com presença de Favelas e Comunidades Urbanas" and a single variable "Variável (1)".

Fonte: IBGE (2026).

Exemplo prático de extração: Ao acessar o Censo Demográfico e Selecionar a Tabela 10206, é possível cruzar informações sobre os moradores de domicílios particulares permanentes ocupados, classificados por cor ou raça e pelas características do entorno urbano, distinguindo aqueles localizados em Favelas e Comunidades Urbanas daqueles situados fora dessas áreas. Entre as variáveis disponíveis estão aspectos da infraestrutura urbana, como pavimentação das vias, iluminação pública, existência de calçadas, arborização, acessibilidade para pessoas com deficiência e presença de pontos de transporte coletivo.

Vulnerabilidade social e acesso à proteção social

O elemento de diagnóstico Vulnerabilidade Social e Acesso à Proteção Social é particularmente relevante para o estado, considerando a elevada presença de famílias inscritas no Cadastro Único e a importância das políticas de transferência de renda para a população potiguar. A análise permite identificar grupos populacionais em situação de pobreza ou extrema pobreza, bem como avaliar o alcance das políticas de proteção social responsáveis por reduzir riscos relacionados à insegurança alimentar.



Além disso, possibilita reconhecer territórios que demandam maior atenção do poder público na implementação de ações de SAN, uma vez que a insegurança alimentar está fortemente associada às desigualdades sociais, à insuficiência de renda e à dificuldade de acesso regular e permanente a alimentos adequados.

Foram selecionados o RI Social e os Painéis do Mapa Social MDS e VIS DATA, por disponibilizarem informações territoriais sobre Cadastro Único, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, equipamentos públicos e demais ações socioassistenciais.

RI Social

- a) Endereço eletrônico: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/ri/relatorios/cidadania/>;
- b) Órgão responsável: A ferramenta é mantida pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD);
- c) Finalidade: Disponibilizar relatórios consolidados sobre programas sociais e transferências de recursos;
- d) Filtros disponíveis: Município, estado, região, programa social e período de referência;
- e) Tipo de dados: Relatórios gerenciais, quantitativos populacionais e financeiros;
- f) Dados relacionados à SAN: Quantidade de famílias inscritas no Cadastro Único, número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, beneficiários do Programa Bolsa Família, volume de recursos transferidos, cobertura dos serviços socioassistenciais, informações sobre programas de inclusão produtiva e aquisição de alimentos, permitindo identificar populações em maior vulnerabilidade social e alimentar.



Figura 3 – Relatório de programas e ações do município de Mossoró (RN)



Fonte: Ri Social (2026).

Exemplo prático de extração: Ao buscar o seu município (por exemplo, “Mossoró - RN”), o sistema gera um documento (geralmente em PDF ou HTML) com textos corridos e tabelas embutidas que irá detalhar os repasses federais para a assistência social local.

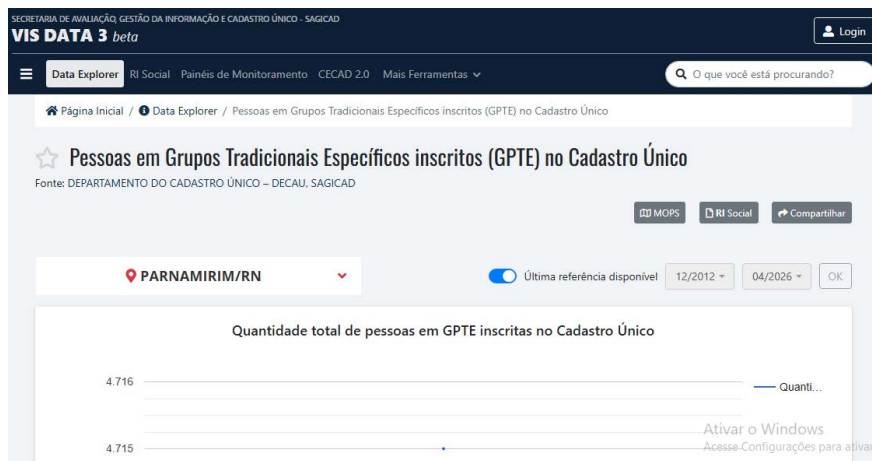
VIS DATA

- Endereço eletrônico: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/>;
- Órgão responsável: A ferramenta é mantida pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD);
- Finalidade: Monitorar programas sociais, benefícios, indicadores territoriais e ações vinculadas às políticas públicas coordenadas pelo MDS;
- Filtros disponíveis: Município, estado, período, programa, indicador e recorte territorial;
- Tipo de dados: Benefícios sociais, Cadastro Único, Bolsa Família, BPC, SUAS, programas de transferência de renda e indicadores territoriais;



- f) Dados relacionados à SAN: Perfil das famílias inscritas no Cadastro Único, composição familiar, renda, características habitacionais, identificação de povos indígenas, quilombolas e assentados, famílias com crianças, idosos e gestantes, acompanhamento das condicionalidades do Bolsa Família, informações que permitem identificar grupos populacionais mais suscetíveis à insegurança alimentar.

Figura 4 – Painel de Grupos Tradicionais Específicos inscritas no Cadastro Único em Parnamirim (RN)



Fonte: Vis Data, 2026.

Exemplo prático de extração: O VIS Data é um dashboard interativo (painel de controle). Com gráficos interativos que mudam conforme clique nos filtros laterais. Ao acessar o painel do Cadastro Único e clicar no filtro “Pessoas em Grupos Tradicionais Específicos inscritos (GPTE) no Cadastro Único”. O painel atualiza para mostrar quantas famílias quilombolas, indígenas, ciganas ou de pescadores artesanais estão cadastradas no município.

Os Painéis do VIS DATA foram incorporados por possibilitarem a visualização de indicadores sociais em diferentes recortes geográficos. Para os diagnósticos de SAN, esses dados permitem compreender a relação



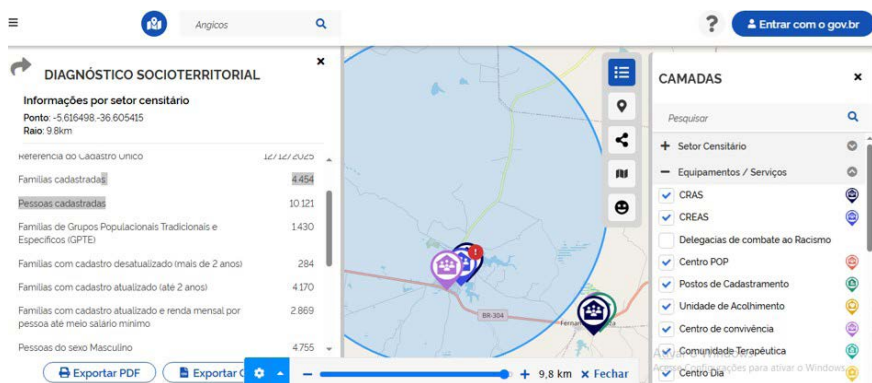
entre vulnerabilidade social, renda, proteção social e risco alimentar nos municípios.

Mapa Social

- a) Endereço eletrônico: <https://mapa-social.mds.gov.br/>;
- b) Órgão responsável: A ferramenta é mantida pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD);
- c) Razão pela qual foi disponibilizado: O Mapa Social foi desenvolvido para ampliar o acesso público a informações de georreferenciamento de equipamentos públicos da assistência social e da segurança alimentar;
- d) Filtros disponíveis: unidade federativa, município, território, tipo de equipamento público e categoria de serviço, CRAS, CREAS, unidades de acolhimento, postos de cadastramento do Cadastro Único, unidades de saúde, escolas, Conselhos Tutelares e outros equipamentos da rede pública;
- e) Tipo de dados disponíveis: Dados geoespaciais, localização dos equipamentos e informações de funcionamento;
- f) Dados referentes à SAN: Localização e distribuição territorial de Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos, Cozinhas Comunitárias, Cozinhas Solidárias, unidades de distribuição de alimentos e demais equipamentos vinculados à segurança alimentar, além de CRAS e CREAS, permitindo avaliar a infraestrutura pública de apoio à população vulnerável.



Figura 5 – Diagnóstico socioterritorial e equipamentos de serviço público em Angicos (RN)



Fonte: Mapa Social MDS, 2026.

Exemplo prático de extração: O Mapa Social se assemelha ao Google Maps. No menu direito, pode marcar as caixinhas que deseja ver, por exemplo: CRAS, Bancos de Alimentos, Restaurante Popular etc. O sistema tem a opção de criar um mapeamento (Diagnóstico Socioterritorial) dos Equipamentos Públicos existentes na região.

Risco e insegurança alimentar

O terceiro elemento de diagnóstico contempla sistemas capazes de indicar situações de risco ou ocorrência de insegurança alimentar por possibilitar a identificação dos grupos populacionais mais expostos à privação alimentar pois a análise permite não apenas reconhecer situações já consolidadas de insegurança alimentar, mas também identificar fatores de risco que podem levar famílias e comunidades a essa condição, possibilitando a adoção de medidas preventivas por parte do poder público. No contexto potiguar, a identificação dos grupos mais vulneráveis contribui para a priorização de recursos, o planejamento e o fortalecimento das estratégias de proteção social e abastecimento alimentar.

Foram selecionados a TRIA, o Brasil Sem Fome e os indicadores específicos disponíveis nos Painéis do MDS, especialmente aqueles



relacionados ao risco de insegurança alimentar grave a partir de informações do Cadastro Único.

TRIA – Triagem para Risco de Insegurança Alimentar

- a) Endereço eletrônico: <https://relatorioaps.saude.gov.br/tria>;
- b) Órgão responsável: Ministério da Saúde;
- c) Finalidade: Monitorar e identificar o risco de insegurança alimentar nos domicílios brasileiros por meio de perguntas durante atendimentos e visitas domiciliares realizadas pelas equipes da Atenção Primária à Saúde;
- d) Filtros disponíveis: Unidade federativa, município, região geográfica, período de referência, características sociodemográficas da população e categorias de classificação do risco de insegurança alimentar. Os filtros podem variar conforme as atualizações do painel;
- e) Tipo de dados: Painéis interativos, tabelas consolidadas, indicadores de cobertura da triagem, quantitativos de indivíduos e domicílios avaliados e distribuição territorial dos resultados da triagem;
- f) Dados relacionados à SAN: Quantidade de pessoas e domicílios submetidos à Triagem para Risco de Insegurança Alimentar, percentual de cobertura da aplicação da TRIA, identificação de indivíduos e famílias com risco de insegurança alimentar, distribuição espacial dos registros por município, estado e região, acompanhamento temporal da expansão da cobertura da triagem, informações integradas ao Cadastro Único.



Figura 6 – Painel de relatórios preliminares da Triagem para Risco de Insegurança Alimentar (TRIA)

Triagem para Risco para Insegurança Alimentar (TRIA) - Relatório Preliminar

A inclusão das perguntas para Triagem de Risco de Insegurança Alimentar no e-SUS APS visa identificar se o domicílio se encontra com dificuldades de acesso aos alimentos, na perspectiva do monitoramento dessa situação e possibilidades de promoção da articulação intersetorial para garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável.

Competência: acumulado novembro/2023 a abril/2026

Clique para fazer download dos arquivos

Panorama Geral

 [Brasil \(Relatório em formato excel incluindo todos os municípios\)](#)

 [Unidades da Federação \(Relatórios em formato pdf\)](#)

Todos os municípios por Unidade da Federação (Relatórios em formato pdf):

 [Acre](#)

 [Alagoas](#)

 [Amapá](#)

 [Amazonas](#)

 [Bahia](#)

 [Ceará](#)

Fonte: TRIA, 2026.

Exemplo prático de extração: O painel TRIA disponibiliza relatórios sobre insegurança alimentar, incluindo o Percentual de domicílios em risco segundo:

- Condição dos moradores.
- Sexo do responsável familiar que respondeu ao TRIA.
- Raça/cor do responsável familiar que respondeu ao TRIA.

Brasil Sem Fome

- a) Endereço eletrônico: <https://paineis.mds.gov.br/public/extensions/BSF/BSF.html>;
- b) Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS.
- c) Finalidade: Monitorar ações, programas e estratégias vinculadas ao Plano Brasil Sem Fome;
- d) Filtros disponíveis: Região, município, estado;
- e) Tipo de dados: Acesso à renda, redução da pobreza e promoção da cidadania, Alimentação saudável: da produção ao consumo e Mobilização para o combate à fome;



- f) Dados relacionados à SAN: Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Cisternas, ações de combate à fome, SISAN, equipamentos públicos, inclusão produtiva e indicadores de insegurança alimentar.

Figura 7 – Painel de monitoramento de indicadores do plano Brasil Sem Fome para Extremoz (RN)

≡ Painel de Monitoramento do Plano Brasil Sem Fome
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

INDICADORES POR REGIÃO, ESTADO E MUNICÍPIO

Indicador de resultados: dados por região e estados

Indicador por Programa: região, estados e municípios

Selecione um filtro para Região, Estado e/ou Município:

Região
Nordeste

Estado
Rio Grande do Norte

Município
Extremoz, RN

Limpar Filtros

Fonte: Brasil sem Fome, 2026.

Exemplo prático de extração: No portal estão disponíveis documentos em PDF sobre os eixos do programa como o acompanhamento de quantos estados e municípios já assinaram os termos de adesão ao SISAN ou o painel de execução orçamentária do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em nível estadual/municipal/nacional.

Disponibilidade e produção local de alimentos

O quarto elemento de diagnóstico diz respeito à disponibilidade e à produção local de alimentos, possui relevância estratégica devido à importância da agricultura familiar e das atividades agropecuárias para o abastecimento alimentar e para a geração de renda em diversos municípios potiguaros. Além disso, parte significativa do território estadual está inserida na região semiárida, onde fatores climáticos, especialmente a irregularidade das chuvas e os períodos de estiagem, influenciam diretamente a produção de alimentos.



A análise possibilita compreender as potencialidades e limitações locais relacionadas à oferta alimentar, amplia a análise da SAN para além do acesso econômico, incorporando elementos relacionados à capacidade produtiva dos territórios, ao abastecimento à circulação de alimentos, das compras públicas, as feiras livres, bancos de alimentos, cozinhas comunitárias, cisternas e demais estratégias de abastecimento alimentar.

Neste elemento diagnóstico, destacam-se o SIDRA/IBGE, uma vez que essa plataforma fornece informações sobre produção agropecuária, lavouras e pecuária. Já o Brasil Sem Fome permite observar ações públicas relacionadas ao abastecimento, à agricultura familiar e à estruturação de políticas de SAN.

Condições nutricionais da população

O quinto elemento de diagnóstico reúne sistemas voltados ao acompanhamento do estado nutricional e dos marcadores de consumo alimentar da população. Essa análise é usada para identificar situações de desnutrição, déficit de crescimento, excesso de peso, obesidade e outras condições relacionadas à alimentação inadequada. De acordo com os dados recentes divulgados pelo Ministério da Saúde, segundo os quais o Rio Grande do Norte ocupa a segunda posição entre os estados brasileiros com maior proporção de adultos obesos (G1 RN, 2026).

Esse cenário reforça a necessidade de monitoramento contínuo dos indicadores nutricionais, considerando que a obesidade constitui um importante fator de risco para doenças crônicas não transmissíveis e representa um desafio crescente para as políticas públicas de saúde e alimentação. Foi selecionado o SISVAN, sistema específico para acompanhamento da Vigilância Alimentar e Nutricional no âmbito do Sistema Único de Saúde e o DATA SUS.



SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

- a) Endereço eletrônico: <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/>;
- b) Órgão responsável: Ministério da Saúde.
- c) Finalidade: Monitorar o estado nutricional e o consumo alimentar da população acompanhada pelos serviços de saúde;
- d) Filtros disponíveis: Município, estado, região, ano, mês, faixa etária, sexo, fase do ciclo de vida e tipo de relatório;
- e) Tipo de dados: Antropometria, estado nutricional, marcadores de consumo alimentar e acompanhamento nutricional;
- f) Dados relacionados à SAN: Estado nutricional, baixo peso, excesso de peso, obesidade, aleitamento materno, consumo de alimentos saudáveis e consumo de alimentos ultraprocessados.

Figura 8 – Relatórios de acesso público do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)

A interface do SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional) apresenta uma barra superior verde com o logo do sistema e do Ministério da Saúde. À esquerda, há um menu lateral com opções como 'Acesso Restrito', 'Relatórios', 'Documentos' e 'Fale conosco'. O conteúdo principal, em branco, exibe o título 'Relatórios de Acesso Público. Escolha uma das opções abaixo:' e uma seção 'Selecione o Tipo de Relatório:' com quatro botões: 'ESTADO NUTRICIONAL SELECIONAR RELATÓRIO', 'CONSUMO ALIMENTAR SELECIONAR RELATÓRIO', 'CONSUMO ALIMENTAR ARQUIVOS CONEXOS DADOS' e 'ANDI - ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL SELECIONAR RELATÓRIO'. Abaixo, a seção 'Relatório Selecionado:' mostra 'Estado nutricional'. O formulário 'Ano e Mês de Referência / Unidade Geográfica' contém campos para 'Ano de Referência' (2025), 'Mês de Referência' (ABRIL), 'Agrupar por' (MUNICÍPIO), 'Estado' (RN) e 'Município' (RIO DO POCO).

Fonte: SISVAN, 2026.

Exemplo prático de extração: O SISVAN é um gerador de relatórios públicos. Após escolher o tipo de relatório (Estado Nutricional ou Consumo Alimentar), o ano e o município. O sistema gera uma tabela mostrando informações sobre crianças de 0 a 5 anos pesadas nos postos de saúde da cidade em 2025, que apresentaram magreza acentuada, eutrofia ou obesidade.



DATASUS

- a) Endereço eletrônico: <https://datasus.saude.gov.br>;
- b) Órgão responsável: Ministério da Saúde;
- c) Finalidade: Disponibilizar informações em saúde para subsidiar o planejamento, a gestão e a avaliação do Sistema Único de Saúde;
- d) Filtros disponíveis: Município, estado, período, sexo, faixa etária, causa, local de residência e local de ocorrência;
- e) Tipo de dados: Morbidade, mortalidade, nascidos vivos, internações, indicadores epidemiológicos, informações assistenciais e dados de saúde pública;
- f) Dados relacionados à SAN: Baixo peso ao nascer, mortalidade infantil, agravos relacionados à alimentação, internações por causas associadas à nutrição, doenças crônicas e condições de saúde relacionadas à vulnerabilidade social.

Figura 9 – Painel de seleção de variáveis no DATASUS

DATASUS

➤ MORTALIDADE - BRASIL

Linha	Coluna	Conteúdo
Município	Não ativa	Óbitos p/Residênc
Capital	Capital	Óbitos p/Ocorrênc
Região de Saúde (CIR)	Capítulo CID-10	
Macrorregião de Saúde	Causa mal definidas	

➤ PERÍODOS DISPONÍVEIS

2024
2023
2022
2021
2020
2019

➤ SELEÇÕES DISPONÍVEIS

☒ Município

P
120034 MANOEL URBANO
120035 MARECHAL THAUMATURGO
120038 PLACIDO DE CASTRO
120039 PORTO VIALTER
120040 RIO BRANCO
120042 RODRIGUES ALVES
120043 SANTA ROSA DO PURUS
120045 SENADOR GUIOMAR
120050 SENA MADUREIRA
120060 TABUAÇA

Fonte: DATASUS, 2026.



Exemplo prático de extração: Após escolher o tipo de relatório como Mortalidade, é possível selecionar “Município” na Linha e “Causa mal definida” na Coluna. O resultado será uma tabela exata informando os Óbitos por Residência no Município.

Síntese da organização dos sistemas

A principal contribuição desta etapa da pesquisa foi reunir e classificar essas bases a partir de elementos de diagnóstico analítico diretamente relacionadas à SAN. A sistematização dos sistemas de informação demonstrou que existe um conjunto relevante de bases públicas capazes de subsidiar a elaboração dos diagnósticos municipais de Segurança Alimentar e Nutricional

A organização por elemento de diagnóstico permite que os municípios iniciem seus diagnósticos a partir de uma sequência lógica: primeiro, a caracterização socioeconômica e demográfica do território, em seguida, a identificação de situações de vulnerabilidade social, posteriormente, a análise dos riscos de insegurança alimentar, depois, a observação da disponibilidade e produção local de alimentos, na sequência, o acompanhamento das condições nutricionais da população.

Por fim, cabe reconhecer que o acesso às plataformas, por si só, não garante a transformação dos dados em informação estratégica para a tomada de decisão. A Rede A Ponte (2021) destaca que limitações técnicas, financeiras e institucionais dificultam a construção de uma cultura de evidências na administração pública, e que a elaboração de diagnósticos mais precisos depende não apenas da disponibilidade de dados, mas da capacidade de identificar, acessar e interpretar informações territorializadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho partiu do reconhecimento da inexistência de Planos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nos 167 municípios do Rio Grande do Norte. A partir desse diagnóstico, evidenciado



pelo levantamento realizado junto às bases oficiais, que não identificou nenhum PLAMSAN aprovado, vigente e em execução no estado, buscou-se contribuir para a superação de um dos obstáculos identificados tanto na literatura quanto na prática da gestão pública local: a dificuldade de sistematização e utilização de dados públicos para subsidiar a elaboração desses instrumentos de planejamento.

O objetivo geral deste estudo foi contribuir para o fortalecimento da gestão municipal da Segurança Alimentar e Nutricional no Rio Grande do Norte, por meio da orientação aos municípios sobre o uso de bases de dados públicas na construção dos diagnósticos dos Planos Municipais de SAN.

Entretanto, cabe reconhecer que este trabalho não esgota a complexidade da implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) nos municípios. Embora os sistemas de informação utilizados sejam públicos e gratuitos, o simples acesso aos dados não garante sua transformação em informação estratégica para a tomada de decisão. Nesse sentido, a cartilha constitui uma ferramenta de apoio técnico voltada a uma etapa inicial do processo, a construção do diagnóstico situacional local, mas não substitui a necessidade de um fortalecimento institucional mais amplo. Tal fortalecimento envolve a qualificação e capacitação de quadros técnicos, a criação e o funcionamento efetivo dos conselhos municipais, a estruturação das câmaras intersetoriais e a garantia de recursos orçamentários para a implementação da política de SAN.

Como perspectiva para ações futuras, sugere-se a realização de oficinas de capacitação presenciais e remotas destinadas aos municípios do Rio Grande do Norte, utilizando a cartilha como material de apoio e complementando-a com os tutoriais em vídeo produzidos pelo Observatório das Desigualdades da UFRN. A formação continuada de gestores e conselheiros é o elo para que o acesso técnico se traduza em diagnósticos qualificados e planos executáveis.

Por fim, este trabalho reafirma a atualidade da síntese formulada por Betinho: “quem tem fome, tem pressa”. A insegurança alimentar



não aguarda processos lentos de institucionalização, ela se manifesta diariamente nos domicílios potiguares identificados em situação de risco pela TRIA, nas famílias cadastradas no CadÚnico que ainda não possuem acesso pleno aos alimentos e nas crianças acompanhadas pelo SISVAN que apresentam déficits nutricionais. Diante dessa realidade, fortalecer a capacidade dos municípios de planejar, executar e monitorar políticas públicas de SAN constitui um passo necessário para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.



REFERÊNCIAS

- ANTUNES, T. G.; DESENGRINI, M. E. F.; SILVA, C. B. Obtenção de dados socioeconômicos para a gestão territorial. *In: Planejamento e Gestão Territorial: a sustentabilidade dos ecossistemas urbanos*. [S. l.: s. n.], 2017. cap. 18, p. 403-430. Disponível em: <https://repositorio.unesc.net/bitstream/1/5994/1/CAP18.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2026.
- GALES, L. F.; QUESADA, K. R.; OLIVEIRA, M. R. M. Indicadores de segurança alimentar e nutricional. **Revista Simbio-Logias**, Botucatu, v. 2, n. 1, p. 221-230, maio 2009. Disponível em: http://www.redesans.com.br/rede/wp-content/uploads/2012/10/indicadores_de_seguranca.pdf. Acesso em: 20 jun. 2026.
- GALES, L. F.; QUESADA, K. R.; OLIVEIRA, M. R. M. Indicadores de segurança alimentar e nutricional. **Revista Simbio-Logias**, Botucatu, v. 2, n. 1, p. 221-230, maio 2009. Disponível em: http://www.redesans.com.br/rede/wp-content/uploads/2012/10/indicadores_de_seguranca.pdf. Acesso em: 20 jun. 2026.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. Brasília, 2026. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 05 ago. 2026.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. Brasília, 2026. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo>. Acesso em: 27 jul. 2026.
- LIMA, A. C. **Determinantes da segurança alimentar e nutricional no Brasil: proposição de um modelo de análise**. 2025. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2025. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/271257/AURORA_CLAUDINO_DE_LIMA_TCC.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 16 fev. 2026.
- MACHADO, M. L. *et al.* Segurança alimentar e nutricional [...]. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, e00206716, 2018. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csp/2018.v34n1/e00206716/pt>. Acesso em: 12 jun. 2026.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **DataSUS**. Brasília, 2026. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/>. Acesso em: 05 ago. 2026.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN**. Brasília, 2026. Disponível em: <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/>. Acesso em: 27 jul. 2026.



MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Triagem para Risco para Insegurança Alimentar (TRIA) - Relatório Preliminar**. Brasília, 2026. Disponível em: <https://relatorioaps.saude.gov.br/tria>. Acesso em: 27 jul. 2026.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Painel de Monitoramento do Plano Brasil Sem Fome (BSF)**. Brasília, 2026. Disponível em: <https://paineis.mds.gov.br/public/extensions/BSF/BSF.html>. Acesso em: 27 jul. 2026.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Mapa Social MDS**. Brasília, 2026. Disponível <https://mapa-social.mds.gov.br/>. Acesso em: 27 jul. 2026.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Plataforma Relatório de Informações Sociais: RI Social**. Brasília, 2026. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/ri/relatorios/cidadania/?localizaDivisao=Nordeste&codigo=>. Acesso em: 27 jul. 2026.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **VIS DATA 3 Beta**. Brasília, 2026. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em: 27 jul. 2026.

PANELLI-MARTINS, B. E.; SANTOS, S. M. C.; ASSIS, A. M. O. Segurança alimentar e nutricional: desenvolvimento de indicadores e experimentação em um município da Bahia, Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21, supl., p. 65s-81s, jul./ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/QwgQZnqwfpjy5LNfzVsp6MS/?lang=pt>. Acesso em: 04 abr. 2026.

PESSANHA, L.; VANNIER-SANTOS, C.; MITCHELL, P. V. Indicadores para avaliar a Segurança Alimentar e Nutricional e a garantia do Direito Humano à Alimentação: metodologias e fontes de dados. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu, MG: ABEP, 2008. Disponível em: <https://proceedings.science/encontro-abep/abep-2008/trabalhos/indicadores-para-avaliar-a-seguranca-alimentar-e-nutricional-e-a-garantia-do-dir?lang=pt-br>. Acesso em: 20 abr. 2026.

REDE A PONTE. **Políticas públicas baseadas em evidência: resumo de política pública n. 1 – ciclo das políticas públicas**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://redeaponte.org/wp-content/uploads/2021/02/1.pdf>. Acesso em: 15 maio 2026.

RIO GRANDE DO NORTE. **Plataforma de Políticas Públicas e Inovação Cidadã – POLI**. Natal, 2026. Disponível em: <https://poli.control.rn.gov.br/>. Acesso em: 27 jul. 2026.



SARDINHA, Luciana Monteiro Vasconcelos. **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA**: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Estudo Técnico n. 01/2014. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagicad/pesquisas/documentos/estudo/73.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2026.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social. **I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Norte**. Natal: SETHAS, 2025. SILVA, D. A. S.; PANELLI-MARTINS, B. O processo de adesão municipal ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 27, e020006, 2019. DOI: 10.20396/san.v27i0.8655377. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8655377>. Acesso em: 27 abr. 2026.



TUTORIAIS E EXERCÍCIOS DE BANCOS PÚBLICOS DE DADOS SOBRE SAN

Alexandre das Chagas Brito

Andréia Santos da Silva

Any Leonarda Sampaio Souza

Dandara Alves Garcia Borges

Iris Alessandra de Lima Silva

Juciane Gomes de Matos Souza

Julier da Silva Santos

Luisa Catarina de Santana Gomes Moreira

Maria Beatriz Franca do Nascimento

Sabrinna Silva Menezes

Vitoria do Nascimento Torres

Wendyanne Dantas Candido da Silva

Marconi Neves Macedo

Fábio Resende de Araújo

A simples presença dos portais por vezes não é suficiente para o acesso efetivo dos gestores as informações que desejam. Compreendendo que a dificuldade, por vezes, é entender o procedimento do acesso aos dados por meio dos seus filtros e passos, este capítulo dedica-se a apresentar para cada um dos portais de acesso público um tutorial de acesso e exercícios que podem ser replicados em localidades diversas. Os materiais aqui foram apresentados de forma preliminar como material instrucional



no curso “CR491-2025 – Sistemas Públicos e indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN): práticas em laboratório de informática” vinculado a APS1063 Extensão Universitária em Políticas Públicas (componente optativo do Bacharelado em Administração Pública da UFRN). A tabela apresentada no fim do capítulo, que conflui sistema e indicadores, foi produzida como material orientativo para produção de vídeos tutoriais na disciplina de APS1021 – Diversidade e Desigualdades (componente obrigatório do Bacharelado em Administração Pública da UFRN).

Além dos portais apresentados no capítulo anterior, neste capítulo foi inserido também o portal Plataforma de Políticas Públicas e Inovação Cidadã (POLI) um portal que conflui dados de programas de acesso à alimentos no Rio Grande do Norte (sede do curso de onde o material foi derivado). Neste portal são abordados os programas Restaurantes Populares e Programa Leite Potiguar, administrados pela SETHAS. Vislumbramos que outros estados também possam incorporar bancos de dados estaduais em suas análises.

Ao fim do capítulo, no apêndice, um sumário de indicadores é apresentado, sendo este uma matriz de indicadores que pode fundamentar a elaboração de diagnósticos municipais de SAN.

DESENVOLVIMENTO: TUTORIAL DE UTILIZAÇÃO IBGE CIDADES¹

Tutorial produzido por: Andréia Santos da Silva

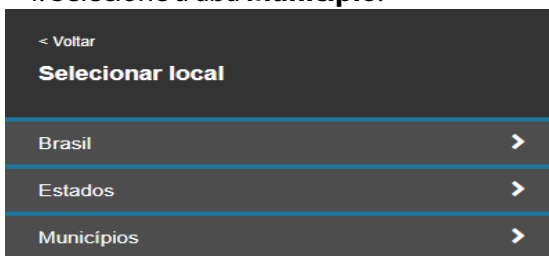
1. Acesse o Portal.
2. Abra o navegador e pesquise por **IBGE CIDADES**.
3. No site, vá até o **MENU**.

¹ Fonte das imagens deste tutorial: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>.





4. Selecione a aba **Município**.



5. Escolha o estado **Rio Grande do Norte**.



6. Depois, selecione um município de sua preferência.



EXERCÍCIOS – IBGE CIDADES

- » Acesse o portal através do link: <https://cidades.ibge.gov.br/>.
- » Formulário produzido por: Andréia Santos da Silva
- » Município escolhido:

1. Na aba **População**, localize os dados:

- » População no último Censo (2022)

2. Acesse a aba **Trabalho e Rendimento** > **Registre a informação**:

- » Salário médio mensal dos trabalhadores formais



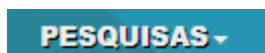
3. Verifique em **Educação** os seguintes indicadores:
 - » IDEB – Anos Iniciais
 - » IDEB – Anos Finais
4. Ainda nas abas do **Município**, busque o indicador:
 - » Mortalidade infantil (óbitos por mil nascidos vivos)
5. Localize os dados sobre condições de saneamento:
 - » Esgotamento sanitário por rede geral, rede pluvial ou fossa ligada à rede*

TUTORIAL DE UTILIZAÇÃO SIDRA/IBGE²

- » Abra o SIDRA/IBGE no navegador



1. Vá até a aba **Pesquisa**.



- » **População**
Censo Demográfico - Censo-Demografico

2. Na aba **DEMOGRÁFICO 2022**



Demográfico 2022 ▾

escolha **População e Domicílios: Situação Urbana ou Rural**
---- depois a tabela de **População residente, por situação do domicílio (urbana e rural)**.

2 Fonte das imagens deste tutorial: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo>.



População				
	Número	Nome	Período	Território
1	9923	População residente, por situação do domicílio	2022	BR, GR, UF, RI, M, CU, MU, DT, SD, BA, AM, AF

3. Escolha um município.

Unidade Territorial [0/95249]

Níveis territoriais ☐ Ocultar territórios editados

- ☐ Brasil [0/1]
- ☐ Grande Região [0/5]
- ☐ Unidade da Federação [0/27]
- ☐ Região Geográfica Intermediária [0/133]
- ☐ Região Geográfica Imediata [0/510]
- ☐ Concentração Urbana [0/195]
- ☐ Município [0/5570]
- ☐ Distrito [0/10696]
- ☐ Subdistrito [0/639]
- ☐ Bairro [0/11473]
- ☐ Amálgama Legal [0/1]

17. Escolha o nível da Unidade da Federação (UF).

Início / Município

- ☐ 1100015. Alta Floresta D'Oeste (RO)
- ☐ 1100023. Anquieta (RO)
- ☐ 1100031. Cabre (RO)
- ☐ 1100049. Cacoi (RO)
- ☐ 1100056. Cerejeiras (RO)
- ☐ 1100064. Colorado do Oeste (RO)
- ☐ 1100072. Cumbiara (RO)
- ☐ 1100080. Costa Marques (RO)
- ☐ 1100098. Espigão D'Oeste (RO)
- ☐ 1101106. Guajará-Mirim (RO)

1. Volte para



e acesse a aba

➤ **Economia**

➤ **Agropecuária**

➤ **Produção Agrícola Municipal - PAM**

2. Escolha a tabela (**Área plantada ou destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias e permanentes**).

Informações sobre culturas temporárias e permanentes:

	Número	Nome	Período	Território
1	5457	Área plantada ou destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias e permanentes	1974 a 2024	BR, GR, UF, ME, M, MU

3. Filtre pelas culturas (**Melão, Milho e Feijão**). Outras culturas podem ser acessadas também.

Produto das lavouras temporárias e permanentes (1/72)

☐ Amiz (em casca)

☐ Areia (em grão)

☐ Ageltona

☐ Banana (cacho)

☐ Batata-doce

☐ Batata-inglesa

☐ Borracha (látex coagulado) [1981 a 2024]

☐ Borracha (látex lixado) [1981 a 1997]



4. Escolha um município.



1. Volte para



e acesse a aba

→ > **Economia**

→ > Agropecuária

→ Pesquisa da Pecuária Municipal - PPM

2. Escolha a tabela (**Efetivo dos rebanhos, por tipo de rebanho**).

Quadros Tabelas Referências

PPM - Tabelas

Informações disponíveis:

	Número	Nome
	3939	Efetivo dos rebanhos, por tipo de rebanho



3. Selecione os tipos de rebanho (**bovino, suíno, caprino, ovino e galináceos**).

Tipo de rebanho [1/10]

☒ ☐

- ☒ Bovino
- ☐ Bubalino
- ☐ Equino
- ☐ Suíno - total
- ☐ Suíno - matrizes de suínos
- ☐ Caprino
- ☐ Ovino

4. Selecione os anos de 2018 a 2023.

Ano [1/51]

☒ ☐

- ☒ 2024 - atualizado em 18/09/2025
- ☐ 2023 - atualizado em 18/09/2025
- ☐ 2022 - atualizado em 19/09/2024
- ☐ 2021 - atualizado em 21/09/2023
- ☐ 2020 - atualizado em 21/09/2023
- ☐ 2019 - atualizado em 21/09/2023
- ☐ 2018 - atualizado em 21/09/2023
- ☐ 2017 - atualizado em 21/09/2023

5. O município.

Unidade Territorial [1/6296]

Níveis territoriais ☐ Ocultar territórios extintos

- ☒ Brasil [1/1]
- ☐ Grande Região [0/5]
- ☐ Unidade da Federação [0/28]
- ☐ Mesorregião Geográfica [0/137] (Ano 1990 a 2024)
- ☐ Microrregião Geográfica [0/558] (Ano 1990 a 2024)
- ☐ Município [0/5567]

Início / Município

☒ ☐

- ☐ 1100015. Alta Floresta D'Oeste (RO)
- ☐ 1100023. Aniquermes (RO)
- ☐ 1100031. Cabixi (RO)
- ☐ 1100049. Cacoai (RO)
- ☐ 1100056. Cerejeiras (RO)
- ☐ 1100064. Colorado do Oeste (RO)



EXERCÍCIOS – SIDRA IBGE

- » Acesse o portal através do link: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>
 - » Formulário produzido por: Andréia santos da silva
 - » Município escolhido*
1. Escolha um município e anote:
 - » Total da população urbana
 - » Total da população rural
 2. Anote as quantidades produzidas em toneladas:
 - » Melão
 - » Milho
 - » Feijão
 3. Escolha uma produção animal e compare se, entre os anos de 2018 e 2023, houve aumento ou diminuição em sua quantidade

TUTORIAL DE UTILIZAÇÃO DO RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RI SOCIAL)³

Tutorial produzido por: Any Leonarda Sampaio Souza e Iris Alessandra de Lima Silva.

1. Contexto

Foram coletados os dados do RI Social, que oferecem um panorama detalhado da realidade socioeconômica dos Municípios, Estados e Região. O banco de dados auxilia na base para a construção do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN). Esses indicadores

3 Fonte das imagens deste tutorial: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Plataforma Relatório de Informações Sociais: RI Social. Brasília, DF: MDS, 2026. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/ri/relatorios/cidadania/?localizaDivisao=Nordeste&codigo=>.



permitem compreender o grau de vulnerabilidade social da população e identificar os grupos que mais necessitam de atenção.

Segue abaixo o passo a passo da base de dados do RI social:

- » **Passo 1** – Acesse o site <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/> no navegador de sua preferência. Após carregar a página, será possível observar a seguinte imagem:



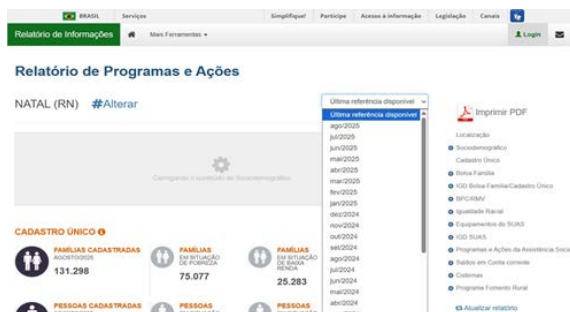
- » **Passo 2** – Clique no ícone #Alterar ao lado do “Brasil” para poder alterar por “Município”, “Estado”, “Região”, “BRASIL” e “Área Especial”.
- » **Passo 3** – Agora, será possível a alteração para qualquer agregação. No primeiro momento, escolha um município, de preferência potiguar. Ex.: **Natal**.

Selecione uma Agregação

- » **Passo 4** – Com o município já escolhido, selecione a **última referência disponível** que seja possível indicar o mês e ano o qual deseja realizar os estudos.



Preferencialmente, até o mês de **Julho 2025**, dessa forma é possível obter os dados mais assertivos.



» **A partir deste momento iremos agora coletar alguns dados referentes ao município de sua escolha e o Estado do Rio Grande do Norte.**



» **Passo 5** – Para concluir nosso guia, do lado direito do site vai apresentar filtros que facilitarão para encontrar as informações necessárias de forma precisa.

EXERCÍCIOS – RI SOCIAL

Nesta atividade, você utilizará o site RI Social (<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/>) para acessar dados sociais sobre



um município específico do Rio Grande do Norte. Escolha 1 município, selecione a última referência disponibilizada e responda às questões abaixo.

Formulário realizado por: Any Leonarda Sampaio Souza e Iris Alessandra de Lima Silva.

Município escolhido:

Estimativa Populacional:

Total de pessoas em situação de Pobreza: Indique o número de PESSOAS em situação de pobreza.

Calcule o número de pessoas inscritas no Cadastro Único (% da população): Total de pessoas e Porcentagem %.

Calcule o número de pessoas do Programa Bolsa Família (% da população): Total de pessoas e Porcentagem %.

Índice de Gestão Descentralizada - IGD: Indique o IGD-M:

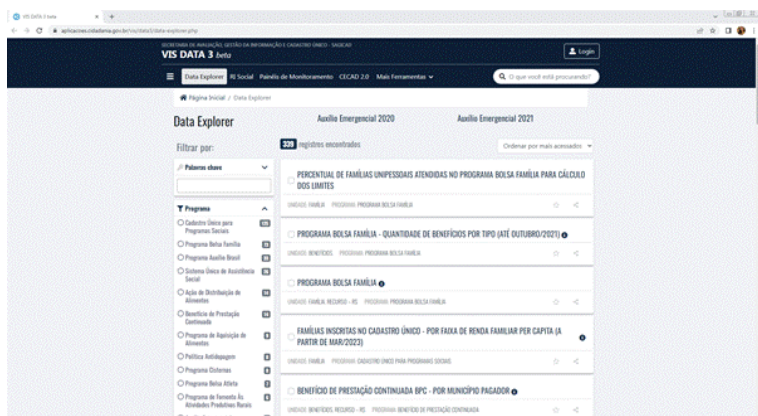
Recorte étnico-racial: Indique, a quantidade de pessoas **beneficiadas pelo Bolsa Família, especificando** “Mulheres negras” e “Homens negros”.

Programa de Cisternas: Indique o número de Cisternas de Água para o consumo.

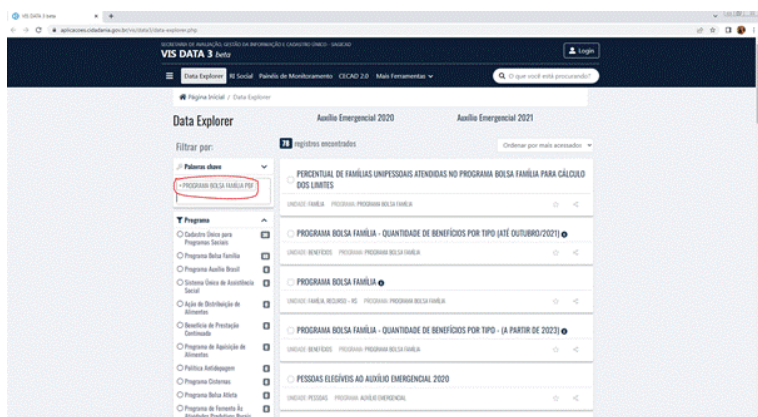


TUTORIAL DE UTILIZAÇÃO DO VISDATA 3 BETA⁴

1. Acessar o Sistema.
2. Entre no site: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>.



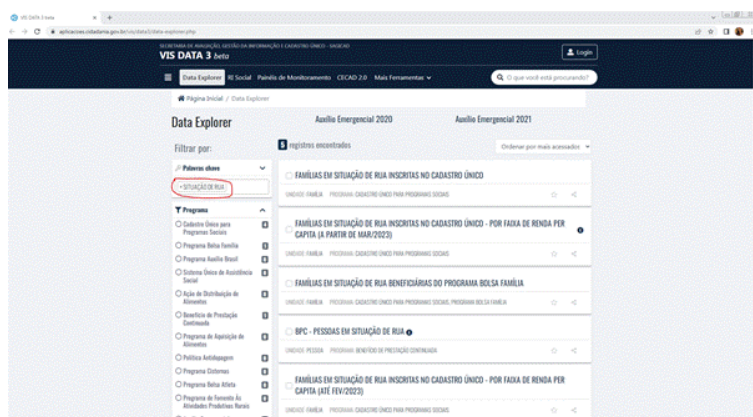
3. Volte a página inicial e filtre em palavra-chave “Programa Bolsa Família”.



4 Fonte das imagens deste tutorial: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. VIS DATA 3 Beta. Brasília, DF: MDS, 2026. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>.



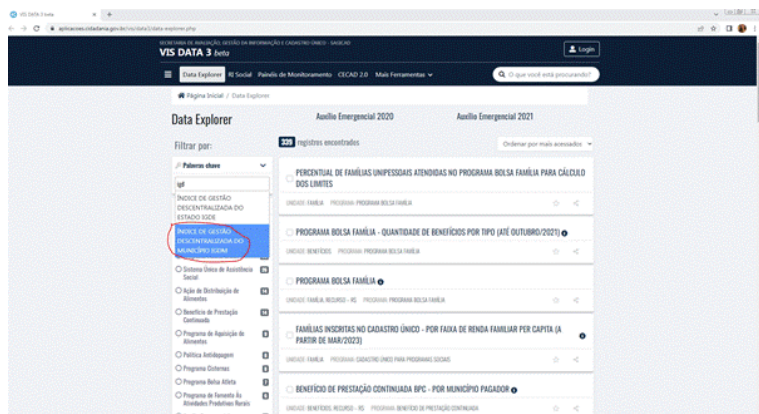
1. Selecione o painel: **Programa Bolsa Família**.
2. Selecione: **Brasil**.
3. Depois Unidade territorial: **Município**.
4. Depois selecione uma SubUnidade territorial da sua preferência.
5. Abaixo, selecione dois meses de referência para sua pesquisa, sendo eles: **08/2024 e 08/2025**.
1. Volte a página inicial, e na aba de palavra-chave, pesquise **Situação de rua**.



2. Selecione: **Famílias em situação de rua inscritas no cadastro único**.
3. Selecione: **Brasil**.
4. Depois Unidade Territorial: **Município**.
5. Depois selecione uma SubUnidade territorial da sua preferência.
6. Abaixo, selecione dois meses de referência para sua pesquisa, sendo eles: **07/2024 e 07/2025**.



1. Volte à página inicial, e na aba de palavra-chave, pesquise **IGD-M**.



2. Selecione: **Índice de gestão descentralizada do município IGDM**.

3. Abaixo, em Programa, selecione Programa Bolsa Família.

4. Selecione: **IGD-M PBF – TAXAS**.

5. Selecione: **Brasil**.

6. Depois Unidade Territorial: **Município**.

7. Depois selecione uma **SubUnidade territorial** da sua preferência.

8. Abaixo, selecione dois meses de referência para sua pesquisa, sendo eles: **07/2024 e 07/2025**.



EXERCÍCIOS - VIS DATA 3 BETA⁵

Formulário produzido por: Sabrinna Silva, Vitoria do Nascimento, Wendyanne Dantas.

» 1º Programa Bolsa Família

Unidade: **Família, Recurso R\$** Programa: **Programa Bolsa Família. Mês de 11/2024 e 11/2025.**

1. Filtre em palavra-chave **“Programa Bolsa Família”**
2. Selecione o painel: **Programa Bolsa Família (PBF)**
3. Selecione: **Brasil**
4. Depois Unidade territorial: **Município**
5. Depois selecione uma **SubUnidade territorial/Município** da sua preferência.
6. Abaixo, selecione dois meses de referência para sua pesquisa, sendo eles: **11/2024 e 11/2025.**

Qual seu município escolhido? *

No seu município escolhido, no gráfico **Famílias do PBF**, qual o valor referente ao mês **11/2024** e no mês **11/2025?***

No seu município escolhido, no gráfico **Valor repassado às Famílias PBF**, qual a quantidade de famílias no mês **11/2024** e no mês **11/2025?** *

No seu município escolhido, no gráfico **Valor do Benefício Médio**, qual o valor no mês **11/2024** e no mês **11/2025?***

» 2º Acompanhamento de Condicionalidades

Repercussões por Descumprimento de Condicionalidades no Programa Bolsa Família - PBF

Unidade: **Família** Programa: **Programa Bolsa Família**
Mês 11/2024 e 11/2025

⁵ Acesse o portal através do link: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>.



» Na aba de palavra-chave, pesquise **Acompanhamento de Condicionalidades**.

1. Selecione: **Repercussões por Descumprimento de Condicionalidades no Programa Bolsa Família - PBF - a partir de 2023**.
2. Selecione: **Brasil**.
3. Depois Unidade Territorial: **Município**.
4. Depois selecione uma **SubUnidade territorial** da sua preferência.
5. Abaixo, selecione dois meses de referência para sua pesquisa, sendo eles: **11/2024 e 11/2025**.

Qual foi o município de sua escolha? *

No gráfico **Total de Repercussões por Descumprimento de Condicionalidades (BF)**, qual o valor no mês **11/2024** e no mês **11/2025**?*

No gráfico **Total de Bloqueios** qual o valor de bloqueios no mês **11/2024** e no mês **11/2025**? *

No gráfico **Total de Advertências (BVA)**, qual o valor de advertências no mês **11/2024** e no mês **11/2025**? *

No gráfico **Total de Cancelamentos (BVA)**, qual o valor de cancelamentos no mês **11/2024** e no mês **11/2025**?

» **3º Índice de Gestão Descentralizada Municipal - IGD-M** **IGD-M PBF - TAXAS**

Unidade: **Família** Programa: **Programa Bolsa Família**
Mês 10/2024 e 10/2025

1. Na aba de palavra-chave, pesquise **IGD-M**.
2. Selecione: **Índice de Gestão Descentralizada do Município IGD-M**.
3. Abaixo, em **Programa**, selecione **Programa Bolsa Família**.
4. Selecione: **IGD-M PBF – TAXAS**.
5. Selecione: **Brasil**.
6. Depois, **Unidade Territorial: Município**.
7. Depois selecione uma **SubUnidade territorial** da sua preferência.



8. Abaixo, selecione dois meses de referência para sua pesquisa, sendo eles: **10/2024 e 10/2025**.

Qual foi o município de sua escolha? *

No gráfico **TAFE - Taxa de Acompanhamento de Frequência Escolar**, qual o valor no mês **10/2024** e no mês **10/2025**? *

No gráfico **TAAS - Taxa de Acompanhamento Agenda Saúde**, qual o valor no mês **10/2024** e no mês **10/2025**? *

No gráfico **TAC - Taxa de Atualização Cadastral**, qual o valor no mês **10/2024** e no mês **10/2025**? *

No gráfico Fator 1: **Operação ((TAFE+TAAS) / 2 + TAC / 2)**, analisando os valores em **10/2024 e 10/2025**, em qual dos dois meses se observa o menor valor? E qual seria o valor? *

Abaixo, na tabela **série histórica**, analise os meses disponíveis e verifique qual o menor o valor total na coluna **Fator 1: Operação ((TAFE+TAAS) / 2 + TAC / 2)** do município selecionado?

TUTORIAL DE UTILIZAÇÃO DO MAPA SOCIAL⁶

Tutorial produzido por: Juciane Gomes,
Julier da Silva e Maria Beatriz França.

O Mapa Social, disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), é um sistema público e interativo que identifica, nos municípios do país, os principais serviços e unidades públicas do SUAS, além do perfil da população inserida no Cadastro Único.

Este guia foi elaborado para auxiliar a utilização da plataforma com foco em analisar:

- Mapa com CRAS E CREAS do Município.

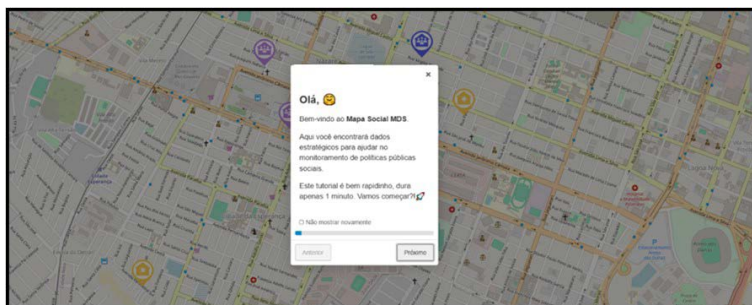
6 Fonte das imagens deste tutorial: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Mapa Social MDS**. Brasília, DF: MDS, 2026. Disponível em: <https://mapa-social.mds.gov.br/>.



- Mapa com posto de cadastramento do Cadastro único.
- Mapa com escolas, UBS e UPAs.
- Mapas com posto de cadastramento do Cadastro único combinado com concentração de famílias cadastradas no CadÚnico.
- Mapas com posto de cadastramento do Cadastro único combinado com concentração de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

» **Siga o passo a passo**

1. Abra o navegador de internet.
2. Digite o endereço: <https://mapa-social.mds.gov.br/> ou “Mapa Social MDS”.
3. Aguarde a página inicial carregar.

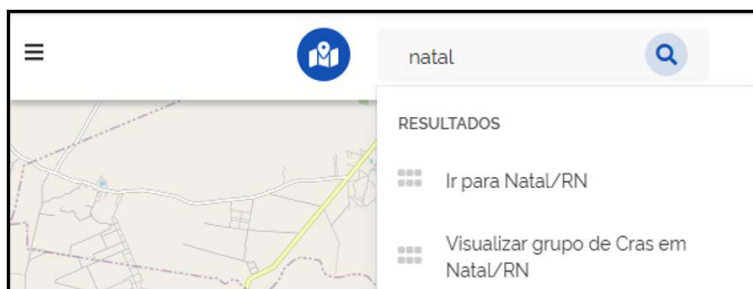


4. Explore o tutorial para um melhor entendimento do site.

» **1. Selecionando o município:**

1. Localize a barra de pesquisa na página inicial.
2. Digite o nome do município desejado.
3. Clique no município listado para abrir as informações (Ex.: “ir para Natal/RN”).





» **2. Abra o menu de “Camadas” no lado superior direito da tela.**

» **3. Localizando CRAS**

1. No menu lateral das camadas, clique em “Assistência Social”.
2. Marque somente “CRAS”.
3. O mapa exibirá os ícones dos CRAS do município.
4. Clique nos pontos para ver nome e endereço.



» **4. Localizando CREAS**

1. No menu lateral das camadas, clique em “Assistência Social”.
2. Marque somente “CREAS”.



3. O mapa exibirá os ícones dos CREAS.
4. Clique nos pontos para ver nome e endereço.

» **5. Localizando Postos de Cadastramento do CadÚnico**

1. No menu lateral das camadas, clique em “Cadastro Único”.
2. Marque somente “Postos de Cadastramento”.
3. O mapa exibirá os ícones dos postos.
4. Clique nos pontos para ver nome e endereço.

» **6. Localizando Escolas**

1. No menu lateral das camadas, clique em “Saúde e Educação”.
2. Marque somente “Escolas”.
3. O mapa exibirá os ícones das escolas do município.
4. Clique nos pontos para ver nome e endereço.

» **7. Localizando UBS**

1. No menu lateral das camadas, clique em “Saúde e Educação”.
2. Marque somente “UBS”.
3. O mapa exibirá os ícones das Unidades Básicas de Saúde.
4. Clique nos pontos para ver nome e endereço.

» **8. Localizando UPA**

1. No menu lateral das camadas, clique em “Saúde e Educação”.
2. Marque somente “UPA”.
3. O mapa exibirá os ícones das Unidades de Pronto Atendimento.
4. Clique nos pontos para ver nome e endereço.

» **9. Localizando Postos de Cadastramento combinado com concentração de famílias cadastradas no CadÚnico**

1. No menu lateral, clique em “Cadastro Único”.
2. Marque “Postos de Cadastramento” e “Total de Famílias Cadastradas no Cadastro Único”.



3. Escolha uma das faixas de sua preferência.
4. O mapa exibirá as informações.

☒ Total de famílias cadastradas no Cadastro Único

Faixas: ☐ 2 ☐ 3 ☒ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7

- 1 a 140 famílias cadastradas
- 141 a 283 famílias cadastradas
- 284 a 442 famílias cadastradas
- 443 a 1.182 famílias cadastradas

[Visualizar](#)

» **10. Localizando posto de cadastramento do Cadastro único combinado com concentração de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família**

1. No menu lateral, clique em “Cadastro Único”.
2. Marque “Postos de Cadastramento” e “Famílias beneficiárias pelo Bolsa Família”.
3. Escolha uma das faixas de sua preferência.
4. O mapa exibirá as informações.

» **11. Visualizando o mapa por bairros**

1. Após a seleção por município, o mapa exibirá a área geográfica.
2. Os bairros serão exibidos por nomes.
3. Passe o cursor (em formato de cruz) segurando com o botão esquerdo do mouse e solte-o posicionado em cima do bairro desejado.
4. Clique em “Exibir Diagnóstico Socioterritorial” para abrir os dados da área azul circular.
5. Lembre-se que é possível aumentar o raio territorial com o Menu de Seleção de Área.



Bem-vindo(a) ao Mapa Social MDS

Você pode também começar aqui, selecionando uma UF/Cidade

Estado	Município
Selecione um estado	Selecione um município
Selecionar	

- Qual foi o município escolhido? *
- Quantos CRAS E CREAS estão localizados no município selecionado? *
- Quantos Postos de Cadastro do CadÚnico estão localizados no município selecionado? *

» Explorando o menu de Camadas - Cadastro Único

1. Vá na Camada “Cadastro Único”

2. Selecione “Cadastro Único por Setor Censitário”

- » Consulte três setores censitários e registre o número de famílias cadastradas no Cadastro Único em cada um deles. Em seguida, observe qual setor apresenta o **maior** número de famílias cadastradas e identifique aquele com a **menor** cobertura no Cadastro Único.

SETOR	Nº DE FAMÍLIAS CADASTRADAS
Setor 1	
Setor 2	
Setor 3	

- Qual número de famílias cadastradas do setor 1? *
- Qual número de famílias cadastradas do setor 2? *
- Qual número de famílias cadastradas do setor 3? *
- Qual setor representa **maior** número de famílias cadastradas? *
 - » Setor 1
 - » Setor 2



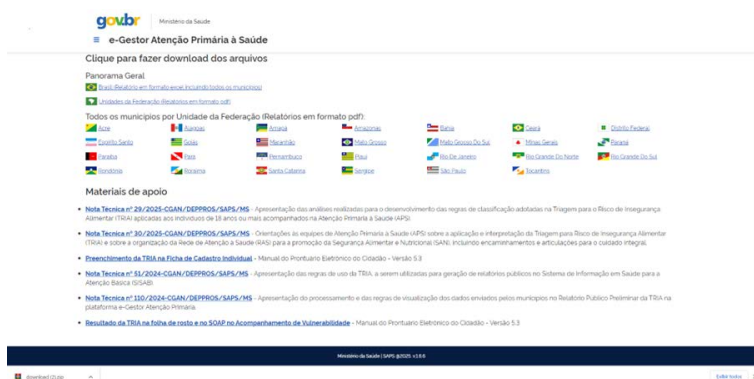
- » Setor 3
- Qual setor representa **menor** número de famílias cadastradas? *
 - » Setor 1
 - » Setor 2
 - » Setor 3

TUTORIAL DE UTILIZAÇÃO DA TRIAGEM PARA RISCO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (TRIA)⁷

Tutorial produzido por: Alexandre Brito,
Dandara Borges e Luísa Gomes.

» Siga o passo a passo:

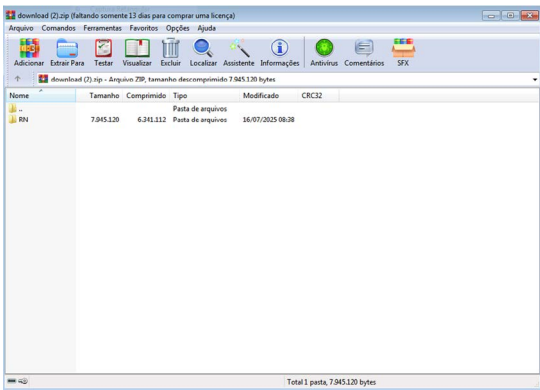
1. Abra o navegador e acesse o portal do **Triagem para Risco de Insegurança Alimentar (TRIA)**.
2. No site, selecione a opção **Rio Grande do Norte** e abra o arquivo zipado que será baixado.



7 Fonte das imagens deste tutorial: BRASIL. Ministério da Saúde. **Triagem para Risco de Insegurança Alimentar (TRIA): Relatório Preliminar**. Brasília, DF: MS, 2026. Disponível em: <https://relatorioaps.saude.gov.br/tria>.

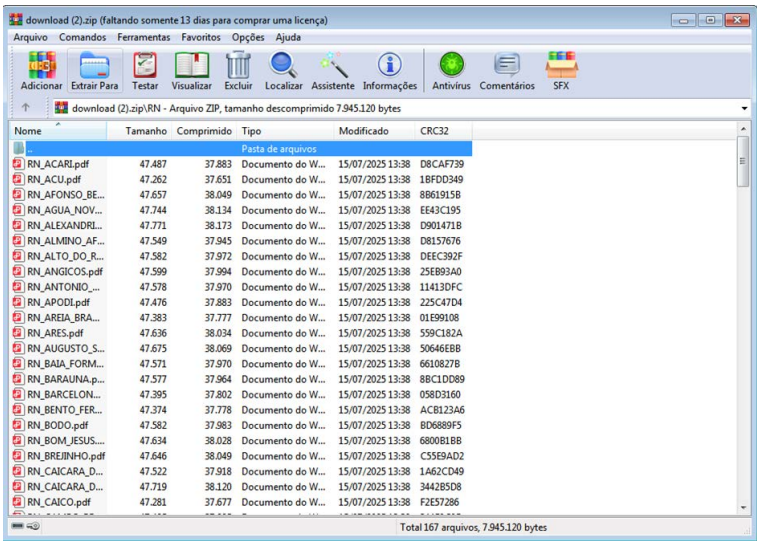


3. Selecione o arquivo “RN” para visualizar as opções de **Municípios**.



4. Role a tela e acesse a opção do município de sua escolha para responder às perguntas (alguns municípios podem não gerar resultados).

5. Município escolhido:



EXERCÍCIOS – TRIA

Este formulário tem como objetivo registrar suas informações e sua participação, sendo utilizado como parte do processo de avaliação do curso. Esta lista de exercício foi elaborada por Alexandre Brito, Dandara Borges e Luisa Gomes, alunos de Administração Pública da UFRN. Acesse o sistema SISVAN, no endereço <https://relatorioaps.saude.gov.br/tria>, para responder o que se pede.

Município de escolha:*

Exercício sobre TRIA

1. Qual é a porcentagem de cobertura potencial de equipes da APS (Atenção Primária Saúde) no seu município?
2. Qual é a quantidade de domicílios em risco de insegurança alimentar (valor numérico e porcentagem) e a quantidade de domicílios com TRIA aplicada?
3. Dentre os domicílios com situação de risco de insegurança alimentar, qual era o valor numérico dos que tinham, entre os membros do domicílio: pessoa em situação de rua e pessoa menor de 18 anos?
4. Dentre os que estavam em situação de risco de insegurança alimentar, qual era a porcentagem dos domicílios com responsável familiar respondente do sexo feminino e masculino?
5. Nos domicílios em situação de risco de insegurança alimentar, qual é a porcentagem, de acordo com raça/cor p, dos responsáveis familiares que responderam às perguntas do TRIA?



TUTORIAL DE UTILIZAÇÃO DO PROTOCOLO BRASIL EM FOME⁸

Tutorial produzido por: Any Leonarda Sampaio Souza e Iris Alessandra de Lima Silva.

» Passo a passo:

1. Acesse o navegador e busque por **Brasil sem Fome**.
2. Role para baixo até **Principais Resultados** e selecione **Indicadores por Estado e Município**.



3. Ao clicar no indicador, role para baixo, nos filtros selecione **Estado > Rio Grande do Norte**; e, em **Município**, selecione a cidade que preferir.



EXERCÍCIOS – PLANO BRASIL SEM FOME

Nesta atividade, você utilizará o site **Brasil Sem Fome**, no endereço https://paineis.mds.gov.br/public/extensions/BSF/Indicadores_por_Estado_e_Municipio.html, para acessar dados sociais sobre um município específico do Rio Grande do Norte.

⁸ Fonte das imagens deste tutorial: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Painel de Monitoramento do Plano Brasil Sem Fome (BSF)**. Brasília, DF: MDS, 2026. Disponível em: <https://paineis.mds.gov.br/public/extensions/BSF/BSF.html>.



Formulário realizado por: Any Leonarda Sampaio Souza e Iris Alessandra de Lima Silva.

Município escolhido:

Previdência Rural: Indique o número de beneficiários da Previdência Rural.

Fomento Rural: Indique o número total de famílias beneficiárias do Programa Fomento Rural.

PRONAF: Indique o número de Contratos PRONAF.

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): Indique o número de alunos atendidos pelo PNAE.

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): Indique o número de alunos de creche e pré-escola atendidos pelo PNAE.

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Indique a quantidade (em kg) de alimentos adquiridos pelo Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Indique a quantidade de agricultores familiares fornecedores do PAA.

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Quantidade (em litros) de leite adquirido pelo PAA.

TUTORIAL DE UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL/SISVAN⁹

Tutorial produzido por: Alexandre Brito,
Dandara Borges e Luísa Gomes.

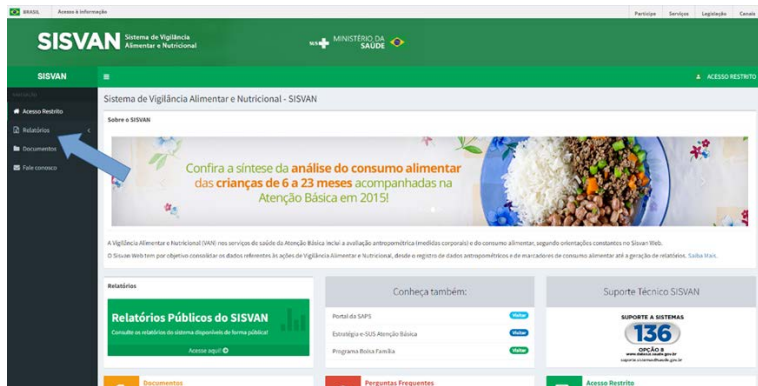
» Siga o passo a passo

1. Abra o navegador.

⁹ Fonte das imagens deste tutorial: BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN**. Brasília, DF: MS, 2026. Disponível em: <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/>.

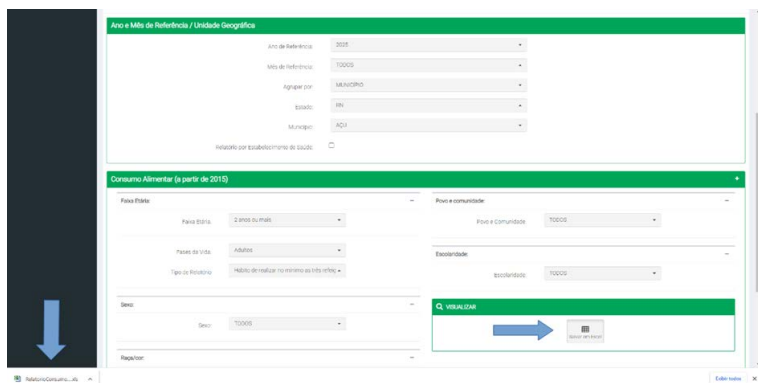


2. Acesse o portal do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional/ SISVAN.
3. No site, acesse a aba “Relatórios”, depois “Consolidados”.



» Consumo de alimentos ultraprocessados

1. Na opção “Consumo alimentar”, acesse “selecionar relatório”.
2. Preencha os filtros com os dados do ano mais recente, com todos os meses, com o município do Rio Grande do Norte de sua escolha para encontrar (os dados desse relatório são baixados como um novo arquivo Excel no computador e demoram para carregar):



» Estado nutricional

1. Na opção “Estado nutricional”, acesse “selecionar relatório”.
2. Preencha os filtros com os dados do ano de 2024, mês de dezembro, agrupamento por município, Estado do Rio Grande do Norte e com o município de sua escolha para encontrar:

BRASIL | Acesso à Informação | Participar | Serviços | Legislação | Contato

SISVAN

Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

Ministério da Saúde

Relatórios de Acesso Público. Escolha uma das opções abaixo:

- ESTADO NUTRICIONAL SELECIONAR RELATÓRIO
- CONSULAS ALIMENTARES SELECIONAR RELATÓRIO
- CONSULAS ALIMENTARES ARQUIVOS CONSULTADOS
- ANEXOS - ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL SELECIONAR RELATÓRIO

Relatório Selecionado:

Estado nutricional

Ano e Mês de Referência / Unidade Geográfica

Ano de Referência: SELECIONE

Mês de Referência: SELECIONE

Agrupar por: SELECIONE

Outros Filtros

Região de Cobertura: Região: TODAS

Acompanhamento registrado: Acompanhamento: TODOS

Faixa etária: Faixa etária: TODOS

Sexo: Sexo: TODOS

Município: Município: TODOS

Filtrar

EXERCÍCIO – SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL/SISVAN

Este formulário tem como objetivo registrar suas informações e sua participação, sendo utilizado como parte do processo de avaliação do curso. Esta lista de exercício foi elaborada por Alexandre Brito, Dandara Borges e Luisa Gomes, alunos de Administração Pública da UFRN. Acesse



o sistema SISVAN no endereço <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/> para responder o que se pede.

Qual foi o seu município selecionado? *

Exercício do SISVAN

» Estado nutricional

1. Quais foram as classificações de estado nutricional em crianças entre 5 e 10 anos na medição de IMC/idade no seu município e qual foi a quantidade de crianças em cada um? *
2. Escolha alguma raça/cor de sua preferência entre as opções e sinalize: quais foram classificação de estado nutricional durante a fase adulta e a quantidade em cada um? *

» Consumo de alimentos

1. Quantas crianças entre 5 e 9 anos consomem alimentos ultraprocessados no seu município e quantas crianças foram acompanhadas? (Número total) *
2. Quantos adultos consomem alimentos ultraprocessados no seu município e quantos foram os adultos acompanhados? (Número total) *
3. Quantos adultos consomem frutas, feijão, verduras e legumes no seu município e quantos adultos foram acompanhados? (Número total)

TUTORIAL DE UTILIZAÇÃO DO DATASUS (TAB NET)¹⁰

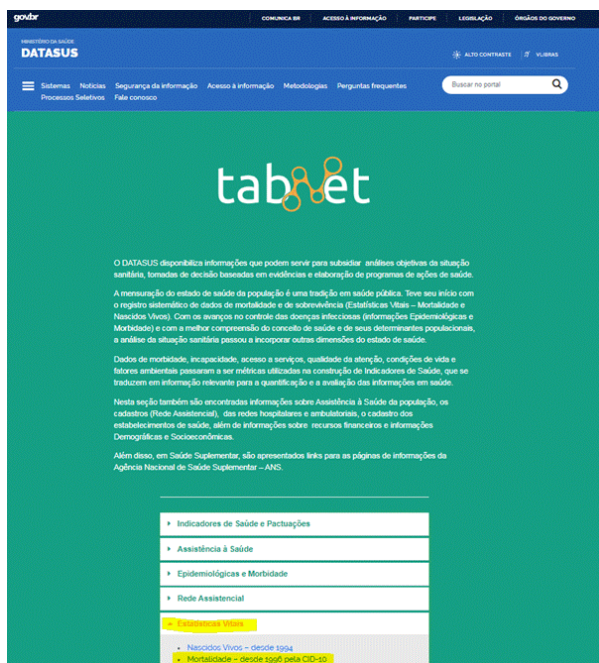
» Siga o passo a passo:

1. Entre no <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>.

10 Fonte das imagens deste tutorial: BRASIL. Ministério da Saúde. DataSUS. Brasília, DF: MS, 2026. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/>.



2. Acesse o **TABNET**.
3. Selecione o tema: **Estatísticas Vitais**.
4. Escolha a base: **Mortalidade – desde 1996 pela CID-10**.



5. Na página seguinte, selecione: **Mortalidade geral**.
6. Na opção de abrangência, selecione: **Rio Grande do Norte**.





Mortalidade – desde 1996 pela CID-10

Opção selecionada: Mortalidade – desde 1996 pela CID-10

Mortalidade geral

- ☐ Mortalidade de residentes no exterior
- ☐ Óbitos por causas evitáveis - 0 a 4 anos
- ☐ Óbitos por causas evitáveis - 5 a 74 anos
- ☐ Óbitos infantis
- ☐ Óbitos de mulheres em idade fértil e óbitos maternos
- ☐ Óbitos por causas externas
- ☐ Óbitos fatais
- ☐ Óbitos por causa múltipla
- ☐ Óbitos por causas mal definidas e inespecíficas
- ☐ Óbitos por causas pouco líveis
- ☐ Completude dos campos de dados da mãe em óbitos fatais e menores de 1 ano
- ☐ Completude dos campos de dados de óbitos de mulheres em idade fértil
- ☐ Completude dos campos de dados de óbitos por causas externas

Abrangência Geográfica:

Rio Grande do Norte

7. Configure os parâmetros conforme abaixo:

- » 1. Linha: **Ano do óbito.**
- » 2. Coluna: **Faixa etária det.**
- » 3. Conteúdo: **Óbitos por residência.**

8. Em **Períodos disponíveis**, selecione os anos 2023, 2022 e 2021.



9. Ainda na mesma página, vá até a aba **Seleções disponíveis**.

10. No campo Município, **selecione um município de sua preferência**.

11. Em Faixa etária detalhada, **marque as seguintes opções**:

- » **0 a 6 dias.**
- » **7 a 27 dias.**



» **28 a 364 dias.**

» **Menor de 1 ano (ign).**

SELEÇÕES DISPONÍVEIS

Município

240740 MARTINS

240750 MAXARANGUAPÉ

240760 MESSIAS TARGINO

240770 MONTANHAS

240780 MONTE ALEGRE

240790 MONTE DAS GAMELEIRAS

240800 MOSSORÓ

240810 NATAL

240820 NÍSIA FLORESTA

240830 NOVA CRUZ

Região de Saúde (CIR)

Macrorregião de Saúde

Divisão administ estadual

Microrregião IBGE

Região Metropolitana - RIDE

Capítulo CID-10

Grupo CID-10

Categoria CID-10

Causa - CID-BR-10

Causa mal definidas

Faixa Etária

Faixa Etária OPS

Faixa Etária det

todas as categorias

0 a 6 dias

7 a 27 dias

28 a 364 dias

Menor 1 ano (gm)

1 a 4 anos

5 a 9 anos

10 a 14 anos

15 a 19 anos

20 a 24 anos

Fx.Etária Menor 1A

Sexo

Cor/raça

Escolaridade

Estado civil

Local ocorrência

☐ Ordenar pelos valores da coluna
 ☐ Exibir linhas zeradas

Formato
 ☒ Tabela com bordas
 ☐ Texto pré-formatado
 ☐ Colunas separadas por ";"

Mostra

Limpa

12. Clique em **Mostra** para visualizar a tabela.

[illegible]

EXERCÍCIOS - DATASUS (TAB NET)

O DATASUS é o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (SUS), responsável por coletar, processar e disseminar informações sobre a saúde pública no Brasil. A plataforma disponibiliza diversos sistemas de informação que permitem o acesso a dados epidemiológicos, hospitalares, de mortalidade, nascimentos, atendimentos e muito mais. Nesta atividade, você aprenderá como buscar não apenas ensinar o uso do DATASUS, mas também reforçar a importância do acesso a dados epidemiológicos confiáveis na formulação de políticas públicas de saúde baseadas em evidências.

Acesse o portal através do link: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>.

Formulário produzido por: Sabrinna Silva, Vitoria do Nascimento, Wendyanne Dantas

» **TABNET – Orientações:**

1. Acesse o **TABNET**.
2. Selecione o tema: **Estatísticas Vitais**.
3. Escolha a base: **Mortalidade – desde 1996 pela CID-10**.
4. Na página seguinte, selecione: **Mortalidade geral**.
5. Na opção de abrangência, selecione: **Rio Grande do Norte**.
7. Configure os parâmetros conforme abaixo:
 - » Linha: **Ano do óbito**.
 - » Coluna: **Faixa etária det.**
 - » Conteúdo: **Óbitos por residência**.
8. Em **Períodos disponíveis**, selecione os anos 2024, 2023 e 2022.
9. Ainda na mesma página, vá até a aba **Seleções disponíveis**.
10. No campo Município, **selecione um município de sua preferência**.
11. Em Faixa etária detalhada, **marque as seguintes opções:**



- » **0 a 6 dias.**
- » **7 a 27 dias.**
- » **28 a 364 dias.**
- » **Menor de 1 ano (ign).**

12. Clique em **Mostra** para visualizar a tabela.

- » **Estatísticas Vitais - Mortalidade Geral no Rio Grande do Norte**

Estatísticas de Mortalidade Infantil a Neonatal no Rio Grande do Norte:

- » Qual foi o município de sua escolha? *
- » No seu município escolhido, no ano de 2022, qual o maior número de mortalidade infantil neonatal? 0 a 6 dias, 7 a 27 dias ou 28 a 364 dias? *
- » No seu município escolhido, no ano de 2023, qual o maior número de mortalidade infantil neonatal? 0 a 6 dias, 7 a 27 dias ou 28 a 364 dias? *
- » No seu município escolhido, no ano de 2024, qual o maior número de mortalidade infantil neonatal? 0 a 6 dias, 7 a 27 dias ou 28 a 364 dias?
- » No seu município escolhido, observe os três períodos disponíveis, em que ano ocorreu o maior número de mortalidade infantil neonatal de 0 a 6 dias? Esse dado se torna alarmante para você? *
- » Com base nos dados do seu município escolhido, na sua opinião, qual a política pode ser implementada para que esse dado não tenha mais evolução?



TUTORIAL DE UTILIZAÇÃO DA PLATAFORMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INOVAÇÃO CIDADÃ (POLI)¹¹

A POLI – Plataforma de Políticas Públicas e Inovação Cidadã é um repositório estadual que consolida informações, normas, cartilhas e monitoramento sobre políticas afirmativas no Rio Grande do Norte, promovendo transparência, inclusão e acesso cidadão.

Este manual tem como objetivo orientar na utilização da seção “Monitoramento” da plataforma, com foco nos programas Restaurante Popular e Programa do Leite Potiguar (PLP).

Protótipo elaborado por: Juciane Gomes de Matos Souza, Julier da Silva Santos e Maria Beatriz França do Nascimento.

» Siga o passo a passo:

1. Abra o navegador de internet
2. Digite o endereço: <https://poli.control.rn.gov.br/monitoramento/> ou **POLI Control RN**.
3. Arraste para baixo e encontre a barra de monitoramento.

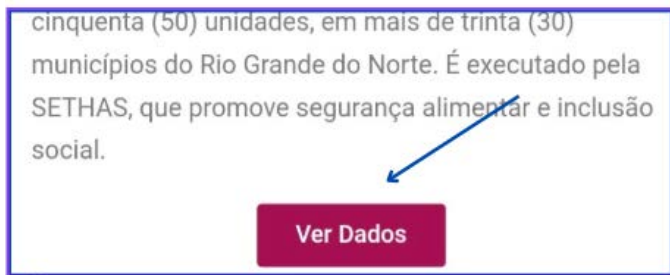


11 Fonte das imagens deste tutorial: RIO GRANDE DO NORTE. **Plataforma de Políticas Públicas e Inovação Cidadã – POLI**. Natal: Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 2026. Disponível em: <https://poli.control.rn.gov.br/>.



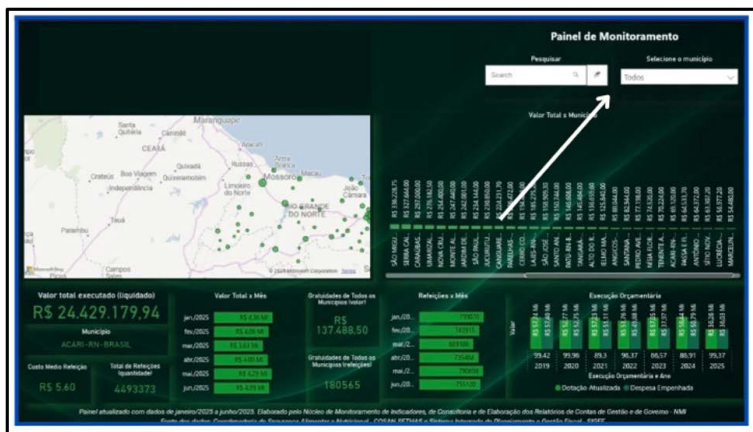
» 1. Seleccionando um Programa

1. Escolha o programa que deseja acompanhar: **Restaurante Popular** ou **PLP**.
2. Clique em **Ver Dados**, localizado abaixo da descrição do programa.



» 2. Navegando nos Dados do Programa

Após clicar, será exibida uma nova tela com gráficos, tabelas e indicadores atualizados sobre o programa. Através dela, é possível pesquisar e selecionar o município desejado no canto superior direito.

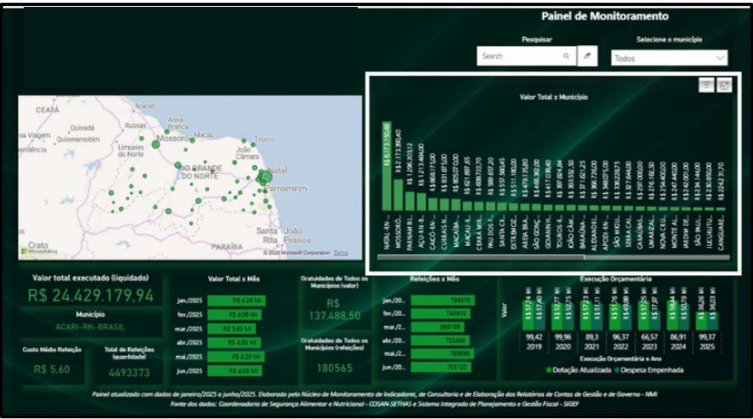


» 3. Explorando o gráfico de Execução Orçamentária

Na parte indicada na imagem, é possível verificar em ordem decrescente os valores de execução orçamentária dos municípios. Arrastando até o final para direita, utilizando do recurso disponível,



é possível verificar qual município teve o menor valor.



» **4. Comparando Informações entre Programas**

1. Para comparar, volte à página inicial do monitoramento e abra outro programa.
2. Se desejar, é possível abrir duas guias no navegador do seu dispositivo, sendo uma guia para cada programa.



» **Restaurante Popular**

O Restaurante Popular é uma iniciativa social que disponibiliza refeições saudáveis a preços acessíveis para a comunidade. Seu objetivo é assegurar a segurança alimentar e o acesso à alimentação de boa qualidade para todos.

- Qual município escolhido? *
- Quantas refeições foram produzidas no último mês disponível? *
- Qual o custo médio refeição? *
- Qual município representa menor Valor Total Executado de refeições? *

» **Programa do Leite Potiguar (PLP)**

Uma ação social que oferece leite gratuitamente a famílias em situação de vulnerabilidade é o Programa do Leite. Seu propósito é lutar contra a desnutrição e fomentar a segurança alimentar, principalmente entre crianças e mulheres grávidas.

Escolha um município de preferência para responder às questões posteriores.*

- Quantos litros de leite bovino e caprino foram produzidos no município no último mês disponível? *

No mesmo município escolhido nas questões anterior, qual é o tipo de leite mais produzido? *

- Bovino:
- Caprino:
- Qual município representa menor **Valor Total Executado** de litros de leite? *



Quadro 1 – Síntese de indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional
com Nível de desagregação municipal por portais

PORTAL	INDICADORES
Brasil Sem Fome	Número total de famílias beneficiárias do Programa Fomento Rural.
	Número de Contratos PRONAF.
	Número de alunos atendidos pelo PNAE.
	Número de alunos de creche e pré-escola atendidos pelo PNAE.
	Quantidade (em kg) de alimentos adquiridos pelo PAA.
Triagem para Risco para Insegurança Alimentar (TRIA)	Porcentagem de cobertura potencial de equipes da APS (Atenção Primária Saúde).
	Quantidade de domicílios em risco de insegurança alimentar (valor numérico e porcentagem).
	Pessoas em situação de rua em Insegurança Alimentar e Nutricional.
	Pessoas menores de 18 anos em Insegurança Alimentar e Nutricional.
Mapa Social MDS	Quantidade e localização de CRAS E CREAS.
	Quantidade e localização Postos de Cadastramento do CadÚnico.
	Setores censitários e registros do número de famílias cadastradas no Cadastro Único.
Plataforma Relatório de Informações Sociais (RI Social)	Número de inscritos no Cadastro Único (% da população).
	Beneficiários do Programa Bolsa Família (% da população).
	Recorte Étnico-Racial pessoas do PBF (Pessoas beneficiadas pelo Bolsa Família).
	Programa de Cisternas.
	IGD Bolsa Família/Cadastro Único.
	Acompanhamento das Condiionalidades do PBF.



VIS DATA 3 Beta	Valor de benefício médio do PBF.
	Famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único ao longo do tempo.
	Taxa de acompanhamento de frequência escolar ao longo do tempo.
	Taxa de acompanhamento agenda saúde ao longo do tempo.
	Taxa de atualização cadastral ao longo do tempo.
Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN	Consumo total de Alimentos Ultraprocessados em adultos.
	Consumo total de Alimentos Ultraprocessados em crianças entre 5 a 9 anos.
	Consumo de frutas, feijão, verduras e legumes em adultos no município.
	Dados de estado nutricional (Fases da vida, Estado alimentar por sexo, Estado alimentar por raça/etnia).
Plataforma de Políticas Públicas e Inovação Cidadã – POLI	Refeições distribuídas pelo Programa Restaurante Popular.
	Custo médio da refeição pelo Programa Restaurante Popular.
	Quanto litros de leite foram distribuídos pelo Programa Leite Potiguar.
Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA	Quantidades produzidas em toneladas (Melão – Milho - Feijão).
	Produção animal entre os anos de 2018 a 2023 - Efetivo dos rebanhos, por tipo de rebanho.
	Produção de origem animal, por tipo de produto (leite, ovos de galinha e mel).

Fonte: elaborado a partir de Araújo e Silva (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os materiais produzidos não se limitam aos dados possíveis que as plataformas possuem, mas fazem um direcionamento importante de temas que não podem faltar quando se aborda a SAN. Recomendamos que os gestores e controle social possam fazer uso do material em simulações práticas, de preferência em ambiente de laboratório de informática.

Destacamos que este material foi produzido em novembro de 2025, sendo possível que as plataformas tenham se atualizado ou modificado sua interface.



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. R.; SILVA, A. S. **Planilha de indicadores de SAN**. Material didático produzido para a disciplina de Diversidade e Desigualdade do Bacharelado em Administração Pública da UFRN. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **DataSUS**. Brasília, DF: MS, 2026. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/>. Acesso em: 5 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN**. Brasília, DF: MS, 2026. Disponível em: <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/>. Acesso em: 27 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Triagem para Risco para Insegurança Alimentar (TRIA)**: Relatório Preliminar. Brasília, DF: MS, 2026. Disponível em: <https://relatorioaps.saude.gov.br/tria>. Acesso em: 27 jul. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Painel de Monitoramento do Plano Brasil Sem Fome (BSF)**. Brasília, DF: MDS, 2026. Disponível em: <https://paineis.mds.gov.br/public/extensions/BSF/BSF.html>. Acesso em: 27 jul. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Mapa Social MDS**. Brasília, DF: MDS, 2026. Disponível em: <https://mapa-social.mds.gov.br/>. Acesso em: 27 jul. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Plataforma Relatório de Informações Sociais: RI Social**. Brasília, DF: MDS, 2026. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/ri/relatorios/cidadania/?localizaDivisao=Nordeste&codigo=>. Acesso em: 27 jul. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **VIS DATA 3 Beta**. Brasília, DF: MDS, 2026. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em: 27 jul. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 5 ago. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo>. Acesso em: 27 jul. 2026.



RIO GRANDE DO NORTE. **Plataforma de Políticas Públicas e Inovação Cidadã – POLI**. Natal: Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 2026. Disponível em: <https://poli.control.rn.gov.br/>. Acesso em: 27 jul. 2026.



GOVERNANÇA, EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DA ÁREA DE SAN NO TERRITÓRIO LOCAL: Dados em nível de desagregação municipal do Censo Sisan, da plataforma Alimenta Cidades e do Mapa OSC

Fábio Resende de Araújo

Os dados de governança do Sisan, como a presença e atividade dos conselhos de SAN e das câmaras intersetoriais de SAN nos entes federativos, são fundamentais no monitoramento da estruturação do sistema e no seu avanço no país. Sendo a adesão voluntária, e com diferentes mecanismos de indução e coordenação por parte dos governos estaduais, aferir o grau de institucionalização do Sisan nos municípios demanda que estas estatísticas possam ser de fácil acesso e uso por gestores e pesquisadores do tema.

Com relação a demanda de dados sobre a estruturação do Sisan, em 2023 um passo importante foi dado em relação a esse diagnóstico, o intitulado Censo Sisan é uma publicação que quebra uma lógica de informações fragmentadas e difusa, dificuldade decorrente em parte do caráter intersetorial da política de SAN, e aglutina informações fundamentais em um documento robusto com cobertura censitária. As edições de 2024 e 2005 do Censo Sisan se derivam de um suplemento de Segurança



Alimentar e Nutricional de uma pesquisa recorrente do IBGE denominada de Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic). As informações do suplemento são respondidas pelo executivo municipal e o Censo Sisan se estrutura em dois grandes eixos: I) Estrutura Organizacional, Normativa e de Governança e II) Ações e equipamentos de SAN.

Nessa discussão de governança em SAN, existe uma necessidade mais específica de informações para compreender melhor como o território está conformado para atender a população, principalmente os segmentos mais vulneráveis socialmente, quanto ao acesso à alimentação saudável. Nesta análise, a identificação de equipamentos públicos de SAN, é fundamental entender que áreas são mais críticas no atendimento ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2026a) define equipamentos de SAN como estruturas físicas e espaços em que exista oferta de serviços que garanta o DHAA, por meio de etapas diversas da oferta de alimentos e/ou refeições (captação, pré-preparo, preparo, oferta e comercialização), sendo exemplos destes: Feiras Livres, Cozinhas Comunitárias, Bancos de Alimentos, Centrais da Agricultura Familiar e Restaurantes Populares. Em sua maioria, essas estruturas são gerenciadas pelos entes governamentais, entretanto em vários casos se organizam com a participação direta ou indireta de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e de organizações privadas.

O fortalecimento dos equipamentos públicos de SAN é um dos pontos fundamentais da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades também, denominada de Estratégia Alimenta Cidade. O conjunto de ações que estrutura a estratégia do governo federal brasileiro, visa apoiar municípios em implementar ações de acesso a alimentos de qualidade, principalmente em regiões periféricas. (Brasil, 2026b). O Decreto nº 11.822 de 12 de dezembro de 2023, que instituiu o Alimenta Cidades, em seu artigo 5º, indica que entre os primeiros eixos de estruturação da estratégia, estão “I- oferta e disponibilidade de alimentos saudáveis nos equipamentos públicos e sociais de segurança alimentar



e nutricional” e “II - oferta e disponibilidade de alimentos saudáveis nos equipamentos públicos e privados de abastecimento”. Portanto, nota-se que os equipamentos públicos são de central importância para alcançados objetivos pretendidos da Estratégia.

O grau de capilaridade do Sisan é possível de ser aferido, entre outras, pelas informações sobre equipamentos públicos de SAN. É analisando a distribuição espacial destes, principalmente identificando localidades onde estes estão ausentes, que se pode definir prioridades na alocação de recursos durante o planejamento. (Brasil, 2025) A implementação de ações e equipamentos de SAN no território municipal decorrem de ações de organizações de diversas naturezas governamentais e não governamentais. Entre as não governamentais, estão empresas privadas, que figuram como fornecedores de insumos, pessoa entre outros recursos para viabilizar a ação pública. Por vezes também organizações privadas atuam como empresas terceirizadas. Entre as organizações não governamentais, as Organizações da Sociedade Civil (OSC), apresentam-se como de grande relevância na execução de políticas de SAN nos territórios.

Conforme define Araújo (2014), o Terceiro Setor é onde emerge um amplo e diverso conjunto de organizações que atuam em diferentes causas. Para o autor, as organizações dessa natureza ampliam a participação da sociedade civil de forma profissionalizada. Teodósio (2014) indica que a origem e a natureza das organizações do Terceiro Setor não estão no âmbito do governo ou da iniciativa privada, mas que são típicas da Sociedade Civil, figurando variadas formas institucionais, partilhando interlocução e gestão coletiva de indivíduos.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2026, p. 1) define Organizações da Sociedade Civil (OSC), termo amplo para designar organizações do Terceiro Setor, como “São entidades nascidas da livre organização e da participação social da população que desenvolvem ações de interesse público sem visarem ao lucro”.

As OSCs atuam sob diversos temas de interesse, entre eles a SAN; e para serem qualificadas como tal, devem, segundo IPEA (2026): I) Serem



formalmente registradas com CNPJ; I) Serem privadas, ou seja, não fazerem parte da estrutura estatal; III) Não terem fins lucrativos, ou seja, não dividem eventuais excedentes e ganhos entre gestores e fundadores. Apesar de não serem estatais, as OSCs podem ter regime de colaboração com governos, participando da provisão de serviços que para os usuários são gratuitos, mas que possuem captação de recursos públicos para sua viabilização.

A relação das OSCs com os governos é disciplinada pela Lei 13.019 de 2014, denominada de Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, o MROSC. Segundo Lopes, Santos e Brochardt (2016), essa lei regula as parcerias entre governo federal, estados, municípios e Distrito Federal e as OSCs. Entre as formas de relação instituídas entre organizações do Terceiro Setor e administração pública estão os Termos de Fomento, os Termos de Colaboração e os Acordos de Cooperação. O processo de seleção das OSCs tem o chamamento público como instrumento obrigatório, entretanto a lei prevê a dispensa ou inexigibilidade deste em determinados casos.

A atuação das OSCs na área de SAN é um braço importante na viabilização de políticas públicas e equipamentos públicos que distribuem alimentos e/ou refeições. Conhecer a presença e os tipos de organizações (associações, cooperativas, instituições religiosas entre outras) é fundamental para que o município compreenda a potencialidade do território vinda da Sociedade Civil.

Este capítulo, portanto, pretende instrumentalizar gestores municipais em 3 conjunto de dados fundamentais nos seus diagnósticos de SAN:

- I) Dados das instâncias de governança em SAN e suas regulamentações. Essas informações podem ser acessadas em nível local por meio do microdados do Censo Sisan do IBGE;
- II) Dados dos Equipamentos Públicos de SAN. Esses dados podem ser acessados pelos microdados do Censo Sisan do IBGE e no caso das cidades que aderiram a Estratégia Alimenta Cidade, por sua plataforma mantida pelo MDS;



III) Dados sobre as Organizações da Sociedade Civil atuantes na área de SAN. Esses dados podem ser acessados com nível de desagregação municipal, pela Plataforma Mapa OSC do IPEA.

Este capítulo tem objetivo de apresentar bancos de dados e as variáveis disponíveis para os municípios sobre a governança, equipamentos públicos e OSCs da área de SAN.

METODOLOGIA

A construção deste capítulo buscou explorar 3 bases de dados que pudessem contribuir para construção dos diagnósticos municipais de SAN. As plataformas foram escolhidas sob a perspectiva de somar as plataformas do capítulo anterior mais informações. Neste capítulo iremos explorar as potencialidades do Censo SISAN do IBGE, da Plataforma Alimenta Cidades do MDS e da Plataforma Mapa OSC do IPEA. As plataformas foram escolhidas considerando dois critérios: I) Localizar dados que possam ser utilizados na elaboração de diagnósticos que fundamente planos de SAN e II) Encontrar dados que esteja em nível de desagregação municipal

As variáveis que serão destacadas de cada banco foram escolhidas considerando os indicadores de maior relevância para elaboração dos diagnósticos de SAN que as bases de dados possuem e evitando a sobreposição com os indicadores dos sistemas já apresentados nos capítulos anteriores. A análise se dará por cada sistema, primeiro com uma apresentação sumária de como acessar a base de dados e posteriormente apresentando os indicadores de relevância.

RESULTADOS E DISCUSSÃO – DADOS DA MUNIC (CENSO SISAN)

O IBGE tem uma série de bases de dados importante na discussão de dados em SAN, parte desses inquéritos possuem importantes dados em nível de agregação estadual as principais se tratam de:

- Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE).



- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).
- Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF).
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD / PNAD Contínua).

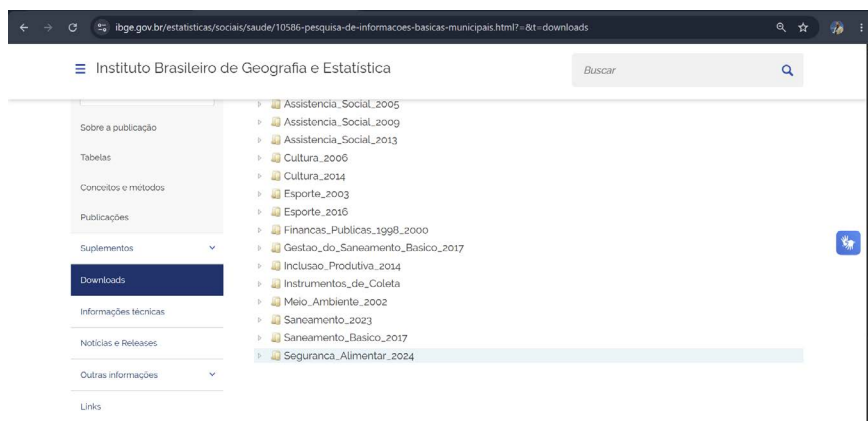
Essas pesquisas têm inegável relevância, entretanto não consta nessas o nível de desagregação municipal, e seus resultados possuem poder explicativo para realidade estadual, regional e nacional. Em nível municipal, além do Censo, um importante conjunto de dados de SAN, esse sobre abastecimento de alimentos com periodicidade anual, é composto pela Produção Agrícola Municipal (PAM) que mensura a produção de origem vegetal, e pela Pesquisa da Pecuária Municipal que se direciona a produção de origem animal. Como visto em capítulos anteriores esses dados podem ser acessados via Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), para cada município.

Agregar um questionário de perguntas de SAN à Munic é um passo fundamental para que informações de gestão da política de SAN em todos os municípios possam ter um histórico da evolução do sistema em suas localidades. Conforme descreve o IBGE, a Munic realiza um levantamento detalhado sobre a infraestrutura, e funcionamento do executivo municipal, que tem como principal informante a prefeitura e seus setores. (IBGE, 2026). Desse modo, pensar que esses dados estarão dentro de uma agenda permanente de levantamentos é uma evolução na tomada de decisão em SAN no país.

Os dados dos municípios da Munic (2024) podem ser acessados baixando o banco de dados da pesquisa. O banco é disponibilizado em formatos diversos, entre eles, o .xlsx, compatível com Microsoft Excel. O download é feito no site da Munic conforme a figura 1.



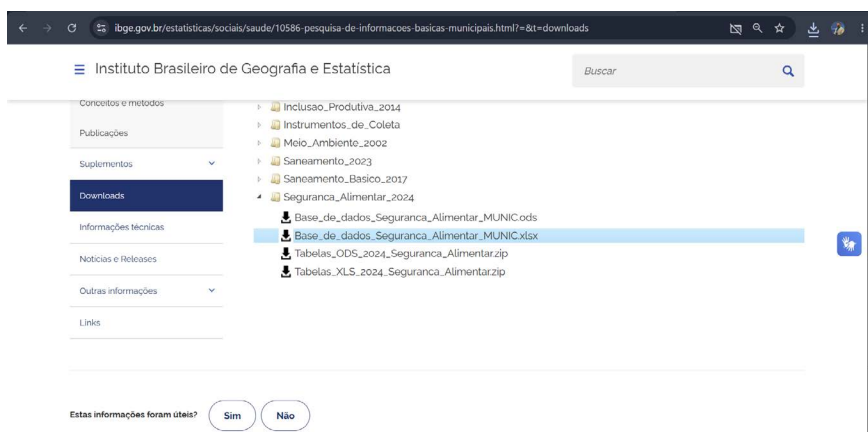
Figura 1 — Ambiente de download de dados da Munic-IBGE em seus temas



Fonte: IBGE (2026).

Os dados que constam no Censo Sisan podem ser acessados em dois arquivos: um banco de dados com todas as respostas dos municípios e um outro arquivo com tabelas sínteses com dados dos estados e regiões. Ambos os arquivos podem ser acessados nos formatos *.ods* e *.xlsx*. Os arquivos podem ser visualizados na figura 2.

Figura 2 — Arquivos disponibilizados pela Munic-IBGE no suplemento Segurança Alimentar, 2024



Fonte: IBGE (2026).



O arquivo que está desagregado com informações de todos os municípios é o “Base_de_dados_Segurança_Alimentar_MUNIC”. No arquivo existe uma primeira aba onde consta um dicionário com o detalhamento das perguntas e seus códigos correspondentes. A abas seguintes são blocos de questões com dados de todos os municípios brasileiros, conforme apresenta a figura 3.

Figura 03 – Interface do arquivo “Base_de_dados_Segurança_Alimentar_MUNIC” da Munic, 2024

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R
1	CodMun	Sigla UF	Cod UF	Mun	Região	Faixa pop	PopMun	SORGO1	SORGO2	SORGO22	SORGO23	SORGO24	SORGO25	SORGO26	SORGO27	SORGO28	SORGO5
2	1100015	RO		11 Alta Flores 1 - Norte	4 - 20001 a	22.853	Secretaria	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	44 Br
3	1100023	RO		11 Ariqueemes 1 - Norte	6 - 100001	108.573	Sector subo	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	52 Br
4	1100031	RO		11 Cabixi 1 - Norte	2 - 5001 at	5.690	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
5	1100049	RO		11 Caracol 1 - Norte	5 - 50001 a	97.637	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
6	1100056	RO		11 Cerejeiras 1 - Norte	3 - 10001 a	16.975	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
7	1100064	RO		11 Colorado c1 - Norte	3 - 10001 a	16.588	Sector subo	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	60 Br
8	1100072	RO		11 Columbiar 1 - Norte	2 - 5001 at	8.001	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
9	1100080	RO		11 Costa Mar 1 - Norte	3 - 10001 a	13.522	Sector subo	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	61 Br
10	1100098	RO		11 Espigão DC 1 - Norte	4 - 20001 a	32.717	Sector subo	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	30 Pa
11	1100106	RO		11 Guajará-M 1 - Norte	4 - 20001 a	43.553	Sector subo	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Feminino	53 Pa
12	1100114	RO		11 Jaru 1 - Norte	5 - 50001 a	55.583	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
13	1100122	RO		11 Ji-Paraná 1 - Norte	6 - 100001	139.359	Sector subo	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	56 Pa
14	1100130	RO		11 Machadim 1 - Norte	4 - 20001 a	34.063	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
15	1100148	RO		11 Nova Brasília 1 - Norte	3 - 10001 a	16.504	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
16	1100155	RO		11 Duro Pret 1 - Norte	4 - 20001 a	38.081	Sector subo	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	57 Pa
17	1100189	RO		11 Pimenta B 1 - Norte	4 - 20001 a	39.053	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
18	1100205	RO		11 Porto Velh 1 - Norte	7 - Maior	514.873	Sector subo	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	54 Br

Fonte: IBGE (2026).

Cada bloco de questões do suplemento Segurança Alimentar da Munic 2024, explorou um tema da gestão de SAN nos territórios. Para apresentar as variáveis existentes, organizamos os temas presentes na pesquisa em 3 blocos: governança em SAN, ações de SAN e equipamentos públicos de SAN. As tabelas são apresentadas a seguir com a redação das variáveis tal qual estão presentes no banco original e seus respectivos códigos no banco.



DADOS DA MUNIC (2024) SOBRE GOVERNANÇA EM SAN NOS MUNICÍPIOS

Os dados de governança confluem temas de fundamental relevância para discussão de SAN nos entes municipais. Os temas são: Lei e Plano de SAN; Consea; Caisan, Conferência de SAN e Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (FMSAN). Esses componentes explicitados no quadro 1 são essenciais para a adesão e permanência no Sisan.

Quadro 1 — Variáveis de Governança em SAN do Suplemento Segurança Alimentar da Munic (2024)

TEMA	VARIÁVEL	CÓDIGO*
Lei e Plano de SAN	Lei municipal de segurança alimentar – existência.	SLIG01
	Lei municipal de segurança alimentar - Número da lei.	SLIG011a
	Plano municipal de segurança alimentar – existência.	SLIG02
Consea	Conselho Municipal de Segurança Alimentar – existência.	SLIG05
	Quantidade de reuniões (presenciais ou remotas) nos últimos 12 meses1.	SLIG07
	Número de conselheiros (titulares e suplentes): Total	SLIG081
Caisan	Câmara ou instância governamental intersetorial2 – existência.	SLIG13
	Órgão municipal responsável pela coordenação da câmara ou instância.	SLIG15
	Quantidade de reuniões (presenciais ou remotas) realizadas por esta câmara ou instância em 2023.	SLIG16
Conferência de SAN	Realizou alguma Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional nos últimos 5 anos.	SLIG18
	Participou de alguma Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional nos últimos 5 anos.	SLIG20
FMSAN	Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – existência.	SLIG21

Fonte: IBGE (2025). *Código do banco de dados original.

As variáveis selecionadas do bloco de governança em SAN explicitam o funcionamento e estrutura destas instâncias. Exploram a composição



dos grupos decisórios, frequência de reuniões. As conferências também variáveis que foram exploradas.

No quadro 2, são apresentadas as variáveis relativas às ações de SAN presentes nas localidades. Dois temas aglutinam essas ações desenvolvidas pelos municípios: Regulação e distribuição de alimentos e Compras Públicas no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Quadro 2 —Variáveis de Ações de SAN do Suplemento Segurança Alimentar da Munic (2024)

TEMA	VARIÁVEL	CÓDIGO*
Regulação e distribuição de alimentos	Ações de regulação do acesso e da comercialização dos alimentos – existência.	SACO01
	Realizou ações de promoção do acesso da população a alimentos.	SACO02
	Distribuição de cestas básicas – ações de promoção do acesso da população.	SACO0211
	Oferta de refeições prontas – ações de promoção do acesso da população.	SACO0212
	Oferta de ticket ou vale alimentação – ações de promoção do acesso da população.	SACO0213
	Ações de promoção do acesso da população a alimentos beneficiaram grupos populacionais específicos.	SACO03
	Ofereceu Benefício Eventual da Assistência Social à população em situação de insegurança alimentar e nutricional.	SACO04
Compras Públicas (PAA e PNAE)	Adquiriu produtos da agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).	SACO07
	Adquiriu produtos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).	SACO10
	Adquiriu produtos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)- Quantidade de produtos adquirida (kg).	SACO1011
	Adquiriu produtos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)- Valor total da aquisição.	SACO1021

Fonte: IBGE (2025). *Código do banco de dados original.



As variáveis das ações de SAN nos municípios são capazes de explicar a diversidade de atividades que a gestão municipal foi capaz de implementar seja por meio da regulação do comércio de alimentos, seja por meio da distribuição de alimentos, ou ainda pela aquisição de compras públicas da agricultura familiar.

O quadro 3 apresenta informações sobre os equipamentos públicos de SAN existentes na localidade: Mercado(s) Público(s); Sacolão(ões) ou Quitanda(s) Pública(s); Feira(s) Livre(s); Restaurante(s) Popular(es); Cozinha(s) Comunitária(s); Banco(s) de Alimentos e Central(is) de Recebimento da Agricultura Familiar.

Quadro 3 – Variáveis de Equipamentos Públicos de SAN do
Suplemento Segurança Alimentar da Munic (2024)

TEMA	VARIÁVEL	CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO*
Mercado(s) Público(s)	Responsabilidade da gestão municipal4.	Existência	SEQP01
		Quantidade	SEQP011
	Responsabilidade da gestão estadual.	Existência	SEQP04
		Quantidade	SEQP041
	Responsabilidade de entidades/organismos privados.	Existência	SEQP05
		Quantidade	SEQP051
Sacolão(ões) ou Quitanda(s) Pública(s)	Responsabilidade da gestão municipal4.	Existência	SEQP06
		Quantidade	SEQP061
	Responsabilidade da gestão estadual.	Existência	SEQP09
		Quantidade	SEQP091
	Responsabilidade de entidades/organismos privados.	Existência	SEQP10
		Quantidade	SEQP101
Feira(s) Livre(s)	Existência		SEQP11
	Quantidade		SEQP111



Restaurante(s) Popular(es)	Responsabilidade da gestão municipal4.	Existência	SEQP14
		Quantidade	SEQP141
	Responsabilidade da gestão estadual.	Existência	SEQP27
		Quantidade	SEQP271
	Responsabilidade de entidades/organismos privados.	Existência	SEQP28
Cozinha(s) Comunitária(s)	Responsabilidade da gestão municipal4.	Quantidade	SEQP281
		Existência	SEQP29
		Quantidade	SEQP291
	Responsabilidade da gestão estadual.	Existência	SEQP42
		Quantidade	SEQP421
	Responsabilidade de entidades/organismos privados.	Existência	SEQP43
		Quantidade	SEQP431
Banco(s) de Alimentos	Responsabilidade da gestão municipal4.	Existência	SEQP44
		Quantidade	SEQP441
	Responsabilidade da gestão estadual.	Existência	SEQP55
		Quantidade	SEQP551
	Responsabilidade de entidades/organismos privados	Existência	SEQP56
		Quantidade	SEQP561
Central(is) de Recebimento da Agricultura Familiar	Responsabilidade da gestão municipal4.	Existência	SEQP57
		Quantidade	SEQP571
	POR MÊS, quantas entidades (média dos doze meses) foram beneficiadas com alimentos.		SEQP611
	POR MÊS, quantos QUILOS (média dos doze meses) de alimentos foram distribuídos.		SEQP621

Fonte: IBGE (2025). *Código do banco de dados original.

As informações sobre os equipamentos públicos de SAN podem ajudar gestores a entender a existência dos equipamentos em seu território, detalhes sobre sua gestão e o número de unidades.

De forma geral, os dados da Munic 2024 apresentam-se como uma alternativa para gestores municipais elaborarem seus diagnósticos de SAN por meio de dados secundários de fonte governamental oficial.



DADOS DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NAS CIDADES

A Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades – Alimenta Cidades tem tido uma implementação progressiva nos municípios. A estratégia funciona com adesão a municípios prioritários, que por diferentes portarias foram incluindo: todas as capitais, municípios acima de 300 mil habitantes, cidades do Rio Grande do Sul afetadas pelos eventos climáticos de 2024.

Em 2025, por meio da Portaria nº 1.136 de 2025 do MDS, novos 1000 municípios que manifestarem interesse serão homologados, segundo a portaria, caso o número de interessados seja maior que esse, serão adotados os critérios de priorização com a participação do Protocolo Brasil Sem Fome e municípios da região Norte e Nordeste.

No artigo 4º da Portaria nº 1.136 de 2025 do MDS após a adesão na Estratégia, os municípios receberão apoio técnico. Entre as atividades prevista no Trilha Alimenta Cidades, está previsto a realização de um diagnóstico situacional local sobre políticas alimentares urbanas representadas em uma cartografia.

O MDS disponibiliza na forma de painel interativo em Microsoft Power BI a plataforma de Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional da Estratégia Alimenta Cidades. A Plataforma até julho de 2026 identificava informações de 408 municípios, contabilizando 1724 equipamentos no país. O banco de dados está em franca expansão e tende a ser uma plataforma com mais municípios. A interface pode ser visualizada na figura 4.



Figura 4 – Interface da plataforma da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades, 2026

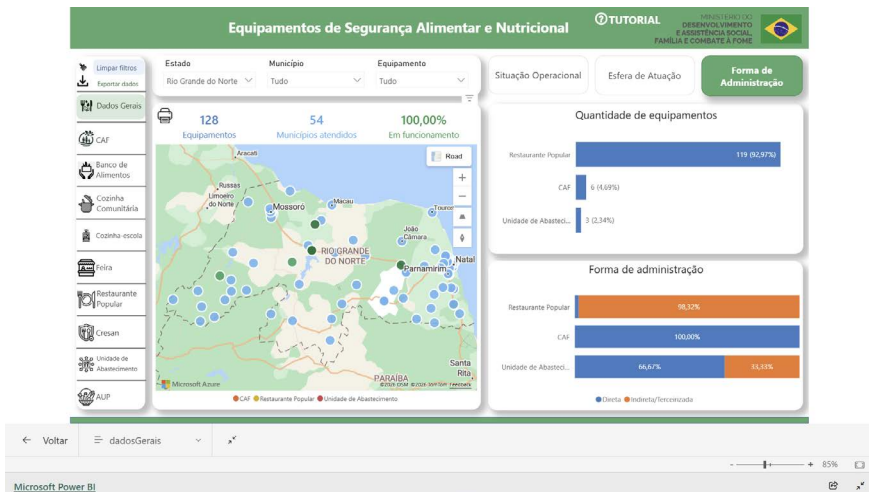


Fonte: MDS (2026).

A plataforma conflui dados de localização e quantidades dos equipamentos por território, sendo possível verificar como estes se distribuem no mapa. Informações sobre a gestão dos equipamentos também são apresentadas. Os filtros possibilitam a análise de equipamentos por municípios e estados. Apesar de estar limitado a municípios da estratégia, as informações podem ser complementares para aqueles que não aderiram.



Figura 5 – Interface com filtro da plataforma da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades, 2026



Fonte: MDS (2026).

A base de dados da plataforma também é disponibilizada no formato .xlsx, o que possibilita o tratamento dos dados. A planilha, conforme mostra a figura 6, é dividida por uma aba mais geral que resume os equipamentos, e as demais abas com dados de cada equipamento em separados. São apresentados os seguintes equipamentos: Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional; Unidade Produtiva Urbana; Unidades de Abastecimento Popular/Social; Restaurante Popular; Cozinha Comunitária; Banco de Alimentos e Cozinha escolar.



Figura 6 – Interface do banco de dados em .xls da plataforma da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades, 2026

	B	C	D	E	F	G	H
	Possui CNPJ?	CNPJ	CEP	Latitude	Longitude	Logradouro	Número
2	Sim	04.034.583/0004-75	69909-420	-9,982513	-67,824494	Rua Osvaldo do Andrade	184
3	Sim	04.034.583/0004-75	69912-290	-10,006929	-67,84565	Rodovia Transcreana	2003
4	Não						
5	Não						
6	Sim	14.779.667/0001-49	57240-064	-9,7948	-36,089058	Rua Senador Máximo	s/n
7	Não						
8	Sim	14.779.667/0001-49	57245-140	-9,781743	-36,104507	Rua Nossa Senhora dos Prazeres	s/n
9	Sim	18.210.228/0001-71	57995-000	-9,278868	-35,723525	Rua Rosita Calheiros Cavalcante	S/N
10	Não		57830-000	-9,246108	-36,013028	Conjunto Mutirão	0
11	Não						
12	Sim	15.369.322/0001-80	57020-360	-9,665749	-35,741345	Rua Barão de Macció	246
13	Não						
14	Sim	13.710.401/0001-87	57460-000	-9,603092	-37,75841	RUA PENEDO	S/N
15	Não						
16	Não						
17	Sim	55.262.163/0001-34	57460-000	-9,480766	-37,669473	TRAVESSA MARIA BERNADES	10
18	Não		57200-005	-9,75027	-36,659446	Praca Manoel André	212

Fonte: MDS (2026).

Explorando a base de dados, categorizamos em três grupos as informações que a plataforma apresenta: I) Equipamentos - dados gerais, II) Centros de distribuição e comercialização de alimentos e III) Centros de distribuição de refeições.

Equipamentos Públicos de SAN - dados gerais

Existe na plataforma uma visão panorâmica dos equipamentos públicos de SAN. É nessa aba do banco de dados da plataforma que é possível identificar que municípios do estado informaram dados. Esses dados complementam os dados de equipamentos públicos apresentados pela Munic do IBGE. O quadro 4 resume as variáveis presentes dos equipamentos.



Quadro 4 — Variáveis de Equipamentos Públicos de SAN da Plataforma Alimenta Cidades (2026)

TEMAS	VARIÁVEIS	
Equipamentos (Dados Gerais)	Possui CNPJ?	
	Cidade	
	Estado	
	Ano de Inauguração	
	E-mail	
	Forma de Administração	
	Status do Cadastro do Equipamento	
	Tipo do Equipamento	Central da Agricultura Familiar
		Banco de Alimentos
		Cozinhas Comunitárias
		Cozinha Escolar
		Feiras Livres
		Restaurante Popular
		Unidade de Abastecimento
		Unidade Produtiva Urbana

Fonte: MDS (2026).

Informações sobre o gerenciamento dos equipamentos são abordadas nessa aba. A localização, o tipo, as formas de gerenciamento são especificadas. A localização específica com endereço também é uma variável informada, sendo ela a que viabiliza que o recurso do mapa na plataforma indique com precisão onde o equipamento está na cidade.

Centros de distribuição e comercialização de alimentos

Parte dos equipamentos apresentados na plataforma são centros de distribuição e comercialização de alimentos. Os equipamentos deste tipo com informações presentes são: Central da Agricultura Familiar, Banco de Alimentos, Feiras Livres, Unidade de Abastecimento e Unidade Produtiva Urbana. O quadro 5 resume as informações que a plataforma apresenta sobre esses equipamentos.



Quadro 5 – Variáveis de Centros de distribuição e comercialização de alimentos de SAN da Plataforma Alimenta Cidades (2026)

TEMAS	VARIÁVEIS	
Central da Agricultura Familiar	Quais programas ou ações utilizam este equipamento	
	Quais e Quantas instituições são atendidas MENSALMENTE?	Número de Escolas Atendidas
		Número de Entidades Socioassistenciais Atendidas
		Número de Cozinhas Solidárias Atendidas
		Número de outras Instituições Atendidas
Banco de Alimentos	Em média, quantos quilos de alimentos a Central de Agricultura Familiar distribui por mês aos beneficiários?	
	Quais produtos são distribuídos?	
	Em média, quantos quilos de alimentos o Banco de Alimentos doa por mês aos beneficiários?	
	Quantas instituições são atendidas MENSALMENTE pelo banco de alimentos?	
	Quantas pessoas são atendidas em média por mês pelo banco de alimentos?	
Feiras Livres	O equipamento realiza atividades em parceria com outros equipamentos de segurança alimentar e nutricional?	
	O banco de alimentos realiza outro tipo de ação ou atividade para além da doação de alimentos?	
	Local de realização das feiras	
Unidade de Abastecimento	Qual a quantidade de locais de feiras que ocorre em vias públicas (ruas, praças, etc)?	
	Qual a quantidade de locais de feiras que ocorre em estruturas apropriadas?	
Unidade de Abastecimento	Tipo	



Unidade Produtiva Urbana	Em qual equipamento público a UPU está inserida?
	A qual PCTS a UPU está vinculada?
	Qual o número de participantes envolvidos na produção?
	Qual o arranjo social?
	Quais os principais produtos cultivados?
	Realiza a compostagem de resíduos orgânicos?

Fonte: MDS (2026).

Os dados presentes sobre esses equipamentos, além da localização, exploram principalmente o quantitativo de alimentos distribuídos e de famílias atendidas. As quantidades indicadas são mensais. Os dados ajudam a compreender a dinâmica de funcionamento desses equipamentos, principalmente o volume de alimentos que por esses são viabilizados.

Centros de distribuição de refeições

Parte dos equipamentos não distribuem os alimentos em si, mas refeições prontas para o consumo. Essas unidades adquirem (ou recebem doações), processam e distribuem preparações sejam gratuitamente ou por preços mais baixos que o mercado usualmente, como é o caso dos restaurantes populares. A plataforma apresenta 3 equipamentos desse tipo: Cozinhas Comunitárias, Cozinha Escola e Restaurante Popular. O quadro 6 resume as informações desse tipo de equipamento que consta na plataforma.



Quadro 6 –Variáveis de Centros de distribuição e comercialização de alimentos de SAN da Plataforma Alimenta Cidades (2026)

TEMAS	VARIÁVEIS
C o z i n h a s Comunitárias	Quais os tipos de refeições servidas?
	Quantas de refeições em média são servidas por dia?
	Qual o custo médio da refeição ofertada por esta Cozinha Comunitária aos usuários?
	Tipo de Público Específico
	O equipamento realiza atividades em parceria com outros equipamentos de segurança alimentar e nutricional?
Cozinha Escola	Quantidade de pessoas capacitadas por ano
	Qual o público que participa das capacitações?
	O equipamento possui outra função além de Cozinha-Escola?
	Quantidade de Oferta de Refeições?
	Quantidade de Distribuição de Alimentos?
	O equipamento realiza atividades em parceria com outros equipamentos de segurança alimentar e nutricional?
Restaurante Popular	Quantidade de Refeições por Dia
	Custo Médio
	Quais os tipos de públicos atendidos?
	Localização próxima a outros equipamentos

Fonte: MDS (2026).

Os dados desse tipo de equipamento se concentram nas quantidades de refeições distribuídas aos públicos atendidos e se existe alguma outra atividade em parceria com outro equipamento. O custo médio das refeições também é um dado presente. As informações deste bloco podem ser complementadas ou comparadas com os dados da Munic, IBGE.

DADOS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL - MAPA OSC - IPEA

O Mapa OSC é uma ferramenta dinâmica e com interface na forma de mapas. Para os diagnósticos de SAN, essa ferramenta é fundamental para localizar associações e cooperativas de alimentos que possam participar



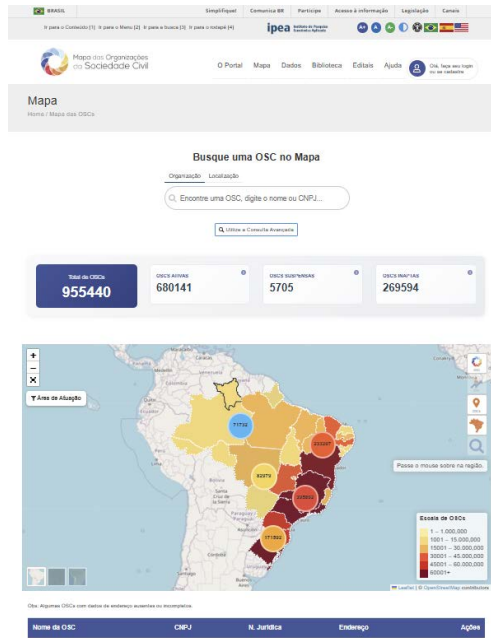
de políticas públicas da área. O portal é um repositório para localizar OSCs por território. O mapa do IPEA tem como critérios para que uma organização seja classificada como OSC: 1) Que seja uma organização privada não integrando o estado; 2) Que não tenha fins lucrativos; 3) Que seja legalmente constituída e apta a gerir suas atividades; 4) Que seja livremente definida pelos gestores, de forma voluntária. (Ipea, 2026)

O Mapa OSC apresenta um conjunto de registros que conflui diferentes plataformas, entre elas o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJs) extraída pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB). Como fonte secundária se utiliza a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Como forma de complementação são usadas as seguintes bases: Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Ainda são permitidas autodeclarações de informações. (IPEA, 2026)

O site do Mapa OSC apresenta dados da metodologia do portal, análises de indicadores gerais sobre o quantitativo de OSCs, vídeos, notícias e editais sobre o tema. O ponto central da ferramenta é um mapa interativo, no qual uma organização pode ser localizada por seu nome ou CNPJ. A interface pode ser visualizada na figura 7.



Figura 7 –Interface do Mapa OSC do IPEA, 2026



Fonte IPEA (2026).

A ferramenta permite um recurso de “consulta avançada” no qual é possível inserir filtro de localidade (estado e municípios), gerando dados específicos desses entes federativos.

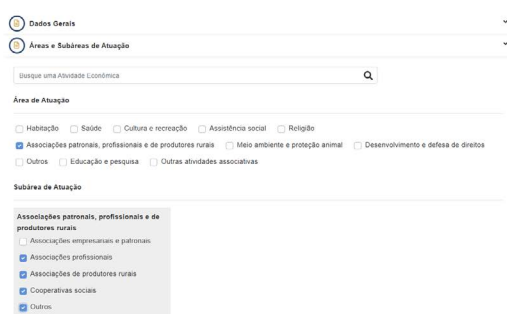
Figura 8 –Interface do Mapa OSC do IPEA no item Consulta Avançada, 2026

Fonte IPEA (2026).



Um dos principais filtros é o de “Área de atuação”, e um dos recursos que possibilita encontrar associações e cooperativas que atuam na área de SAN é opção “Associações patronais, profissionais e produtores rurais”. Esta opção abre uma caixa onde as opções podem ser especificadas. Recomenda-se excluir apenas as associações empresariais e patronais, conforme figura 9.

Figura 9 –Interface do Mapa OSC do IPEA no item Consulta Avançada, 2026



Fonte IPEA (2026).

O resultado após a consulta avançada, é uma delimitação precisa sobre as OSC que atuam naquele território naquela área especificada. Com isso é possível visualizar no mapa da localidade em que ponto se localiza no município. Imagem da figura 10 foi criada utilizando os seguintes filtros:

- **Estado:** Rio Grande do Norte
- **Município:** Macaíba - RN
- **Área e Subárea de Atuação:** Associações de produtores rurais, cooperativas sociais, associações profissionais.



Figura 10 — Interface do Mapa OSC do IPEA como resultado da Consulta Avançada, 2026



Fonte IPEA (2026).

Ao clicar em cada ícone que representa a OSC é exibido um *card* com as seguintes informações: **Endereço**, **Atividade Econômica** e **Natureza Jurídica**. Por essas informações é possível confirmar a natureza da organização e sua relação com a agenda de SAN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ferramentas apresentadas neste capítulo são consideradas como parte de um avanço substancial na disponibilização e informações da área de SAN em nível municipal. Esses dados, juntamente com as plataformas abordadas anteriormente, reúnem um conjunto interessante de evidências para tomada de decisão de gestores e do controle social quanto ao SISAN.

Apesar dos avanços, registramos algumas limitações que os bancos atuais possuem, passíveis de aperfeiçoamento sem que isso diminua o esforço das equipes gestoras das plataformas:

- A Munic do IBGE poderia avançar na disponibilização de seus dados em uma plataforma mais interativa e dinâmica, como acontece com outras bases de dados do Instituto. Em virtude da Munic ser preenchida por gestores municipais, a capacitação prévia deste grupo antes do preenchimento pode ajudar na



diminuição de informações perdidas e recusas que o banco regista.

- A plataforma da Estratégia Alimenta Cidades é um repositório interessante de interface dinâmica, porém o número de municípios aderentes ainda não oportuniza que a ferramenta possa auxiliar todas as localidades. Informações incompletas também poderiam ser reduzidas com maior capacitação dos informantes.
- O Mapa OSC, para facilitar a localização, poderia ter um filtro específico de OSC que atuam na área de SAN, sendo assim um repositório já preciso para essa demanda.

Por fim, consideramos que as plataformas analisadas podem ser usadas para compor um conjunto importante de bases de dados em SAN somadas às plataformas já abordadas. Consideramos que a aperfeiçoamento dessas bases de dados possam fomentar a ampliação de seu uso por gestores, controle social e pesquisadores.



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. T. Terceiro setor. In: BOULLOSA, R. F. (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 172-175.

BRASIL. Decreto nº 11.822, de 12 de dezembro de 2023. Institui a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11822.htm.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF: MDS, 2026a. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/equipamentos-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 23 jul. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Mapeamento dos equipamentos de segurança alimentar e nutricional nos municípios brasileiros**: uma análise espacial a partir dos dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC)/ do IBGE. Brasília, DF: MDS, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/Sisan/vigilancia-do-sisan/secf_mapeamento_dos_equipamentos_id_defeso_compressed.pdf.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Plataforma Alimenta Cidades**. Brasília, DF: MDS, 2026b. Disponível em: <https://alimentacidades.digital/>.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Portaria MDS nº 1.136, de 4 de dezembro de 2025**. Estabelece regras e procedimentos para a participação de novos municípios no âmbito da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades - Alimenta Cidades. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mds-n-1.136-de-4-de-dezembro-de-2025-673587366>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de dados do Suplemento de Segurança Alimentar da MUNIC**: Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **MUNIC**: Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html>.



INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mapa das Organizações da Sociedade Civil**: metodologia. Brasília, DF: IPEA, 2026. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/metodologia>. Acesso em: 27 jul. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mapa das Organizações da Sociedade Civil – Mapa OSC**. Brasília, DF: IPEA, 2026. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br>.

LOPES, L. F.; SANTOS, B.; BROCHARDT, V. **Entenda o MROSC**: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Lei 13.019/2014. Brasília, DF: Presidência da República, Secretaria de Governo, 2016. p. 21.

TEODÓSIO, A. S. S. Organizações da sociedade civil. In: BOULLOSA, R. F. (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 128-132.



Sobre os autores

ANY LEONARDA SAMPAIO SOUZA

Graduanda do Bacharelado em Administração Pública da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Participou do projeto de extensão universitária em Organizações Públicas e integrou, em 2025, o Projeto de Extensão Observatório das Desigualdades da UFRN. Atua na área de Administração Pública, com experiência em avaliação de políticas públicas, elaboração e gestão de projetos de interesse público e produção de documentos técnicos, com atuação no suporte à implementação do Programa Central do Cidadão.

ALEXANDRE DAS CHAGAS BRITO

Técnico em Administração pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e graduando em Administração Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atuou na área de inovação e extensão, como colaborador voluntário no projeto de extensão “Criação de Board Games pelo viés educacional” no IFRN e conquistou o 2º lugar no 5º Torneio de Ideias da Incubadora Tecnológica do IFRN (Campus João Câmara) com o projeto “BELT BAG”. Atuou como membro da equipe do Projeto de Extensão Observatório das Desigualdades da UFRN durante o segundo semestre de 2025.

ANDRÉIA SANTOS DA SILVA

Bacharel em Administração Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Participou da elaboração do I Plano Estadual de Segurança Alimentar do RN. Foi bolsista de Extensão do Projeto Observatório das Desigualdades da UFRN em 2025 e 2026. Desenvolve estudos relacionados às políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), no uso de evidências nos diagnósticos dos Planos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional. Atua nas licitações e processos administrativos na Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca do Rio Grande do Norte (SAPE/RN).

DANDARA ALVES GARCIA BORGES

Técnica em Geologia pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e graduanda do Bacharelado em Administração Pública pela Universidade Federal



do Rio Grande do Norte (UFRN). Estagiária da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social do Rio Grande do Norte (SESED/RN), onde atua na área de licitações e processos administrativos. Possui experiência como Bolsista de Apoio Técnico-Administrativo e como voluntária em ações e projetos de extensão do Instituto do Envelhecer (IEN/UFRN).

DINARA LESLYE MACEDO E SILVA CALAZANS

Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) vinculada ao Departamento de Ciências Administrativas (DEPAD) e dos Programas de Pós-graduação em Administração (PPGA/UFRN) e da Pós-graduação em Gestão Pública (PPGP/UFRN). Possui Doutorado em Administração. Graduada em Nutrição (UFRN). É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão Institucional e Políticas Públicas (GIPP/CCSA/UFRN). Atua como pesquisadora do SISAN-Movimento (2024-2027). Foi membro do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/RN, de 2016-2019).

FÁBIO RESENDE DE ARAÚJO

Professor Associado da UFRN, atua no Departamento de Administração Pública e Gestão Social. Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Gestão Pública (PPGP/UFRN). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão Institucional e Políticas Públicas (GIPP) do CCSA/UFRN. Coordenador do Observatório das Desigualdades (DAPGS-UFRN). Em 2025 foi um dos coordenadores da comissão especial designada pela Caisan-RN para elaboração do I Plano Estadual de Segurança Alimentar do RN.

IRIS ALESSANDRA DE LIMA SILVA

Técnica em Administração pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Graduanda do Bacharelado em Administração Pública da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Participou da elaboração do I Plano Estadual de Segurança Alimentar do RN. Foi membro do Projeto de Extensão Observatório das Desigualdades da UFRN em 2025.



JUCIANE GOMES DE MATOS SOUZA

Técnica em Administração pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Graduanda do Bacharelado em Administração Pública da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Estagiária da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte. Participou como Bolsista de Apoio Técnico-Administrativo e como voluntária nas ações e projetos de extensão do Instituto do Envelhecer (IEN-UFRN). Atuou como estagiária do nível técnico na Secretaria Municipal de Saúde e UBS São João.

JULIER DA SILVA SANTOS

Graduando em Administração Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e formado em Técnico em Administração pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN - Campus João Câmara). Atua como estagiário na Coordenadoria de Projetos Especiais da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (COPE/SETHAS-RN), é responsável juntamente uma equipe pela prestação de contas de recursos direcionados a Organizações da Sociedade Civil (ONGs).

LUISA CATARINA DE SANTANA GOMES MOREIRA

Graduanda do Bacharelado em Administração Pública da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Integrou a equipe do Projeto de Extensão do Observatório das Desigualdades da UFRN no segundo semestre do ano de 2025.

MARCONI NEVES MACEDO

Professor do Departamento de Administração Pública e Gestão Social (DAPGS) do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CCSA). Atua como Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública. Pesquisador do Grupo de Estudos em Gestão Institucional e Políticas Públicas (GIPP) da UFRN. Coordenador do Centro de Inteligência Aplicada ao Setor Público (CIASP) do DAPGS/CCSA/UFRN. Em 2025 foi um dos coordenadores da Comissão Especial designada pela Caisan-RN para elaboração do I Plano Estadual de Segurança Alimentar do RN.



MARIA BEATRIZ FRANCA DO NASCIMENTO

É formada em técnico administrativo pela Escola Estadual Prof. Francisco Ivo Cavalcante em tempo integral e graduanda em Administração Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atua como estagiária da Secretaria de Estado do trabalho, da habitação e da Assistência social (SETHAS/RN) onde atua no Programa de Artesanato Potiguar (PROARTE). Participou como bolsista em pesquisa do projeto Organização de Ações Sociais e Incubação Social (OASIS) e em projetos de extensão universitária.

NILA PATRÍCIA FREIRE PEQUENO

Professora associada da UFRN, atuando no Departamento de Nutrição. É docente permanente do Programa de Pós-graduação em Nutrição (PPgNut/UFRN). Atua na coordenação estadual (RN) do projeto interinstitucional SISAN em Movimento, uma parceria interinstitucional entre UFRPE-UFPB-UFRN-UFAL (2024-2027). Foi membro efetivo do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Norte (CONSEA RN) no período de 2015-2019 e de 2020-2022. Tem experiência nas áreas de segurança alimentar e nutricional, políticas públicas de alimentação e nutrição, epidemiologia nutricional, e, diagnóstico, análise nutricional e avaliação da qualidade de vida de populações, incluindo os povos originários.

SABRINNA SILVA MENEZES

Graduanda em Administração Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atua como Assistente de Marketing na Arena das Dunas, em Natal/RN. Possui experiência nas áreas de comunicação, organização de eventos e gestão administrativa. Desenvolve estudos relacionados às políticas públicas de incentivo ao esporte, com foco na formalização de associações esportivas e no acesso a programas de incentivo.

VITORIA DO NASCIMENTO TORRES

Graduanda em Administração Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e em Enfermagem pela Universidade Potiguar (UnP). Possui vivência em projetos de extensão voltados à Administração Pública, experiências que contribuíram para minha formação acadêmica e profissional. Na vida profissional, atuo na área administrativa de um hospital filantrópico, onde desenvolvo experiências relacionadas à gestão, organização e aos processos administrativos no contexto hospitalar.



WENDYANNE DANTAS CANDIDO DA SILVA

Graduanda em Administração Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Possui experiência em ações extensionistas de políticas públicas e experiência em órgão público da administração indireta federal. Atua no desenvolvimento da pesquisa de planejamento estratégico e indicadores estratégicos em portos públicos, além de atuar como bolsista de extensão em projeto sobre Segurança Alimentar e Nutricional nos municípios do Rio Grande do Norte.





Composto na
CAULE DE PAPIRO GRÁFICA E EDITORA
Rua Serra do Mel, 7989, Cidade Satélite
Pitimbu | Natal/RN | (84) 3218 4626
cauledepapiro.com.br





ISBN 978-65-5477-198-6



9 786554 771986 >